

NOME
JAMIL HADDAD



FOTO

IDENTIDADE _____

FILIAÇÃO-PAI _____

MÃE _____

IDADE _____ ESTADO CIVIL _____

PROFISSÃO Médico POSTO OU GRAD. _____

FUNÇÃO Médico do INPS - MTPS _____

NACIONALIDADE bras. NATURAL DE _____

LÊ _____ ESCRIVE _____ CERT. RESERVISTA _____

TÍTULO ELEITOR _____ LOCAL TRABALHO _____

ESTUDANTE _____ ESCOLA _____

_____ NÍVEL Superior _____

RESIDÊNCIA Av. Maracanã, 1241 - GB _____

OUTROS DADOS Deputado Estadual p/MDB/GB _____

HISTÓRICO

- Através o D.O. nº 80, de 30 Abr 69, teve cassado seu mandato eletico e suspensos seus direitos políticos pelo prazo de 10 anos com base no Ato Institucional nº 5, de 13 Dez 68.
- Pelo D.O. nº 100, de 29 Mai 69, foi aposentado no cargo que exercia no INPS (MTPS), com base no Ato Institucional nº 10, de 16 Mai 69 , com proventos proporcionais ao tempo efetivo de serviço.

CIC



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 D.A.
 07142 12 MAR 69
 SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES

Carimbo do S. C.

MEMO./GAB/MJ.

JAMIL HADDAD

SOL. SEJA PROTOCOLIZADO O PRESENTE MEMO., A FIM DE FORMAR PROC. DE CARÁTER RESERVADO.

Autuação

Anexos:

Distribuição

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

X GAB./ 12.3.69, p/n

Sobres de JAMIL HADDAD



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

D.O./SERVIÇO DE OPERAÇÕES

ASSUNTO : Contrabando de Café

ORIGEM : IR/DFSP/PR

CLASSIFICAÇÃO : A/2

DIFUSÃO : INTERPOL-IR/PR- IR/SP- IR/PA - IR/CE- DECD- D 2 MG- SNI
CEVINAE

INFORME Nº 09/67/10/Ev. Op.
17 JAN 67

Logo após a Revolução de Março, o IBC, órgão responsável pela distribuição do café brasileiro, comunicou à Polícia de Rio (Secretaria de Segurança Pública), diversas irregularidades sobre o desembarque do produto.

Solicitou abertura de inquérito a respeito, sendo a Polícia Marítima da Guanabara vários inquéritos. Um deles, o referente ao navio "D. JOSÉ", que conduzia do porto de Paranaguá (Paraná), cerca de 45 mil sacas de café. O Navio mudou a rota criminosamente. Ao invés de o produto ter sido entregue, parte em Pernambuco, no porto de Recife e em Belém, o navio abarrotado de café rumou para Paramaribo, na Guiana Holandesa, onde o porto é livre, onde não há exigências referentes a certificação de origem. O Navio levou a tripulação de nomes constantes na relação em anexo. A bordo seguiram o fiscal da Alfândega, comparsa dos contrabandistas, de nome HUBERTO REIS, fingendo como homem forte e contrabandista DEWISKIE e entesadentes HUGO MARIGE FILHO, sócio de sírio JAMIL HADAD, todos os três de São Paulo. Houve revolta a bordo de "D. José", mas Hugo uma espécie de capitão pirata, reagiu conseguindo levar o navio a Paramaribo. O navio encostou e parte da carga foi desembarcada, ou melhor toda a carga foi desembarcada. O "D. José", ancorou com o nome de "Guarani" ostentando uma bandeira Paraguaia. Depois o navio foi levado ao largo de Guiana e posto a pique. Hugo conseguiu recolher uma baleeira com o nome de "D. José" e auxiliado pelo barco pesqueiro "Santa Marta", surgiu em águas do Pará, com parte da tripulação a bordo de esolar ou baleeira "D. José", apresentando-se à Capitania dos Portos, com alguns tripulantes, fingindo, depondo, e mintindo ao declararem ter o D. José naufragado. Toda a carga foi comprada pelos iracões ROPNARAIN BENIE e DIPNARAIN BKEI ou BEHAY sendo intermediária a famosa contrabandista de Paramaribo HEMAY VAN DE LIEM MATHSOKER.

Recibido e dinheiro do desembarque, HUGO e JAMIL encontraram-se em São Paulo, para a divisão, em companhia de CONSTANTINE GREBE, fichado pela Polícia de São Paulo, falso engenheiro de bordo. Em São Paulo a cobertura era dada por GERALDO VICENTE DE CASTRO. GERALDO, está condenado e procurado pela Polícia Paulista, onde respondeu a 6 processos por crime de estelionato. Está sendo procurado pelas 3ª e 6ª Varas de São Paulo.

A COMPRA DO NAVIO

O navio "D. José" pertencia a Navegação Costa Lina S/A, empresa filiada a S.A. Martinelli, com sede na Av. Ipiranga em



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

D.O./SERVIÇO DE OPERAÇÕESINFORME Nº 09/67/DO/Sv. Cr.17 JAN 67

São Paulo. Maria Meserani e Angelo Benoni, a princípio relutaram em vender o barco a GERALDO CASTRO, mas o preço oferecido era tentador, - cerca de 60 milhões de cruzeiros. A escritura foi passada por 30 milhões preço pago por GERALDO CASTRO (que não possuía um vintém), mas com dinheiro do grupo financiador do negócio. O navio foi reparado em Santos sob as ordens de CONSTANTINE GREBB. Depois seguiu para Paranaguá. Nesse porto com a conivência das autoridades locais (Agência de IBO, Alfândega, Armadora, etc) o navio foi carregado, partindo para Paranaguá. Investigações podem ser feitas em Paranaguá a respeito, sendo o nome de ANTONIO MANSUR, sírio ou elemento de família síria, corretor conhecido no Paraná e em Paranaguá. ANTONIO MANSUR foi o homem que cuidou de colocar em ordem a "documentação", tendo o navio sido agenciado pela firma Crustén Woodhead S.A., na pessoa de Henschel Rubens ou Rubens Henschel de Magalhães, então procurador da firma Magalhães conhece os fatos com detalhes e foi quem ajudou muito no negócio, constando ter recebido 50 milhões em pagamento pelos serviços. Magalhães pode dar o endereço de ANTONIO MANSUR. A agência fica em Paranaguá e Magalhães reside na rua Teodorick Santos, 555 ou 505. É gaúcho, foi quem atendeu a Geraldo Vicente de Castro.

A ORIGEM DE ENTREGA DO CAFÉ

GERALDO VICENTE DE CASTRO, por recomendação de ALMIR LARA, foi ao IBO, apresentando-se ao Major FERNANDES FLORES - que era Chefe do Gabinete do Sen. MACULAN FLORES, facilitou tudo e com a ajuda de MACULAN, a entrega de café. O Major FLORES, cujo nome é FERNANDO FLORES, é do Rio Grande, da reserva do Exército, reside no Paraná, Curitiba e ALMIR LARA, tem duas residências, uma no Rio (em local não conhecido) e outra em São Paulo. Foi secretário de Flores em assuntos particulares. Frequenta rodas de boêmia em São Paulo. Está rico com os recursos obtidos de desmanchinho aludido. É protegido por ALGERIANES NETO TANHA, segundo informen, de emprego ignorado. O funcionário CID EVERA, auxiliou LARA, ajudando-o a por a documentação em dia, dentro do IBO. GERALDO compareceu pessoalmente em companhia de HUGO HERIGE (dois criminosos procurados), conferenciaram com MACULAN FLORES e CID EVERA, e ainda presente JOÃO MARTINHO DA SILVA, entrecompensa no desmanchinho. O navio se vê o IBO entregou a criminosos procurados pela Polícia nada menos de 46.000 sacas de café, cujo lucro de que se supõe, em dólares, - passados à moeda nacional, subiram a casa de 2 bilhões de cruzeiros.

ATAQUES DA POLÍCIA DO RIO

A Polícia Marítima mandou o inquérito a Justiça dentro do prazo legal, mas o inquérito não voltou, pois os criminosos conseguiram resgatá-lo para Belém do Pará, onde o Juiz da 10ª Vara condenou os infelizes membros da tripulação, talvez uns 5 ou 6 dólares. O inquérito teve o nº 27 e foi remetido à 22ª Vara Criminal do Rio em 22.3.1964. Está na 10ª Vara Criminal de Belém com esse "golpe de mágica" os criminosos, tirando o inquérito do Rio, os "grandes" ficaram de fora.

PARANÁ

1. - Antonio Mansur - Reside em Curitiba. Consta ser membro e frequentador do Lions Club e da Câmara Junior de Comércio de Jacarécinho, onde figuraria registrado.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

D.O./SERVIÇO DE OPERAÇÕES

INFORME Nº 09/67/DO/Sv.Op.
17 JAN 67

2. - Major Fernando Flores, residente em Curitiba, Prestou declarações com o delegado Lício Elói Vieira, em 27 de maio de 1964, na Delegacia Diretora da Polícia Civil.
3. - Rancel Babens de Magalhães, procurador da firma Carsten Woodhead S.A., Agência de Paranaguá rua Frederick Santos, 555 ou - 503.

SÃO PAULO

1. - Geraldo Vicente de Castro, filho de Rivadavia Vieira de Castro e de Maria Batista Comargo Castro. B.S. (S. Paulo) 1.322.408. Está foregado. É autor de crime de estelionato contra Denti - Marcevani (arts. 298 e 171 C.P. - 3ª Vara de São Paulo. Informes podem ser tomados na rua ou avenida Nova York, 101. Tive escritório na rua Alvarés Pontes 180 e em Santos, na Praça da República, 36 5ª andar sala 19, sócio do Corretor Bandeira Junior, nesse escritório, que fica em Santos. É o homem que compra o "D. José" navio que saiu com o contrabando de Paranaguá no dia 10 de fevereiro de 1964. Conta ter residido na rua da Mecca, 465 - S. Paulo (Inscrição de "D. José" Cap. Rio de Janeiro nº 9865 - série marítimo 3 685).
2. - Angelo Bonani - Av. Ipiranga, 1037 - 12ª andar (SA MARTINELLI).
3. - Renir Macarâni Curi - Diretor gerente - Av. Ipiranga 1097-1ª SP.
4. - Jamil Haddad, contrabandista de café, entorpecentes. É registrado no Pará sob o nº 363 643, residente na rua França 310 Jardim Paraná - S. Paulo
5. - Registra antecedentes em S. Paulo e no Pará. É ligado aos indivíduos Almir Lara, João Martinho da Silva e Talio Lapagasse de Pinho, Inspetor da Alfândega de Paranaguá.
6. - Almir Lara E. Peixoto reside 1782 - Jardim América - S. Paulo SO 5465. No rio Tel. 43 9660.
7. - Hugo Marige Filho - Rua Santa Madalena 274 1ª ou rua Alfredo - Elis, 53 4ª andar tel. 31.53.28; Passaporte 401588 tirado em S. Paulo. É proprietário dos autos SP 208073 e 59415 ambos de S. Paulo. Informações podem ser pedidas a Polícia Paulista a través do prontuário 31-11-64807 - S. Paulo, fichado em 18.12.62.
8. - Constantine Grebe - prontuário 39 de 21 de março 62 2156669 SP
9. - Dipansarain Bnei e Repnarain Benie (residentes em Paramaribo - Romay Van Liss Madreeker (residentes em Paramaribo.

OBSERVAÇÃO: - HUGO MERIGO FILHO, citado no presente informe, já foi Agente colaborador do extinto SERVIÇO FEDERAL DE REPRESSÃO AO CONTRABANDO, com sede no Paraná.

Constam duas versões sobre seu atual paradeiro: - O primeiro é de que se encontra na Europa, mais positivamente na Suíça. A segunda versão é que foi raptado e morto por companheiros da quadrilha que fazia parte, fato ocorrido em 1964 na cidade de S. Paulo.

O SR. PRESIDENTE JOSE BONIFACIO) — Continua em discussao a Emenda 12-68. O orador inscrito e o Sr. Deputado Jamil Haddad, a quem dou a palavra.

O SR. JAMIL HADDAD — Senhor Presidente, Srs. Deputados, hoje, ao encostar o meu carro na vaga destinada a Deputado da Assembleia Legislativa, vi a parede lateral da Rua Evaristo da Veiga completamente pixada, inclusive querendo insinuar ameaças a colegas meus, desta Casa.

Sr. Presidente, verifico que há pixamentos no centro da cidade, em lugares, enfim, onde há movimentação permanente de pessoas. Entendo, Senhor Presidente, que dentro do proprio organismo policial — e aqui faço uma ressalva ao Sr. Deputado Sr. Fraga, para que não interprete minhas palavras como uma acusação à Polícia, em geral — existem elementos que estão dentro da

radicalização da direita, inclusive com o intuito do fechamento total da Assembleia Legislativa, do Congresso Nacional e, em última instância, da deposição do Presidente Costa e Silva.

Os fatos não são isolados. E que o, nesta oportunidade, solidarizando-me com numerosos colegas que se pronunciaram a respeito, prescrevendo o Brigadeiro Hamar Rocha, antigo Diretor do DAC, a que está subordinado o PARASAR, dizer que essa organização da Aeronáutica se faz criadora de todo o respeito a administração por parte do povo brasileiro, e constituído da mais alta finalidade e presta socorro, em mais variados, em termos de socorro pronto, inclusive lançando paraquedistas no meio das matas e em missões, na Amazônia, para recuperar, trazer de volta à civilização, por assim dizer, elementos que sofreram acidentes aéreos.

Por estranho que pareça, o Diretor do DAC, Coronel Hamar Rocha, era o responsável, era quem dirigia o PARASAR, órgão a ele subordinado. Estranhamente, sem que aquele militar tivesse conhecimento, determinados elementos radicais da Aeronáutica começaram a subverter a ordem, modificando a regulamentação desse órgão, dando aos militares ligados a essa organização funções de policiais, inclusive, preparando planos de subversão total da ordem, com seqüestros, mortes por fuzilamento. Chegou mesmo aos nossos ouvidos, notícia de uma missão aérea, quando seriam jogados ao mar, distantes milhas do nosso litoral, elementos considerados contrários aos radicais da direita.

Sr. Presidente, o "Correio da Manhã" traz hoje um tópico que precisa ser muito bem analisado pelas autoridades militares. Cofitados dos que acreditam e eu ontem cheguei a ter um acesso de riso ao ver, no "Jornal de Vanguarda", o nosso conhecido jornalista Haroldo Holanda, "o que fala de banda", dizer que havia recebido informações de Brasília de uma alta fonte do Governo, de que o que se falava a respeito da PARASAR não tinha procedência; que teria sido uma conversa de brincadeira, onde se tocou nos nomes de Lacerda e Juscelino Kubitschek, mas tudo em termos de chacota, que não havia nada de real a respeito do assunto.

Sr. Presidente, não somos tolos, ninguém aqui é criança. O Brigadeiro Hamar Rocha, Diretor do DAC, homem encarregado de dirigir o PARASAR, faz uma denúncia e a entrega ao Brigadeiro Eduardo Gomes. O "Correio da Manhã" diz hoje que alguns setores militares já estão interpretando, de maneira diferente, o acidente ocorrido com o Brigadeiro Eduardo Gomes. Diz o seguinte:

(Lendo)
"O motorista responsável pelo "acidente" é um elemento da polícia que, levado pelo "chauffeur" do brigadeiro ao Distrito, teve apenas o nome registrado, omitindo-se a profissão e a função que exerce nos quadros policiais."

Sr. Presidente, dentro da única a que se dispunha o PARASAR, talvez, na realidade, aquele acidente não fosse por acaso e sim um acidente forçado, a fim de cessar a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes, que se havia revoltado ao saber daqueles dados e teria, inclusive, mantido conversa com o líder do Governo no Senado, Senador Daniel Rieger, assim como contato com o Brigadeiro Faria Lima, de São Paulo e outros líderes políticos. Há, realmente, um quadro de extrema periculosidade. Vira a saber, que um dos oficiais punidos, que conheço pessoalmente, membro do PARASAR, é o Capitão Sérgio, um antigo desertista que, na época em que se praticava o crime, no primeiro trimestre de 1937, era um oficial inter-

denente da Aeronáutica e largou a Intendência para se engajar no plano do PARASAR, plano que todos respeitamos, para ser paraquedista e se jogar, inclusive, em missões na Amazônia e em outros Estados do País. Foi esse capitão da PAB e outro Capitão-médico, Capitão Santos, foram punidos por discordarem dos métodos de que se dispunham para conduzir o PARASAR. Não tenho dúvida, Sr. Presidente, que nesse grupo radical de direita estão os eternos descontentes. Vemos aqui o nome do Major ou Tenente-Coronel Burnier. Foi contra Juscelino Kubitschek. Reparem os nobres Deputados, esse Coronel Burnier foi contra Juscelino Kubitschek, esteve envolvido nos movimentos de Aracaju e Jacareacanga. Posteriormente, foi contra o governo do Sr. João Goulart. Foi-se o movimento de abril e lá está contra o atual Presidente da República, que é militar. São os eternos descontentes que se chamam radicais no dia em que estiverem, como ditadores, com o poder nas mãos. Está a realidade.

O Cel. Burnier lá e por demais conhecido, dentro dos quadros da Aeronáutica, e a informação, Sr. Presidente, é de que há uma ligação dentro da própria Aeronáutica com a polícia ao Brigadeiro Hamar Rocha.

E, Sr. Presidente, há um fato interessante: fomos sabedor que o Brigadeiro Hamar Rocha foi chefe do gabinete do atual Ministro da Aeronáutica, quando era Presidente da República o Sr. Mal. Castelo Branco. Então, houve o problema da aviação embarcada, quando, então, se afastou; e, hoje, este homem, que é respeitado dentro da Aeronáutica como um homem rígido dentro da disciplina militar, não poderia aceitar que no organismo sob a sua direção, modificassem o regimento de ação, por assim dizer, e ele fosse o último a saber do que vinha ocorrendo.

E, dizem os jornais que ele será novamente preso. Mas, Sr. Presidente, e a subversão total da hierarquia militar. Na realidade, existem os diversos escalões, e a hierarquia deve ser respeitada, como deve ser respeitada também na vida civil. E, há uma subversão total da ordem, Senhor Presidente. O Diretor do DAC é punido porque não concordou com modificações que ele só veio a saber depois de já estarem sendo colocadas em ação, dentro de um órgão que estava sob a sua direção. Então, foi preso e demitido do cargo de diretor do DAC.

Sr. Presidente, é como disse: existem alguns elementos que são eternos descontentes e este rapaz, que até é muito simpático (conheço da Tijuca) Burnier, foi contra Juscelino Kubitschek, contra Jango, foi contra Castelo Branco, a ora é contra Costa e Silva. Há a impressão que se cria contra ele mesmo, se vier a assumir, ditatorialmente, o comando do país. Mas, as Forças Armadas já sentiram este problema. Noventa por cento, Sr. Presidente, dos oficiais das Forças Armadas, não temos dúvida, já que são elementos forçados dentro de uma disciplina militar rígida e dentro das próprias hierarquias não pode estar aceitando o que vem acontecendo, neste momento, em atos de punição a elementos que reagem a outros elementos que procuram quebrar a hierarquia militar dentro dos setores onde se encontram. Não temos dúvida, Sr. Presidente, que o Presidente da República já deve estar bem alertado a respeito deste fato, porque a subversão da ordem só pode eclodir e levar, inclusive, a derubada do Poder Central. Não há dúvida que agora deve estar baseado num movimento de neutralização, por assim dizer, desse movimento radical dentro da Aeronáutica, partindo de poucos oficiais.

Sr. Presidente, Senhores Deputados, diz o "Correio da Manhã" que já existe, inclusive, um manifesto de vários brigadeiros oficiais superiores da Aeronáutica, assim como de oficiais do Exército, de solidariedade ao Brigadeiro Hamar Rocha.

Nós, que somos o Poder desarmado, mas que representamos o Poder Civil, não podemos, neste momento, congratularmo-nos com o Brigadeiro Hamar Rocha, por ter denunciado a trama diabólica, subversiva e fascista, de um pequeno grupo de oficiais da Aeronáutica.

Já conversei com o Deputado Victorino James, Presidente da União Parlamentar Interestadual, no sentido de que a UPI, que congrega todas as Assembleias Legislativas do Brasil, apresenta também um voto de solidariedade ao Brigadeiro Hamar Rocha pela atitude que teve denunciando estes fatos graves que estavam ocorrendo dentro da Aeronáutica, liderados por pequeno grupo.

Sr. Presidente, Sr. Deputados, vimos hoje que a Cidade está completamente fechada. Vimos "pari passu" este movimento que se desencadeou, veio a público e levou inclusive os Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados a irem no Presidente Costa e Silva com provas do movimento subversivo que se pretendia para a implantação de uma ditadura policial-militar, total, neste País.

Verificamos também uma outra tônica que se nos afigura extremamente perigosa. Estão sendo fuzilados diariamente inúmeros cidadãos que, regendo os jornais, seriam marginais. Então já existe um esquadrão da morte, por assim dizer, fuzilando marginais a três por dois dentro da Guanabara. Esse tal esquadrão passa a ser o "Poder Judiciário", porque julga, e o Poder Executivo — executivo não no sentido de dirigir — porque executa os elementos que na realidade executa mesmo. Executa sumariamente sem as boas graças.

Faço uma pergunta, Sr. Presidente: quem poderá afirmar que os elementos fuzilados são na realidade marginais? De onde parte este movimento? Dentro do contexto geral, dentro do clima político, pode haver inclusive de elementos ligados a radicais, de um movimento que se iniciou talvez atingindo antigos marginais mas que "pari passu" atingirá também líderes estudantis, líderes trabalhadores, líderes políticos e que culminará com um processo ditatorial, do tipo fascista ou nazista.

Fu era oposição ao Governo Carlos Lacerda — o Deputado Rubem Cardoso lembra-se bem da minha posição radical — e aquele tempo houve uma grita tremenda da população com aquele sério problema levantado dos "mata-mendigos". Hoje, aparecem cadáveres amarrados. Parece até que se joga um arrastado e se puxam os peixes; amarram, atam, fuzilam e jogam às margens de determinadas lagoas, de estradas menos frequentadas, à beira de rios.

Aonde vamos? Onde está o Poder Judiciário? Onde está a Secretaria de Segurança? Há necessidade de se verificar se não mesmo marginais ou elementos do corpo policial que estão agindo desta maneira. Esta tese, aliás, é por demais perigosa porque pode servir aos regimes fascistas, ditatoriais.

O Sr. Fioravante Fraga — Senhor Deputado, a explanação que Vossa Excelência vem fazendo é muito interessante e mesmo curiosa. Na realidade, porém, acho que V. Exa. cometeu pequeno equívoco, ao indagar onde se encontra a Secretaria de Segurança.

O SR. JAMIL HADDAD — É para ver quem está assassinando.

O Sr. Fioravante Fraga — Ela se encontra trabalhando. Deve Vossa Excelência ter lido uma declaração

do Secretário de Segurança, General Luis França, seguida a qual os avia- ligadores já concluíram haver uma disputa de quadras, uma disputa de domínio da área.

Aliás, V. Ex. sabe muito bem que a maior parte desses crimes que vem ocorrendo tem ocorrido no Estado do Rio, não aqui na Guanabara. E verdade que a polícia não tem a missão de eliminar; a sua função primordial é prender o delinqüente, o marginal, implicá-lo no crime por ele cometido e apresentá-lo à Justiça. Do maneta que a crítica à polícia eu não acho, porque acho que realmente ela está cumprindo seu dever. Se crimes têm ocorrido — não é a primeira vez desde que seu policial — têm ocorrido porque há luta de marginais na disputa de áreas. E comum isto, mas não é possível que a Polícia esteja em todos os cantos, em todos os lugares para ver se marginais estão duelando.

Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. JAMIL HADDAD — Vossa Excelência verifica que em momento algum eu disse que são os policiais que estão fuzilando sumariamente. Não disse isso, porque não sou daqueles que acusam sem prova. Mas quando falei "onde está a Secretaria de Segurança?" foi no sentido de que monte um esquema de vistoria, ou que procure, na realidade, cercar determinados logradouros onde diariamente são jogados cadáveres. Agora já não jogam um; são 3, 4, amarrados.

O Sr. Silbert Sobrinho — (Assentimento do orador) — Estou ouvindo V. Ex. com muita atenção. Realmente, o caso está se tornando muito grave. E eu perguntaria a V. Ex. à guisa de esclarecimento: que pode fazer — e V. Ex. sabe que tenho combatido o Secretário de Segurança aqui na Assembleia — a Secretaria de Segurança com corpos que aparecem no Estado do Rio?

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Deputado, os últimos corpos apareceram em Itaguaí; mas vários apareceram na Barra da Tijuca, na estrada que leva a Jacarepaguá e em outros locais da Guanabara. Deve haver, nessa caso específico, uma ação conjunta da Polícia, da Secretaria de Segurança da Guanabara com a do Estado do Rio, porque como V. Ex. pode provar que foi assassinada a pessoa na Guanabara e levada para o Rio, e vice-versa? É muito difícil. Deve, então, haver uma coordenação da Secretaria de Segurança do Estado do Rio com a de nosso Estado, no sentido de dar maior tranquilidade. Porque fala-se que são marginais, mas quem prova que um determinado indivíduo é marginal ou não? É o Poder Judiciário. Na realidade — e not daqueles, inclusive, que têm amigos na Polícia, o tratet de um deles que, numa luta com Mineirinho, levou um tiro na perna e foi por eu assistido — quando há um conflito entre o policial e o bandido, e o marginal por este venha a ser morto, acho que o policial tem toda a razão: estava lutando na preservação de sua vida, na defesa da sociedade, lutando contra um marginal que, inclusive, procura atingi-lo, tirar sua vida. Tivemos vários policiais mortos em ação, repórteres e outros mais. Mas o que está acontecendo agora, nobre Deputado Silbert Sobrinho, na realidade, já se está transformando em um clima ansioso de apreensão.

O Sr. Silbert Sobrinho — Sem dúvida nenhuma.

O SR. JAMIL HADDAD — Hoje, as manchetes dos jornais, diariamente, fazem referência a esse assunto; mais três; mais dois; mais cinco. E aquela célebre cavaria colocada ao lado do cadáver; esquadrão da morte. Inclusive o "esquadrão da mor-

VIRE

le" pode estar sendo usado por determinados elementos que estão interessados em inculpar pessoas que fizeram parte do célebre "Esquadrão da Morte", tão famoso na Guanabara, do qual participaram Le Cock e outros elementos que, na realidade, nunca fizeram pela segurança da população da Guanabara.

Mas, Deputado Silbert Sobrinho, não culpa o organismo policial, mas deve haver um plano da Secretaria de Segurança do Estado da Guanabara com a Secretaria de Segurança do Estado do Rio para por fim a esse estado de coisas.

O Sr. Silbert Sobrinho — É um depoimento. Eu não posso, como Coronel Francisco Romão de Carvalho, velho companheiro — o Coronel Carvalho, conheço esse militar há muitos anos e não acredito que uma iniciativa dessa natureza — pelo sentido humano desse brilhante oficial das Forças Armadas — pudesse partir dele. Não creio que pudesse partir dele qualquer declínio no sentido de uma ação tão grave como esta. De maneira que, nobre Deputado Jamil Haddad, tenho a impressão de que as duas polícias — a do Estado da Guanabara e a do Estado do Rio de Janeiro — deveriam se unir para, realmente, apurar a origem dessas coisas. Acho que está havendo um pouco de exagero naquilo que concerne ao fuzilado "Esquadrão da Morte". Não acredito nem na existência disso. Estou acompanhando esses acontecimentos através do jornal "Última Hora", em reportagens escritas no referido matutino. Falo que tenho lido — e eu leio a edição da manhã — um dos elementos do "Esquadrão da Morte" telefona para lá e diz: "Vai aparecer um corpo, o corpo de fulano de tal", etc. Acho isso muito esquisito. Eu, inclusive, daria ao caso a feição que a ele está dando o nobre Deputado Fioravante Fraga. Eu, por exemplo, sou Presidente de uma Comissão que apura o tráfico e a venda de entorpecentes. A coisa é muito grave; a luta entre os marginais, os exploradores, aqueles que negociam com maconha, cocaína, morfina, na disputa de clientes e de pontos de venda, é seríssima, porque isso envolve interesses altamente econômicos, envolve milhões e milhões de cruzados. Não sei se V. Ex.^a se recorda de que a coisa começou com um crime na Barra da Tijuca, em que foram assassinadas três pessoas, sendo um menino, um homem e uma mulher. São coisas que se combatem. Não me recordo bem se foi ontem ou hoje que eu li uma declaração do próprio Secretário de Segurança comparando esta Cidade à de Chicago de 1929 e 1930. E que, hoje, assaltam-se bancos, não apenas na Guanabara como em São Paulo, também. É uma luta terrível, mas eu acho que isso deveria ter um parecer, pois o Poder Judiciário não está para condenar e apurar responsabilidades em fatos desta natureza. De maneira que, nobre Deputado Jamil Haddad, o meu apelo — e tenho certeza, posso falar, também, em nome de V. Ex.^a — é dirigido às autoridades da Guanabara e do Estado do Rio, no sentido de uma ação conjunta das duas polícias, a fim de purar as causas, as origens e as fações que estão ocorrendo. Então, que isto, como não poderia deixar de acontecer, provocando o clamor público, em todo o País. Gratosa Vossa Excelência, pelo aparte.

O Sr. Jamil Haddad — Eu é que agradeço a V. Ex.^a, dizendo que a minha fala é intencional de Vossa Excelência, fala que, inclusive, já dirigiu ao Deputado Fioravante Fraga — que é um brilhante defensor do organismo policial, nesta Casa — no sentido de que haja uma ação conjunta das duas Secretarias, a fim de

se evitar determinadas dúvidas de serem elementos do próprio corpo policial os autores das mortes. Porque, Sr. Deputado, verificamos aquela conclusão: "mas um, não sei o quê, do "Esquadrão da Morte". "Esquadrão da Morte" foi o nome dado a uma piada de boca elementos da polícia que catavam marginais, em lutas, às vezes, armadas, subindo morros, procurando marginais em blocos, marginais que, na realidade, são tirados do seio da população. Então, pode estar havendo isso, pode ser que elementos, procurando usar o nome do antigo "Esquadrão da Morte", estejam julgando e se liquidando. E fica a dúvida, perante a opinião pública, de não serem os elementos do organismo policial os autores daquelas obras.

Quando eu pergunto onde está a Secretaria de Segurança eu falo no sentido de que houvesse uma ação conjunta entre a Secretaria de Segurança da Guanabara e a do Estado do Rio, para por esse ou para prender os elementos que estejam na realidade assassinando quando há na realidade o Poder Judiciário para julgar e o Poder Executivo no sentido de executar sumariamente o elemento que é considerado um marginal. Essa é uma tese extremamente perigosa. Portanto, amanhã, o corpo policial da Guanabara ser atingido embora não seja culpado por aquele crime ou aquele assassinato.

O Sr. Fioravante Fraga — É mais para dar um esclarecimento: Quando falei no "Esquadrão da Morte" fazia mais uma ligação com a *Squadra Le Cock*, mas há uma diferença muito grande. A *Squadra Le Cock* é mais uma homenagem que se presta ao policial Le Cock tão tragicamente assassinado. O que eu queria dizer é uma coisa muito curiosa. A Polícia com as deficiências materiais e de pessoal tem, de qualquer maneira, que flutuar. Quando digo flutuar eu quero dizer que ela procura cumprir um mínimo de suas obrigações, porque lamentavelmente ela não atende como devia, mas a culpa não cabe a ela e, sim, aos governos que não procuram dar os recursos suficientes aos policiais.

Digo mais a V. Ex.^a, se a Polícia se empenhar na eliminação, impedir que quadrilhas se truedem, se matem mutuamente, ela abandonaria o trabalhador. Por essa razão devo confessar mesmo, até que para a Polícia e para o povo é interessante que essas quadrilhas se exterminem entre si. Se a Polícia deixar de proteger um homem trabalhador para se empenhar a fundo em descobrir que uma quadrilha está em duelo com outra quadrilha então está tudo perdido. Tomara que continuem se exterminando que pelo menos o crime acabará aqui na Guanabara.

O Sr. Jamil Haddad — Nobre Deputado, sabemos que na realidade existem muitas quadrilhas na Guanabara: quadrilha de puxadores de automóveis, de traficantes, de vendedores de maconha, disputa por pontos de bicho, que de fato levam à eliminação, mas V. Ex.^a, como policial tarimbado que é, está verificando que a coisa está se transformando. Então, só tem uma quadrilha que está levando a melhor, porque o cartaz é o "Esquadrão da Morte", então essa quadrilha está na realidade exterminando todas as outras quadrilhas na Guanabara, não há terra, por assim dizer em termos populares.

O Sr. Fioravante Fraga — Dentro do raciocínio de V. Ex.^a de que há uma quadrilha só, é uma vantagem, porque isso facilitará a Polícia, por ser exatamente um só quadrilha.

O Sr. Jamil Haddad — O problema é sério, nobre Deputado. E sei que V. Ex.^a também considera que esse é um problema sério.

Pode iniciar com a morte de um, dois ou amanhã pode generalizar-se. Amanhã um determinado elemento do outro, fuzila-o e coloca um cartaz daqueles e vamos dizer que ele está impando a cidade porque são os marginais que se estão dignificando.

Assim, faço um apelo à Secretaria de Segurança da Guanabara e à do Estado do Rio para evitar que amanhã elementos dessas Secretarias sejam recriminadas como autores de assassinatos.

Nobre Deputado Fioravante Fraga, outro dia, enquanto eu tomava café num bar, ouvi a conversa de duas pessoas e uma dizia para a outra: "Estes crimes estão ocorrendo porque meus policiais, ligados a determinados marginais, com recibo de serem acaquetados, estariam eliminando os elementos que seriam passíveis de poder denunciá-los".

V. Ex.^a verifica que isso se passou num bar. Já estão querendo atingir a organização, querendo atingir o corpo policial.

Sabemos que em todas as categorias profissionais há os bons e os maus elementos. Eu sou médico e sei que na minha categoria profissional temos médicos que contrariam a ética, o código médico, assim como existem dentro do organismo policial os maus elementos.

O Sr. Fioravante Fraga — Em todos os setores; no político também.

O Sr. Jamil Haddad — Isso eu ouvi num bar próximo à Assembleia. Ela estava tomando café e nem sabia quem eram.

O Sr. Fioravante Fraga — Interrompo V. Ex.^a posso dizer que talvez essa pessoa que estivesse falando fosse um dos delinquentes.

Tudo o homem que vive à margem da lei, está fora da lei ou tem tendência para ingressar no crime, tem que deixar o organismo repressor. O homem de bem não faz mal da Polícia; só faz o que tem alguma coisa contra ela. E foi um comentário na via pública, de alguém que V. Ex.^a nem identificou.

Seria interessante saber por que essa pessoa procura, gratuitamente, denegrir a organização que tão bons serviços tem prestado.

O Sr. Jamil Haddad — Por esse motivo é que é preciso evitar que os elementos honestos, de grande valia para a população, que pertencem ao corpo da Secretaria de Segurança, sejam atingidos e isso se torne genérico, que a Secretaria de Segurança da Guanabara e a do Estado do Rio estão fuzilando sumariamente os marginais. Para isso existe um poder, chamado Poder Judiciário.

Não se pode impedir, a não ser numa disputa, numa caça a marginais em defesa da própria vida, quando o policial atua para defender a própria sociedade. Agora, o corpo policial está sendo colocado em termos de policiário, está sendo atingido. Por isso eu pergunto: Onde estão as Secretarias de Segurança do Estado do Rio e da Guanabara?

Devem fazer um plano conjunto para evitar que, amanhã, venha a ser atingida a Secretaria de Segurança e o próprio Secretário, como sendo autor da ordem para uma ação militar, como se não existisse para isso o Poder Judiciário.

Sr. Deputado, esta é uma prática perigosa e, como já disse, está aumentando.

Antigamente era de semana em semana, de dez em dez dias, que aparecia um. Agora já vem no arrastado. Outro dia havia quatro amarrados. Quatro qualquer dia vão virar tempo de concentração em Ilagui, na Barra da Tijuca...

V. Ex.^a, há de convir que o conceito de marginal é um conceito muito perigoso.

Quem julga que alguém é marginal? O Poder Judiciário. Na realidade, se depois do julgamento ficar provado que a pessoa está à margem da lei, passa a ser marginal. Mas tem que ser dado o direito de defesa, para que a pessoa, às vezes, não seja incriminada sem razão e venha a ser fuzilada sumariamente, como mais um marginal assassinado na Guanabara e no Estado do Rio.

De modo que eu lanço um brado de alerta, porque é uma prática perigosa a que vem ocorrendo.

Não digo que sejam elementos da Polícia que vêm agindo dessa maneira, mas para a preservação da própria Secretaria, ela deve trazer um plano de ação no sentido de defender alguns elementos. Partes brinca-defra! Chegam lá, jogam o cartão, telefonam para a redação do jornal e dizem: tem tantos cadáveres lá. Procurem, o acesso é difícil para chegar lá. É uma coisa já um pouco em termos de romance policial.

De maneira que comecei falando na pichação da cidade. Passei para o movimento que se iniciou dentro da Aeronáutica felizmente com poucos elementos, mas que veio a punir um dos homens que denunciou tal fato o Brigadeiro Itamar Rocha, que tem hoje a solidariedade de inúmeros Brigadeiros e oficiais das Forças Armadas e da nossa parte, como membro do Poder Civil, deixamos aqui um preito de gratidão a S. Sa., porque na realidade nos alertou sobre um movimento que em última instância queria levar de rodado este país aos caos, inclusive com a derrubada do Presidente da República e das instituições democráticas para a instalação do regime fascista. Terminei então no problema dos crimes que vêm ocorrendo na Guanabara e no Estado do Rio. Deputado Fioravante Fraga, ninguém sabe se pode haver nisso tudo um conluio, se tudo estará dentro do mesmo balaio, do mesmo conjunto, tendo se iniciado com marginais e posteriormente começar a atingir inclusive líderes civis e políticos que vão aparecer também jogados às margens de determinados rios da Guanabara.

Sr. Presidente, era esta a fala que eu queria deixar consignada nos nossos Anais como também, aproveitando o pouco que me resta, voltar a um assunto que eu trouxe ontem a esta tribuna: a prepotência e a violação com que vem agindo o Sr. Osmar Rezende em Copacabana e em diversos outros pontos da cidade. E digo de cabeça, porque assim há meses, o Sr. Osmar Rezende com dois serralheiros arrastaram a porta de um estabelecimento comercial na rua Buenos Aires, Chévere junto ao cidadão e disse: o senhor está invadindo uma propriedade privada. O senhor tem mandado judicial para isto? Ele me disse: estou cumprando ordens do Secretário e não tenho que dar satisfações a ninguém. Cheguei quase a vias de fato com o Sr. Osmar Rezende. Relevo hoje o que eu disse ontem: violência gera violência. Se o Sr. Osmar Rezende continuar a agir com arbitrariedade e violência como vem agindo, está atraindo a ser agredido também. A revolta já é muito grande iniciada por parte dos companheiros e amigos da polícia que foi levado agramado ao Departamento Federal de Segurança Pública e lá foi espancado pela equipe dirigida, vamos dizer assim, pelo Sr. Osmar Rezende.

Sr. Presidente sobre este ponto o decreto baixado pelo Governador é equívoco, porque diz assim: "basta normas" para o funcionamento das cas de diversões. Então não verificamos que existia qual a causa de diversões, qual a instituição que devem ser consideradas dentro do decreto e não fala em restaurante,

Não considera restaurante como casa de diversões. Correto. Mas em determinado item fala em lanchonete e bar. Pelo que sei lanchonete e bar não são casas de diversões como também não o é o restaurante. Parece, Sr. Presidente, que a coisa está meio esquisita, porque grandes restaurantes como o Sorrento e o Fiorentina mentar-se em estabelecimento mais barato. Então parece que houve um certo intuito dirigido de protecção aos restaurantes, prejudicando o grande comércio representado pelos bares e lanchonetes das zonas residenciais. Achei isso esquisito porque não são casas de diversão esses estabelecimentos. Desde quando lanchonete e bar são casas de diversão?

Uma lanchonete ou um bar, pelo próprio tamanho que têm, sendo muito menores que um restaurante, fazem muito menos barulho para as residências do que um grande restaurante na Avenida Atlântica, com um movimento de carros que vai pela noite adentro e o número de pessoas vai-se renovando sempre. De maneira que, Sr. Presidente, achei esquisito aquele tópico que enquadrava os bares e lanchonetes como casa de diversão e que não mencionava os restaurantes. Parece que ali existia o intuito de proteger os grandes restaurantes.

Sr. Presidente, tive uma experiência turística no ano passado ao visitar a Europa. Como se pode falar em turismo, se não se der liberdade para as casas de diversão funcionarem? Se há tumulto a culpa é do organismo policial. E só fazer um policiamento ostensivo nas ruas, evitando que o elemento que frequenta boates seja alcoolizado e que o motorista tumultue o tráfego. E isso cabe à polícia fazer.

Dessa forma, achei esquisito, dentro do decreto baixado agora por S. Exa., o Sr. Governador, constar bares e lanchonetes como casa de diversão e os restaurantes serem excluídos. A finalidade daquele Decreto fica meio no ar.

Vou continuar apurando certos dados, porque recebi a denúncia de que determinados elementos teriam agido junto à Assessoria da Secretaria de Justiça, no sentido de que as lanchonetes e os bares da zona sul fechassem mais cedo, possibilitando com isso um maior afluxo de fregueses aos grandes restaurantes.

Lí o decreto e fiquei estarecido com aquele artigo. Vou, inclusive, procurar ter um contacto com o Líder do Governo e com elementos do Governo para saber qual o intuito, qual a conceituação daquele artigo. Para o sereno familiar é muito mais fácil e muito menos barulhento, por assim dizer, o movimento de um bar ou lanchonete do que o movimento de um restaurante, como aqueles que existem na zona sul.

Sr. Presidente, nada mais tenho a falar neste momento. Vou deixar a tribuna para que V. Exa. possa dar a palavra a outro Sr. Deputado que esteja inscrito.

Muito grato a V. Exa. — (Sem revisão do orador).

de um grande amigo, que será opor-
tado de urgência.

Não poderia, entretanto, deixar de
neste momento, no Pequeno Expedi-
ente, consignar nosso preito de
gratidão, dos trabalhadores do Bra-
sil, a esse grande brasileiro que foi
Getúlio Vargas, que fez uma legis-
lação trabalhista das mais avança-
das, talvez a mais avançada do mun-
do, dando amparo à classe obreira, à
classe trabalhadora brasileira, para
que tivesse melhores dias.

Sr. Presidente, faço também em
nome do Deputado Fioravante Fraga.

Não poderia deixar, neste momento
em que a Previdência Social vive
momento caótico, com uma esdrúxula
unificação da Previdência, que co-
mmelecios tem trazido à classe tra-
baldadora, não poderia deixar de re-
memorar nesta data histórica nacio-
nal, a data da morte do grande bra-
sileiro Getúlio Vargas, o que foi a
passagem daquele grande Presidente
em relação às classes mais sofridas.
Deixou uma estrutura previdenciária
com hospitais que apresentam uma to-
talidade de atendimento médico; dei-
xou o akono-familia, deixou o sa-
lário profissional; deixou todas as
garantias, as mais avançadas da
legislação raundici. Infelizmente, Se-
nhor Presidente, o momento revo-
lucionário de 19 de abril de 1964
constituiu uma série de direitos, de
grandes conquistas da classe traba-
lhadora brasileira. Hoje vemos sin-
dicatos sob intervenção, não há o
direito de o sindicalizado, de o tra-
baldador, espontaneamente, livre-
mente, escolher sua direção. Quando
não são aqueles que são do gosto do
Ministério do Trabalho, são feitas
intervensões diárias nos sindicatos
de trabalhadores. É necessário que,
de imediato, seja dada ampla liber-
dade à classe obreira brasileira, que
é a quem constrói e dignifica este
país, para que possam, livremente,
aspirar a um lugar ao sol. Neste mo-
mento, Sr. Presidente, nesta data em
que reverenciamos o grande estadista
que foi Getúlio Vargas, não poderia
deixar de, em nome dos trabalhado-
res brasileiros, exaltar aquele que
tudo fez pelos trabalhadores, que se
sacrificou dando uma legislação tra-
baldista do mais alto gabarito, as
maiores garantias para que os tra-
baldadores tivessem, junto às suas
familias, melhores dias.

Eram essas as minhas palavras, já
que, infelizmente, não poderei estar
aqui na hora em que a sessão re-
verenciara a memória de Getúlio
Vargas. Não poderia deixar de con-
signar, no Pequeno Expediente, es-
sas palavras ao grande estadista que
foi Getúlio Vargas. (Sem revisão do
orador.)

O SR. PRESIDENTE — Tem a
palavra, para breves comunicações,
o nobre Deputado Miécimo da Silva.

O SR. MIECIMO DA SILVA —
Sr. Presidente, recentemente o Ilus-
tre Deputado Mauro Werneck recla-
mava, desta tribuna, providências
para instalação da rede elétrica da
Estrada do Magarça, em Guaratiba.
Aparteando S. Exa. declarei que as
medidas para a instalação da rede de
baixa tensão na Estrada do Magar-
ça já haviam sido adotadas pela
Light e pelo poder público do Estado.
Prometi a S. Exa. que, oportuna-
mente, traria mais informações, in-
clusive porque fui surpreendido aqui
com a reclamação do Deputado
Mauro Werneck. Prometi a S. Exa.,
naquela ocasião, que daria resposta,

O SR. JAMIL HADDAD — Sr. Pre-
sidente. Srs. Deputados. Infelizmen-
te motivos de ordem profissional im-
pedirão que permaneça hoje nesta
Assembleia para prestar minha ho-
menagem a Getúlio Vargas, já que
dentro de poucos minutos terei de
ir a Petrópolis, a fim de ver o filho

oportunamente, a respeito daquela
reclamação. Ao mesmo tempo Se-
nhor Presidente, quero responder ao
avicultor Alfredo Palhares Malafina,
residente na Estrada do Magarça
S.629, que me tem procurado insis-
tentemente para tratar do assunto.
Fiquei de dar aquele senhor uma
resposta por escrito.

DAZ-58.64 ~ Rio
Pag. 2422 - 2423

O SR. JAMIL HADDAD -- Sr.

Presidente, li hoje o editorial de um jornal da Guanabara que, se se verificasse no ano passado, julgaria tratar-se de outro periódico.

Sr. Presidente, o que diz esse editorial são realmente idéias que deputados da faixa nacionalista sempre defenderam e continuam defendendo. Causa-me estranheza encontrar, neste momento, na "Tribuna da Imprensa", um artigo como o que passarei a ler para conhecimento de toda a Casa. Trata-se de artigo, Sr. Presidente, que, como afirmel, se estivéssemos no ano de 1963, talvez se encontrasse no jornal "Última Hora", mas foi publicado mesmo, não sabemos por que motivo, na "Tribuna da Imprensa": -- (Lendo)

"A indústria siderúrgica, que mede o desenvolvimento econômico do País, foi obrigada a paralisar temporariamente as suas atividades. Assim procedeu porque os seus estoques estão se acumulando por falta de mercados.

A medida extrema, que traz aflição para um mercado de trabalho que envolve a subsistência de pelo menos dez mil famílias operárias, tem, pois, uma causa: é o processo da política deflacionária do Governo.

Já não é possível esconder a verdade. O problema do desemprego começa a delinear-se no Brasil com uma nitidez crua. Só os empreiteiros de obras governamentais despediram 200 mil empregados em todo o País.

No parque industrial de São Paulo, já foram registrados 300 mil desempregados, provindos principalmente das chamadas indústrias básicas.

A política de deflação, inaugurada pelo Governo Revolucionário e manipulada por técnicos frios e sem qualquer vivência empresarial, tem operado alarmante diminuição do crédito bancário para a iniciativa privada e também para as obras governamentais reprodutivas.

A Revolução, empenhada em corrigir os excessos, erros, anomalias e até crimes do corrupto e desvirtuado Governo Jango, age em função de fórmulas, conceitos, esquemas e doutrinas. Mas soluções equacionadas ou impostas para o processo deflacionário desintegram-se perante a realidade cotidiana de todos os dias.

O Ministério do Planejamento arquitetou um sistema habilidoso, pelo qual o futuro Plano Nacional de Habitação absorveria toda essa mão-de-obra disponível. Acontece, porém, que

esse plano levará pelo menos um ano até chegar à sua maturidade, ou mesmo à sua viabilidade.

E as 300 mil famílias de operários desempregados de São Paulo, e as outras centenas de milhares espalhadas pelo País inteiro, estão passando fome agora. E a fome não costuma esperar pelo êxito dos planos. Estes é que devem levar em conta esse fato social inadiável e intransferível.

Não bastasse isso, vemos os teóricos econômicos e financeiros da Revolução, homiziados nos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, promoverem o envio ao Congresso, de projetos como o da Lei de Remessa de Lucros (que favorece excessivamente o capital estrangeiro) e o da Eletrobrás, que permite o empréstimo, a empréas estrangeiras, de recursos brasileiros tirados das contas de luz de todos nós.

Não somos contra o capital estrangeiro, que consideramos indispensável ao progresso econômico e financeiro do País, que não poderia jamais ser acionado apenas pelas nossas insuficientes poupanças externas. Mas, evidentemente os dois casos acima mencionados documentam excessos escandalosos que estão a exigir pronta correção do Poder Legislativo e a reflexão de um Poder Executivo que, envolto num frenesi reformista, nem sempre tem conseguido separar o joio do trigo.

A temporária paralisação da indústria siderúrgica forma uma inquietante imagem: a de montanhas de estoques acumulados e a de operários de braços cruzados. Essa imagem junta-se a outras já conhecidas da opinião pública: a da inflação galopante, a do abastecimento avariado, a da falta de motivação dos empresários que provoca, por sua vez, a angústia dos assalariados incertos sobre o dia seguinte.

A imagem política da Revolução é a da prorrogação do mandato presidencial, com a pulverização do prazo constitucional reiterado pelo Ato Institucional.

A imagem administrativa é a da omissão e da estagnação.

A imagem econômico-social que ora se forma é a do desemprego.

Algo está errado nessa Revolução que "corrige" os índices do custo de vida da Fundação Getúlio Vargas para não assustar o povo; ou não se assustar a si mesma.

Mas a verdade é que, para se assustar, o povo não precisa ler estatísticas. Basta ir às feiras, nos mercados ou a qualquer lugar que ponha em evidência a sua condição de consumidor. Ou assustar... Em suma, basta viver.

Este, Sr. Presidente, é o editorial da "Tribuna da Imprensa", cuja manchete os Srs. Deputados podem ver: "Crise para a indústria que desemprega 200 mil".

Sr. Presidente, é realmente de se estranhar que essas considerações estejam sendo feitas agora na "Tribuna da Imprensa"; sabemos nós as causas que levam ao desemprego, sendo a primordial delas a falta do mercado consumidor interno. Se a inflação galopante se acelera como vem se acelerando apesar dessas medidas tomadas -- sabemos que não trarão essas medidas, alguma certeza, benefícios à população, como não conterão a inflação, não produzirão o conceito que se forma de que se estará equilibrando o Orçamento à base da distribuição dos salários dos funcionários. O que é necessário é que se aumente o poder equi-

ativo do povo brasileiro, com as reformas estruturais, básicas e necessárias, imediatas, porque o que verificamos é o inverso: a inflação galopante, que diminui o mercado consumidor, fazendo com que a indústria e o comércio fique estagnado e por que não dizer? fecha suas portas em determinados setores, trazendo com isso o desemprego em massa.

Assim, é necessário, apenas, que neste momento -- como já disse o Presidente Castelo Branco -- se parta, realmente, para as reformas estruturais básicas necessárias ao desenvolvimento e à emancipação econômica deste país, porque, com essa política pretendida pelo Fundo Monetário Internacional, a política da reformulação da Lei de Remessas e Lucros que apresenta o Ministro do Planejamento -- com argumentos, que a nós nos parecem tirânicos, de que, com a facilidade da saída do capital estrangeiro aqui empregado, haveria possibilidade de emprego de novo capital estrangeiro, temos a certeza, e o futuro dirá, que não se instalarão novos capitais estrangeiros neste País na incerteza de dias que não sabem quais serão para os seus capitais. (Sem revisão do orador).

26 JUL 1967

Jamil quer união de todos contra arbitrariedades

No entender do deputado estadual Jamil Haddad, do MDB, o ato do ministro da Justiça mandando confinar em Fernando de Noronha o jornalista Hélio Fernandes exige que todos os homens públicos do País, amantes da liberdade, se unam e impeçam uma ditadura total.

Salienciando a condição de adversário político do diretor da TRIBUNA, e o fato de fazer várias restrições pessoais à sua maneira de agir, o sr. Jamil Haddad acentuou que não pode deixar de protestar contra o confinamento em Fernando de Noronha.

Depois de ressaltar que a vigência dos Atos Institucionais terminou com a nova Constituição do Brasil, o deputado Jamil Haddad declarou que o ato de confinamento de Hélio Fernandes abre um precedente sem limites, podendo até mesmo, causar a derrubada do Governo Costa e Silva e a implantação de uma ditadura das mais violentas. Disse e ainda:

"Não podemos nos omitir diante de um fato desta natureza e a hora é de união geral, não só entre os deputados que compõem a Assembléia Legislativa da Guanabara, mas, também, entre os membros do Congresso Nacional, que têm de se levantar para impedir que suas portas sejam cerradas de vez. É hora do Poder Civil se afirmar, reagir e fazer com que o presidente da República volte atrás na decisão que tomou, através do ministro da Justiça, confinando um jornalista em um local distante e impedindo que exerça a profissão, sua única fonte de renda".

O sr. Jamil Haddad reafirmou que já sofreu muitas críticas por parte de Hélio Fernandes, e que mesmo sendo adversário político do ex-

presidente Castelo Branco não teria a coragem de escrever o artigo publicado na TRIBUNA, "mas — acrescentou — não podemos admitir que o princípio de liberdade neste País seja ameaçado pelos caprichos de uma minoria, que induziu o Governo a tomar a medida que confinou o diretor da TRIBUNA DA IMPRENSA. Já coloquei minha assinatura no requerimento de convocação extraordinária da ALEG para que seja apreciado o ato governamental

4 MA 1968

Para Jamil a revolução banii líderes

O deputado Jamil Haddad afirmou, ontem, na Assembléia da Guanabara, que a descrença que setores operários e estudantis têm no poder político é uma consequência indireta do movimento revolucionário de 1964, que prescreveu da vida pública autênticos líderes, causando um vazio de liderança no País, não só dentro da área político-partidária, mas em outros setores de atividade, inclusive militar.

O povo, disse o parlamentar do MDB, continua suportando as incompreensões, os salários baixos e a fobia oficial pela participação popular no processo político que caracteriza as decisões do Governo federal. Após condenar a evasão de técnicos do País, o sr. Jamil Haddad retomou o tema político para dizer que existe no País partidos consentidos, não ensejando tampouco o surgimento de novas lideranças e a renovação indispensável dos quadros partidários. "O regime em vigor no País — disse — não é democrático e não é exatamente ditatorial, mas obriga suas Forças Armadas, por vezes, a desempenhar papel de polícia, prendendo e torturando intelectuais e estudantes."

RECONQUISTA

Se não ocorrer a concessão de anistia aos atingidos pelo governo revolucionário — acentuou o sr. Jamil Haddad — os políticos que realmente desejarem fazer alguma coisa pelo País terão que marchar lentamente para reconquistar a confiança do povo, trilhando os caminhos que são revelados pela lucidez da Igreja Católica, que tomou posição contra a sufocação das liberdades e contra as injustiças sociais.

8 NOV 1962

"CORREIO DA MANHÃ"

25 SET. 1964

Encontro nacional de solidariedade à Cuba

A F. N. A. C. reitera a sua posição de integral apoio e solidariedade ao grande Encontro Nacional de Defesa dos Postulados de Autodeterminação Política, Econômica e Militar de todos os povos e conchama o povo brasileiro para uma ampla união na luta pelos princípios de não intervenção, sob quaisquer pretextos, na pequena e heróica ilha do Caribe — CUBA — hoje centro de resistência contra a prepotência e a dominação do imperialismo colonialista.

A F. N. A. C., que mesmo em sua fase de organização já está recebendo irrestrito apoio dos mais variados e importantes setores da vida pública brasileira, lutará, também, pela paz mundial e pela manutenção da atual política externa do Brasil, cujo certo muito contribuiu para o êxito dos primeiros entendimentos para a solução da grave crise cubana.

Sede: Rua Senador Dantas n. 117 — Grupo: 1904/5 — Estado da Guanabara.

A Comissão Organizadora:

- ✓ Sérgio Magalhães — Deputado Federal
- ✓ Breno Silveira — Deputado Federal
- ✓ Roland Corbisier — Deputado Estadual
- ✓ Max da Costa Santos — Deputado Federal
- ✓ Oscar Gonçalves Castos — Ccl. da Reserva do Exército
- ✓ Hélio Marques da Silva — Pres. do Sindicato dos Professores
- ✓ Mourão Filho — Líder Popular da Guanabara
- ✓ Jamil Haddad — Deputado Estadual
- ✓ Izaltino Pereira — Líder Metalúrgico
- ✓ Bayard Demaria Boiteux — Executiva do Partido Socialista Brasileiro
- ✓ Giovanni Romita — Pres. do Sindicato dos Gráficos

FORÇAS ARMADAS

O deputado Jamil Haddad classificou, ontem, de "ilegais as inúmeras demissões que vêm ocorrendo nas Forças Armadas, originárias de decretos do presidente Castelo Branco. São ilegais — disse — porque nem a Constituição Federal, tampouco o Ato Institucional, prevêem tal tipo de sanção. O artigo 182 da Carta Magna garante a carta-patente aos oficiais das Forças Armadas e a demissão de oficiais é ato que só se configura, na hipótese de ser requerida pelo interessado. Os oficiais demitidos — concluiu — já tiveram seus direitos políticos cassados e, ainda com base na Constituição Federal, evidencia-se o princípio jurídico de que a mesma pessoa não pode ser condenada duas vezes pelo mesmo fato".

"CORREIO DA MANHÃ"

1 NOV 1962

Famílias de atingidos têm assistência

Advogados, advogadas e dentistas estão à disposição das famílias dos atingidos pelo Ato Institucional na Avenida Rio Branco, 173, 2º grupo 203, sede do PSB. Todos os serviços são prestados gratuitamente, com a colaboração dos profissionais da Comissão de Auxílio a essas famílias necessitadas, e a campanha não tem caráter político.

Para atendimento e informações os interessados devem procurar o endereço acima, de segunda a sexta-feira, entre 9/12h e 16/19h, para a organização de fichas e outras esclarecimentos. A comissão, sob a direção dos mrs. Bayard Boiteux, Jamil Haddad, Edméa Cunha, Dircé Santana e José Carlos do Albuquerque, está pedindo a colaboração das pessoas generosas para que a iniciativa tenha o melhor sucesso.

Dep. Est. CB



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
D. A.
09656 - 9 ABR 69
SERVIÇO DE COMANDANTES

Carimbo do S. C.

MEMO. S/N GAB/MJ

Sol. seja protocolizado o memo. ref. AVISO

nº 128/CIEx. de 20.3.69, do MIN/EXERCITO, a fim de.....

Autuação

Anexos:

JAMIL HADDAD

Dep Est

Distribuição

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gab 9.4.69

Dr. Campelo



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Rio, 9/4/1969

09656 - 9 APR 69

SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES

Senhora Chefe do Serviço de Comunicações

Solicito seus bons ofícios no sentido de ser pro-
 colado o presente memorandum referente ao Aviso nº 128/CIEX., de 20
 de março último, do Ministério do Exército, a fim de formar proces-
 so de caráter reservado.

Atenciosamente

Augusto José de Sá Campello

Assistente Adjunto

SECRETO



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

AVISO Nº 128 /CISEx

RIO DE JANEIRO, GUANABARA
EM 20 DE MARÇO DE 1969.

Senhor Ministro

Tenho a honra de remeter a V Exa, nos termos do Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968, o processo anexo, referente a JAMIL HADDAD - Deputado Estadual/GB -, sendo de parecer que, ao indiciado, podem ser aplicadas as sanções previstas no ítem I do Artigo 2º do citado Ato, sem prejuízo da ação penal de que fôr passível.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V Exa os protestos de elevada consideração e apreço.

A. de Lygia Tavares

Exmo Sr
Professor LUIZ ANTÔNIO DA GAMA E SILVA
MD Ministro de Estado da Justiça

SECRETO



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Comissão de Investigação Sumária do Exército

INDICIADO: JAMIL HADDAD

AUTUAÇÃO

Aos 10 dias do mês de MARÇO do ano de 1969, nesta cidade do Rio de Janeiro, ESTADO DA GUANABARA, autuo o Ofício 37-Plan-D e anexos fls 2 à e mais documentos que a êste junto e me foram entregues pelo Sr. CORONEL SECRETÁRIO da CI^SEx, do que, para constar, lavro êste termo.

Eu, OSCAR DA SILVA, Major - 1G-439.212, servindo de Escrivão, que o escrevi e subscrevo.

[Handwritten signature]

OSCAR DA SILVA - Major - 1G-439.212
Escrivão da CI^SEx

[Handwritten initials]

SECRETO

CI^SEx
0205

fl 2

SECRETO

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA DO EXÉRCITO (CISEx)PROCESSO Nº **CISEx**
00205 - 30 Jan 69I D I C I A D O:

- Nome: JAMIL HADDAD (Médico - Deputado Estadual/GB)
 - Filiação: Shicralla Haddad e Salma Haddad
 - Data do nascimento: 02 de abril de 1926
 - Nacionalidade: Brasileira
 - Naturalidade: Estado da Guanabara
 - Estado civil: Casado
 - Residência: Av Maracanã 1241 - Tijuca/GB
 - Profissão: DEPUTADO ESTADUAL PELO MDB/GB, MÉDICO
 - Outras atividades:
 - Observação: Não sofreu sanção do AI-5, até a presente data.
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-

SECRETO

SECRET

SECRET

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
 GABINETE DO MINISTRO
 N.º 72
 Em 27 de JAN de 1969
 PROTOCOLO
SECRET



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

CISEx
 00205

QUARTEL-GENERAL DO I EXÉRCITO

OFÍCIO Nº 27-Plan-D

Rio de Janeiro, GB, 24 Jan 69
 Do Comandante do I Exército

Ao Senhor Ministro do Exército

*Autue se e distribua se
 as relató 10-III-69
 Jca Sarmiento*

Assunto Aplicação do AI-5

ANEXO: 1 (uma) relação

1. Este Comando, em complemento ao Ofício nº 30-Plan-D, de 31 de dezembro de 1968, encaminha a V Exa nova relação de pessoas (Deputados Estaduais) cujas atividades têm sido nocivas aos princípios moralizadores consagrados pela Revolução de 1964, a fim de serem enquadrados no Ato Institucional nº 5 (AI-5).

2. Informo ainda que estudos continuam a ser realizados pelo I Exército no sentido da formulação de novas relações, a serem enviadas oportunamente a alta consideração de V Exa.

Gen Ex *Syveno Sarmiento*

Gen Ex SYSENO SARMENTO
 Comandante do I Exército

Cent I Exército.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
 CISEx
 000036 30 JAN 69
 PROTOCOLO

SECRET

SECRET

Historico : Vice-Prez PSB. Prot 8262 e 7569/65.
Consta fazer parte do GRIS.
Ver Informe 206/66, I Ex.

Profissao :

Endereco :

Nome _____

HABAD - Jantl

SECRET
3 X 1

SECRET

00205
EX
00205

Int. 000 205 30 JAN 69

[Handwritten signature]

18. pro. csa. 147. a, p. 20

f 2

SECRETO

CIS Ex
00000

MINISTÉRIO DA GUERRA

ADATNUU

I EXÉRCITO - 2º REGIMENTO DE MONTARIA - 1ª Bateria - 1º Grupo, GB, 15 Mai 66.-

- 1. ASSUNTO: *Handwritten: análise da situação.* Análise da Situação.-
- 2. OBJETIVO: *Handwritten: I Exército (Informante e Sub Agências).* I Exército (Informante e Sub Agências).-
- 3. CLASSIFICAÇÃO: *Handwritten: A-1* A-1
- 4. DISTRIBUIÇÃO: *Handwritten: EME - GN - ATQ* EME - GN - ATQ
- 5. NOME DA DE ORIGEM: *Handwritten: EME - 1ª DI - GN - 1ª RM - DB -* EME - 1ª DI - GN - 1ª RM - DB -
- 6. DATA: *Handwritten: (1)-Info Nº 100/66 de I Ex ao EME e GN; (2)-Inf Nº 56/66 da 1ª DI; (3)-RFB Nº 46/66 da 1ª RM e RFB Nº 157/66, enviada pela DB em 26 Abr 66.-*
- 7. REFERÊNCIA: *Handwritten: (1)-Info Nº 100/66 de I Ex ao EME e GN; (2)-Inf Nº 56/66 da 1ª DI; (3)-RFB Nº 46/66 da 1ª RM e RFB Nº 157/66, enviada pela DB em 26 Abr 66.-*

INFORME Nº 206/66

- 1. Com referência à Informação Nº 100/66 deste Ex, esta Agência apresenta mais o seguintes:
 - a. O Procurador do LAFM Sr LUCAS BARGELOS GONÇALVES é o Secretário particular do Ministro do Trabalho Cel PERACHI BARGELOS. No Governo passado o mesmo, Sr Lucas, esteve à disposição do Ministro do Trabalho no tempo do Sr AMAURI SILVA. Consta que não é comunista. As razões dessas nomeações é que o Dr Lucas é filho de um fazendeiro rico cujas terras fazem limites com as de JANGO.
 - b. Foi noticiado pelos jornais a criação do GEIT (Grupo de Estudos Intelectuais e Trabalhadores) do qual fazem parte o deputado esquerdista JAMIL HADDAD e o professor BAYARD BOITEUX. O fato deu-se na residência do deputado JAMIL.

SECRETO

SECRETO

JUNTADA

Aos 12 dias do mês de maio do ano de 1909
 na Sala dos Generais do M. Ex. Junta-
 tada aos presentes: aules dos destes 6 a 16 qu
 adeante se segue M., a que se a constar, livro
 este termo. Eu,

[Handwritten signature]

NB. p. 12. 13. 14. 2, P. 23

SECRET

CISEx
00474

SECRET

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
N.º 127
Em 7 de Fev de 1969
PROTOCOLO
SECRET



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

SECRET

CISEx
00205

QUARTEL-GENERAL DO I EXÉRCITO

Rio de Janeiro, GB, 3 Fev 69

OFÍCIO Nº 65

Do Chefe do Estado-Maior do I Exército

Ao Sr Presidente da Comissão de Investigaçã Sumária do Exército

Assunto Subsídios para processo de atuação anti-revolucionária de políticos e jornalistas (REMETE).

ANEXO: - 5. processos

- Encaminho a V Exa, como subsídio, a documentação anexa, relativa a inquirições procedidas nos cidadãos adiante nomeados:

 - RAPHAEL HERMETO DE ALMEIDA MAGALHÃES (Of nº 30-Plan-D, de 30 Dez 68, ao Gab Min Ex);

 - JOEL RIBEIRO DA SILVEIRA (Of nº 49-Plan-D, de 30 Jan 69, ao Gab Min Ex);

 - CARLOS HEITOR CONY;

 - JAMIL HADDAD (Of nº 37-Plan-D, de 24 Jan 69 ao Gab Min Ex); e

 - JOSÉ MONTES PAIXÃO (Of nº 63/Plan-D, de 30 Jan 69 ao Gab Min Ex).

Gen. Cardoso

Gen. Bda HENRIQUE CARLOS DE ASSUMPCÃO CARDOSO
Chefe do EM/I Exército

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
CISEx
000125 14 FEV 69
PROTOCOLO

SECRET

SECRET

RESERVADO
SECRETO



CISEx
10474

CISEx
00205

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
PRIMEIRO EXÉRCITO
QUARTEL GENERAL DA 1ª DIVISÃO DE INFANTARIA

Vila Militar, GB, 23 Jan 69
Do Comandante da 1ª D I e Gu V M

Ofício nº
53/GET/1ª D I

Ao Exmo Sr Gen Cmt do I Exército

Assunto: Aplicação de sanções previstas
no AI-5.

Anexo: 1 (um) Processo de Investiga-
ções Sumárias.

1. Durante as investigações sumárias que mandei proceder a respeito do cidadão JAMIL HADDAD, ficou suficientemente comprovado que:
 - desenvolveu sempre sua atividade política em oposição aos princípios e à ação da Revolução Democrática de 1964.
2. Em consequência, encaminho a V Exª o processo anexo e a sugestão de que seja aplicado ao cidadão JAMIL HADDAD, as sanções previstas no Artigo nº4º do AI-5.

Gen João Dutra de Castilho
 GEN DIV JOÃO DUTRA DE CASTILHO
 Cmt da 1ª D I e Gu Vila Militar

QG - I Ex - E2	
PROVIDÊNCIAS	
PB:	_____
INF:	_____
INFO:	_____
RPB:	_____
OF:	_____
ARQ:	_____
OBS:	_____

QG - I Ex - E2
 DOCUMENTOS
 SIGILOSOS
 PROTOCOLOS
 N.º 566
 E 240/69
 E2

SECRETO

RESERVADO



FRENTE

N8. P10. 55. 143-3/p. 25

VERSO

JAMIL
HADDAD

FOR SALE
Nicolau
22 AGO. 1967

PRACA FLORIANO, 55
6/301 - TEL. 22-0228
CINELANDIA

fls/1.

SECRETO

CISEx
~~00474~~

L. 474

CISEx
00205

FICHA DE QUALIFICAÇÃO

NOME: JAMIL HADDAD

IDENTIDADE: Felix Pacheco 578.963 - Conselho Regional de Medicina 3694.

FILIAÇÃO: Shicralla Haddad e Salma Haddad

ESTADO CIVIL: Casado

NASCIMENTO: 2 Abr 26

NATURALIDADE: Estado da Guanabara

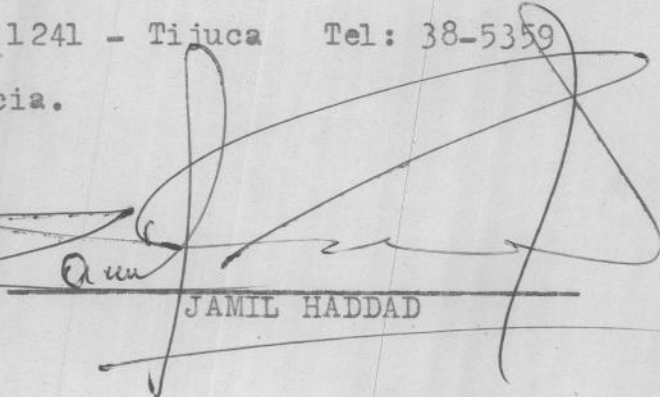
PROFISSÃO: Médico - Deputado Estadual pelo MDB - GB

CARGO: Deputado Estadual

ENDERÊÇO: Av. Maracanã 1241 - Tijuca Tel: 38-5359

DOMICÍLIO: O da residência.

Ann



JAMIL HADDAD

SECRETO

Depoimento do Deputado Jamil Haddad



SECRETO

CISEx
00205

- 1) Quando começou a trabalhar?

Meu pai, comerciante, sócio da firma K. Haddad e Irmãos situada à rua da Alfândega 275, patrocinou meus estudos até o grau de acadêmico de medicina, quando em 1948 trabalhei no SAMDU e no Hospital Moncorvo Filho, conseguia além dos vencimentos, alguns proventos/auxiliando médicos em operações particulares.

- 2) Quais foram seus emprêgos sucessivos?

Acadêmico de medicina, (1948) no SAMDU e como médico fui nomeado/para o antigo IAPETC. Atualmente continuo como médico do atual IN PS, porém licenciado em razão de exercer o mandato parlamentar.// Particularmente continuo exercendo dentro de minha especialidade/(ortopedia) a profissão particularmente dentro de minhas possibilidades de horário disponível.

- 3) Quanto ganhava nesses seus emprêgos?

Acadêmico, 400 cruzeiros antigos e como médico iniciei com 4.310/cruzeiros antigos. Quando fui licenciado (1962) percebia cerca de 300 cruzeiros novos. Na clínica particular era muito variável meu ganho em razão de grande atendimento de pessoas de poucos recur-/sos. Além de médico nao possuo outras atividades extra-profissio-/nais.

- 4) Recebeu alguma herança? Em que cartório consta o processo de partilha?

Não recebi herança de espécie alguma.

- 5) O senhor é rico ou pobre?

Vivo razoavelmente dentro de meus vencimentos.

- 6) Como obteve recursos para suas campanhas eleitorais?

Em tôdas as campanhas eleitorais nunca aceitei ajuda financeira//de qualquer espécie para financiá-las, sendo minha publicidade///sempre muito restrita e feita apenas por prospectos orientando a/votação, assim como impressos com o meu retrato e o número de ins-/crição eleitoral no TRE. Apoiei na última eleição para Senador o/7 Sr. Danton Jobim e para Deputado Federal o Deputado Gonzaga da Ga-/ma Filho sem a ajuda alguma financeira por parte dos supra-cita-/7 dos candidatos. Sempre regeitei ajuda financeira de qualquer espé-/cie para minhas campanhas eleitorais.

- 7) Em quanto avalia seus bens móveis, semoventes, imóveis, depósitos bancários no Brasil e no exterior?

Possuo um automóvel Aero-Willys 63 comprado em 1964 pelo valor de 4.200 cruzeiros novos, sendo 2.000 de entrada e o restante em pres-/tações, comprado de Almir Rodrigues da Silva - vendedor de auto-/móveis de Copacabana (promissórias pagas no BNMG - Agência Ouvi-/dor).

Dois terrenos (ver declaração de bens anexa).

Depósitos bancários no Brasil: Banco Mercantil de Descontos (Agên-/cia Buenos Aires), Banco Libanês do Comércio (esquina Regente Fei-/jó), Banco Nacional de Minas Gerais (Agência Tiradentes) e meu//vencimento é pago em conta no Banco do Estado da Guanabara (Agên-/cia Marquês de Herval). O total nao ultrapassa 350 cruzeiros no-/vos em todos eles. Nao possuo depósito bancário no exterior.

- 8) Como explica seu enriquecimento?

Não sou rico. Resido com meus pais em imóvel alugado (aluguel no//valor de 500 cruzeiros novos mensais), dando para manutenção do//lar e ajuda do pagamento do aluguel a importância de 700 cruzei-/

SECRETO

*de 10/5*CISEx
00205CISEx
~~00474~~

2.

PA

ros novos mensais.

SECRETO

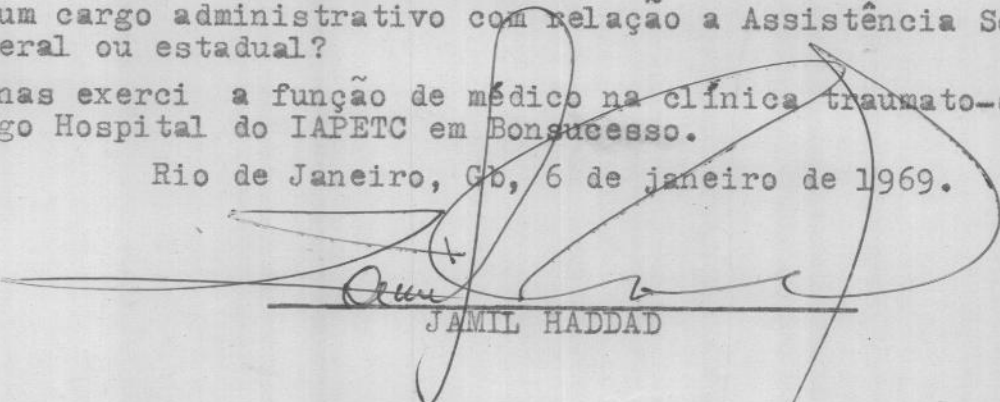
9) Quais as suas ligações com o Deputado Sami Jorge?

Sou primo de sua mãe, não tendo relações de ordem pessoal com o mesmo desde 1959, quer pessoais quer políticas.

10) Ocupou algum cargo administrativo com relação a Assistência Social no âmbito federal ou estadual?

Nunca, apenas exerci a função de médico na clínica traumato-ortopédica do antigo Hospital do IAPETC em Bonsucesso.

Rio de Janeiro, Gb, 6 de janeiro de 1969.


JAMIL HADDAD**SECRETO**

CISEx

00205

DEPOIMENTO DO DEPUTADO JAMIL HADDAD

(Depoimento Político)

CISEx

00474

- 1) Confirma que no Diário da Assembléia Legislativa de 19 de março de 1968 foi transcrito um trecho de seu discurso no qual relata que logo após receber um simples informe de dois bancários a respeito de um espancamento por eles sofrido em frente à Central do Brasil, foi à tribuna fazendo apreciações e críticas contra as autoridades da Polícia Militar?

Sim, a minha fala naquela oportunidade era a seguinte: "vou também, procurar saber quais os autores desta arbitrariedade para dar a resposta exata, no momento exato a quem diz que vivemos no regime democrático e que não consente que o povo lute pacificamente pelas suas reivindicações".

- 2) Reconhece como Deputado, que em determinados locais são proibidas/manifestações coletivas que prejudicam a ordem pública?

Sim, mas em alguns casos as autoridades constituídas concedem licença para tais manifestações.

- 3) Confirma que em 3 de abril de 1968 pronunciou um discurso na Assembléia Legislativa em que relatou um trecho do manifesto do Sr Carlos Lacerda que dizia que o Exército havia se transformado em força policial?

Sim, quando do ato governamental considerando ilegal a Frente Ampla o Sr Carlos Lacerda lançou um manifesto que foi lido na Assembléia do Estado que me causou de imediato uma grande revolta que me levou imediatamente à tribuna. No referido trecho citado na pergunta acima, declarei que o Sr Carlos Lacerda não tinha moral para fazer aquela crítica pois por várias vezes solicitou às Forças Armadas sua intervenção na vida política do País citando como exemplo o seu pedido para que não fosse dada posse ao Presidente Juscelino Kubitschek, eleito democraticamente.

- 4) Confirma que na mesma data declarou que os comunistas tinham pleno direito de protestar contra as medidas violentas tomadas pela polícia no Calabouço contra os estudantes?

Sim, pois acho que todo cidadão tem o direito de expressar sua revolta, arcando com a responsabilidade dos seus atos.

- 5) Confirma que sempre batalhou pela pacificação nacional com a anistia dos atingidos pelos atos institucionais por crimes políticos?

Sim, pois conforme pode ser constatado em vários pronunciamentos meus não desejo que o ódio e o desejo de vingança atinjam centenas de famílias que a tradição histórica brasileira mostra que alguns dos elementos que hoje estão no poder são anistiados de ontem, que sempre fui favorável a que fosse dado direito de defesa aos proscritos políticos após o movimento revolucionário de 31 de março de 1964.

- 6) Confirma ter comparecido à solenidade de encerramento da Semana de Reforma Agrária (20 de maio de 1963), patrocinado pelo Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia e realizado no recinto deste estabelecimento de ensino. Que tal solenidade sob a responsabilidade da UNE foi denominada "A Noite dos Gorilas". Que juntamente com os ex-deputados Sérgio Magalhães, Max da Costa Santos, Paulo Alberto Monteiro de Barros, além de representantes do extinto CGT, das extintas UNE e UME e de organizações camponesas?

Sim, que como político, sendo favorável a Reforma Agrária fui convidado lá comparecendo me recordando não ter participado da mesa e de me ter retirado antes do encerramento do referido ato. Recordo-me de ter visto os ex-deputados acima citados. Só agora estou sendo sabedor que tal solenidade foi denominada "A Noite dos Gorilas". Que provavelmente lá estiveram representantes do CGT, UNE e UME, porém não me recordo de tê-los visto.

SECRETO

SECRETO

CISEx
00205CISEx
00474

2.

7) Perguntado se fez parte do PSB, seção do Estado da Guanabara durante o biênio 1961/62.

Sim.

8) Tomou parte ativa na campanha política do Marechal Teixeira Lott, por ocasião das últimas eleições a governador do Estado da Guanabara?

Sim, pois sempre considerei o Mal Lott um militar de grande valor e por achar o mesmo um homem de caráter inatacável.

9) Esteve presente no dia 20 de agosto de 1965 na posse da primeira diretoria do CACO - LIVRE, realizada em frente ao prédio da Faculdade de Direito da UFRJ?

Sim, recebi um convite e como político lá compareci.

10) Compareceu a uma reunião do MDB, seção do Estado da Guanabara, com a finalidade, entre outras, de encaminhar uma moção à Direção Regional do Partido, para exigir uma definição política do Governador Negrão de Lima, dentro do programa do MDB, no tocante a uma oposição ao Governo Federal?

Sim, mas a referida moção não chegou a ser votada, pois a maioria dos presentes, inclusive eu, achou que não poderia haver uma definição política de oposição ao Governo Federal dentro do programa partidário por parte do Governador do Estado por não ser o mesmo filiado ao Partido.

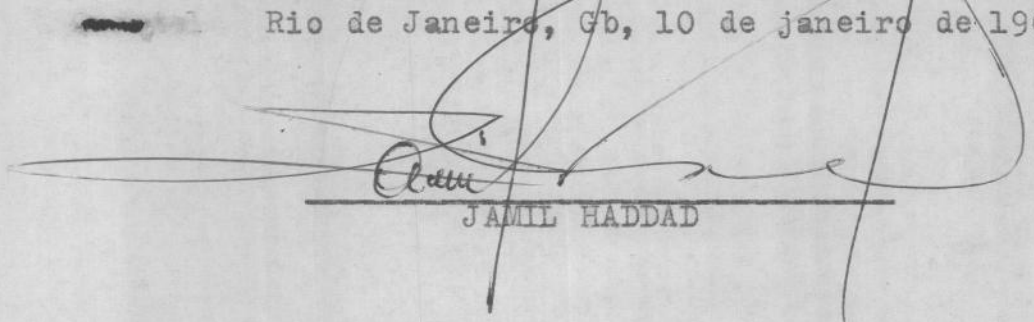
11) Foi registrado como destinatário da publicação "Pequim Informa" ou é autor de algum livro que possa ser considerado subversivo?

Se agora tive conhecimento da existência de uma publicação com o nome de "Pequim Informa", razão pela qual não poderia eu ser destinatário da mesma. Nunca escrevi nenhum livro, mas constantemente em razão do meu nome tenho sido confundido com o escritor Jamil Almansur Haddad.

12) Confirma ter defendido a concessão do título de cidadão do Estado da Guanabara ao Sr Pablo Neruda apesar de saber que o mesmo era comunista?

Sim, pois o poeta Pablo Neruda é considerado hoje um dos maiores poetas do mundo contemporâneo. No campo das ciências, da arte e da tecnologia acho que a ideologia é secundária. O referido título seria concedido ao poeta Pablo Neruda e não era um apoio às ideias políticas do mesmo. O Museu de Imagem e do Som gravou a vida literária do supracitado, digo, supra citado poeta.

Rio de Janeiro, Gb, 10 de janeiro de 1969


JAMIL HADDAD

SECRETO

RELATÓRIO

CISEx
00205CISEx
0474**SECRETO**

Examinando-se atentamente a presente investigação sumária, verifica-se que JAMIL HADDAD, filho de Shicralla Haddad e de Salma Haddad, casado, nascido a 2 de abril de 1926, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, médico, exercendo atualmente mandato de Deputado Estadual pelo MDB-GB, é acusado de corrupção e de uma nítida abertura para a extrema esquerda como Deputado Estadual.

a) PARTE EXPOSITIVA:

a.1) Da análise de seus bens imóveis, móveis e sermoventes, pode-se verificar por seu depoimento e pela documentação anexa que, se indícios de corrupção existirem, foram acobertados pelo depoente, tornando-se difícil a este processo uma conclusão a esse respeito.

a.2) Da análise de suas atividades políticas verifica-se que:

- Demonstrou-se contra o confinamento do jornalista Hélio Fernandes (Diário da Assembléia Legislativa nº 115, de 3 de agosto de 1967 - pág. 1846).

- Teceu comentários acêrca da prisão pelo DOPS de elementos que estavam apoiando um grupo estudantil (Diário da Assembléia Legislativa nº 116, de 4 de agosto de 1967 - pág. 1859).

- Comentou sobre a morte do estudante no restaurante do Calabouço (Diário da Assembléia Legislativa nº 27, de 30 de março de 1968 pág. 465).

- Comentou a respeito de movimento estudantil (Diário da Assembléia Legislativa nº 78, de 21 de junho de 1968 - pág. 1709).

- Criticou a prisão dos estudantes presos na Reitoria, quando depredavam instalações da UFRJ (Diário da Assembléia Legislativa nº 79, de 22 de junho de 1968) - pág. 1741).

- Votou favoravelmente ao requerimento de congratulações pela vitória da democracia francesa (Diário da Assembléia Legislativa nº 81, de 26 de junho de 1968 - pág. 1736).

- Criticou a prisão do líder estudantil Vladimir Palmeira, dizendo que foi inoportuna (Diário da Assembléia Legislativa nº 54, de 6 de agosto de 1968).

- Lamentou a rejeição do requerimento que concedia o título de cidadão carioca ao poeta Pablo Neruda (Diário da Assembléia Legislativa nº 152, de 1º de novembro de 1968 - pág. 3387).

- Em 3 de abril de 1968 disse que o Sr. Carlos Lacerda transformou o Exército em força policial.

- Em 19 de abril de 1968 pediu a pacificação ampla e total, quebrando, logo após a mesa e jogando para o alto a urna de votação na Assembléia.

- Em seu depoimento político podemos observar que não negou sua participação em movimentos contra o regime, justificando-se pela ignorância do que tais movimentos representavam.

- Em tais movimentos reconhece que deles participaram elementos como os representantes dos extintos CGT, UNE, UME, etc.

- Como participante do PSB, pode-se notar que sua tendência para a esquerda data de 61/62.

- Esteve em reunião de posse da Diretoria do CACO-LIVRE em 20 de agosto de 1965.

b) PARTE CONCLUSIVA:

Pela análise atenta do depoimento e da documentação concernentes ao Deputado Estadual JAMIL HADDAD nota-se a evidência de sua ten-

SECRETOCamargo Ferraz
el

1/14
SECRETO

CISEx
00205

CISEx
00474

Fl.2

dência à extrema esquerda e sua solidariedade ingireta nos atos atentatórios ao regime. Quanto à acusação de corrupção feita contra o acusado, nao se pode concluir sua culpabilidade por falta de elementos taxativos.

Pelo exposto, e salvo melhor juízo, sou de parecer que deve ser// cassado o mandato do Deputado Estadual JAMIL HADDAD e seus direitos políticos suspensos.

Rio de Janeiro, Gb, 16 de janeiro de 1969.

Milton Camara Senna

MILTON CAMARA SENNA
Cel Enc da IS *W.*

SECRETO

115
SECRETOCISEx
00205CISEx
00474Declarações de bensDeclarante: JAMIR HADDADFilho de Shiralla Haddad e
Salma Haddad

Nascido em 2 de Abril de 1926.

Estado da Guanabara.

basado (com Aida Jones Haddad)
Médico, formado em 1949 pela Facul-
dade Nacional de Medicina.Residente na Avenida Maracana
Deputado Estadual. (Eleito em 1962¹⁹⁶¹
e reeleito em 1966)

— Um terreno medindo 10x30 metros
no Parque São Nicolau, localizado
na Estrada de Luvas, no município
de São João de Meriti - adquirido
à Sociedade Ortodoxa São Nicolau
em 14 de Outubro de 1955 conforme
instrumento lavrado no Cartório do
1.º Ofício (Munlo Costa) daque-
la cidade, registrado no Livro 9-A.
Valor da aquisição: quarenta e
cinco cruzeiros novos. A referida
importância foi paga em presta-
ções mensais

— Um terreno no "Jardim Atlântico"
localizado no 3.º Distrito do Municí-
pio de Maricá (inscrição 9682 - lote no 6.
quadra 291 - registrado no Livro 8-C,
folhas 71r. - cartório do 2.º Ofício de

SECRETO

luarica (Ayrthon Caldeira Dias) - adquirido à Companhia Vidreira por sessenta prestações de quinhentos cruzeiros antigos). A última prestação só foi paga em 6 de julho de 1968, pois o declarante nessa época recebeu intimação a respeito do supra-citado cartório, havendo, então, pago a quantia de R\$ 40,43 referente às prestações ainda não salda das, e jurou de mora - o declarante julgava haver perdido o direito ao Tenedo em razão de ter sido a respectiva documentação furtada de seu automóvel e por não mais ter sido procurado pelo cobrador.

- Uma cota parte do "Parque Hotel" localizado no Município de Campos de Jordão. Pagamento efetuado através de 30 prestações de R\$ 3,80 - terminando em 1963.

- Uma cota parte do "condomínio Serra e Uar" - 36 prestações no valor de R\$ 12,00 e a inicial no valor de R\$ 30,00 - já pagas 30 prestações (Contrato nº 4459)

- Um automóvel "Aero-Willys" (2000) ano 1963 - modelo 3.1145 - cor azul - motor B3-010.135 - série 3-1145-11289 - adquirido em março de 1964 por R\$ 4.200,00 (entrada de R\$ 2.000,00 e o restante em prestações) - Placa GB-25-40-61.

- Um título de sócio proprietário do Clube Monte Libano (nº 300) adquirido em 15 de abril de 1956

- Um título de sócio proprietário

196/

SECRETO

CISEx
00205

CISEx
~~00474~~

do Clube Sírio Libanês do Rio de Janeiro
(nº 1305), adquirido em 3 de Junho de 1962.

— Um título de sócio proprietário
fundador do "Santa Paula Cristandinha
Clube".

— Um título de sócio propieta-
rio do "Country Clube de Caca e Pesca"
(nº 1031). Última prestação paga em
26 de Outubro de 1965.

— Um título de sócio titular
do "Country Clube da Tijuca" (nº 375)
última prestação paga em 30 de Junho
de 1965.

Rio de Janeiro, 1 de Janeiro de 1969.

Assinatura

SECRETO

CONCLUSÃO

Aos 17 dias do mês de Março do ano de 1969
 na Sala dos Generais do Min Ex, faço os
 presentes autos conclusos ao Sr Cel Secreta-
 rio da CISEX do que para
 constar lavrei este termo. Eu,

[Handwritten signature]

RECEBIMENTO

Aos 17 dias do mês de Março do ano de 1969
 na Sala dos Generais do Min Ex, me
 foram entregues estes autos pelo Sr Cel Secreta-
 rio da CISEX do que, para
 constar, lavrei este termo. Eu,

[Handwritten signature]

JUNTADA

Aos 17 dias do mês de Março do ano de 1969
 na Sala dos Generais do Min Ex, faço jun-
 tada aos presentes autos dos docs 17 a 20 que
 adiante se seguem, do que, para constar, lavrei
 este termo. Eu,

[Handwritten signature]

17
SECRETO



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
 COMISSÃO DE INVESTIGAÇÕES SUMÁRIAS DO EXÉRCITO
 (CISEx)

CISEx
 00205

RIO DE JANEIRO, GB

17 MAR 69

PROCESSO Nº 30 JAN 69

INDICIADO: JAMIL HADDAD

FUNÇÃO: Deputado Estadual pelo MDB/GB

RELATÓRIO

1. ACUSAÇÕES:

- O indiciado tem atuação marcadamente contrária à REVOLUÇÃO Democrática de 1964. Sistemáticamente fazia pronunciamentos na Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara apoiando agitadores e líderes comunistas como, por exemplo, VLADIMIR PALMEIRA. Em tôdas essas manifestações colocava-se a "priori" contra as autoridades e em favor de esquerdistas com quem convive e trabalha politicamente.

- Em 19 de abril de 1968, em inequívoca demonstração de falta de decôro parlamentar, provocou tumulto quebrando mesa e jogando para o alto a urna de votação em plenário da Assembléia.

- Confessa sua participação em movimentos contra o regime, inclusive, com elementos de existência ilegal tais como os representantes da CGT, UNE e UME.

2. PROVAS:

- Os fatos alinhados, constam de documentos assinados pelo indiciado em confissão insofismável, e publicados no Diário da Assembléia Legislativa.

3. CONCLUSÃO:

- Julga o Relator que o presente processo deve ser remetido ao MINISTÉRIO DA JUSTIÇA que, por intermédio de sua Comissão

SECRETO

des 18

SECRETO

CISEx
00205

CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO ATINENTE AO PROCESSO Nº

CISEx

de Investigação, está capacitado a enquadrar o indiciado no Ato Institucional nº 5, cassando seu mandato, suspendendo seus direitos políticos, tudo sem prejuízo da ação penal de que fôr passível.

Gen José Canavarro Pereira

GEN DIV JOSÉ CANAVARRO PEREIRA

RELATOR

SECRETO

19
SECRETO



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
COMISSÃO DE INVESTIGAÇÕES SUMÁRIAS DO EXÉRCITO
(CISEx)

CISEx
00205

RIO DE JANEIRO, GB

17 MAR 69

PROCESSO Nº 30 JAN 69

INDICIADO: JAMIL HADDAD (Deputado Estadual/GB)

SESSÃO: 9ª

DECISÃO DA COMISSÃO

Aprovar o parecer do relator e sugerir ao Excelentíssimo Senhor MINISTRO DO EXÉRCITO a remessa do processo ao Ministério da Justiça, nos termos do Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968.

Gen. José Canavarro Pereira

GEN DIV JOSÉ CANAVARRO PEREIRA
PRESIDENTE

Gen. Sylvio Couto Coelho da Frota

GEN BDA SYLVIO COUTO COELHO DA FROTA

Gen. Francisco Esteliano Bastos de Aguiar

GEN BDA FRANCISCO ESTELIANO BASTOS DE AGUIAR

SECRETO

fls 20
SECRETO



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO DO MINISTRO DO EXÉRCITO

Aprovo a decisão da COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA DO
EXÉRCITO.

Remeta-se o processo ao Ministério da Justiça.

f. de Lyra Taveira

SECRETO

NB. processo. 347. 2, p. 42

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETARIA-GERAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

PROCESSO DE

JAMIL HADDAD
=====

JAMIL HADDAD

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA COM VISTAS À APLICAÇÃO DO ARTIGO 4º DO

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

DEPUTADO ESTADUAL

JAMIL HADDAD

- A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
- B - FICHA INDIVIDUAL
- C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
E DE OUTROS ÓRGÃOS
- D - ANEXOS
 - 1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS
 - 2 - NOTÍCIAS DA IMPRENSA
 - 3 - INFORMES E INFORMAÇÕES

A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Brasília, DF,
Em 29 de abril de 1969.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 221/69

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Ministro de Estado da Justiça, para suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato eletivo estadual do senhor JAMIL HADDAD, Deputado Estadual pelo MDB, Seção da GUANABARA, nos termos do Artigo 2º, do Ato Complementar nº 39.

2. Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando a farta documentação encaminhada pelo Serviço Nacional de Informações e pelos Serviços de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades subversivas desenvolvidas pelo indiciado, através de pronunciamentos, entrevistas e participação em agitação, bem como em articulações e reuniões subversivas.

3. Como exemplo dessas atividades, destacam-se os trechos abaixo, constantes da documentação anexa:

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 221/69 = Fls. 2

3.1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

- Em 11 Mar 64

"Sr. Presidente, venho à tribuna para ler o discurso proferido pelo Cabo de Fuzileiros Navais, Antônio Soares, numa homenagem prestada pelos cabos e soldados do Corpo de Fuzileiros Navais ao Vice Almirante Cândido Aragão, por motivo da sua promoção. Para que conste dos Anais da Casa, lerei êsse discurso que, para mim, tem grande significado."

- Em 5 Ago 64

"Não bastasse isso, vemos os teóricos econômicos e financeiros da Revolução, homiziados nos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, promoverem o envio ao Congresso de projetos como o da Lei de Remessa de Lucros (que favorece exclusivamente o capital estrangeiro) e o da Eletrobrás, que permite o empréstimo, à emprêsas estrangeiras, de recursos brasileiros tirados das contas de luz de todos nós."

.....
"A imagem política da Revolução é a da prorrogação do mandato presidencial, com a pulverização do prazo constitucional reiterado pelo Ato Institucional.

A imagem administrativa é a da omissão e da estagnação.

A imagem econômico-social que ora se forma é a do desemprego.

Algo está errado nessa Revolução que "corrige" os índices do custo de vida da Fundação Getúlio Vargas para não assustar o povo; ou não se assustar a sí mesma."

.....

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 221/69 = Fls. 3

"Assim, é necessário, apenas, que neste momento - como já disse o Presidente Castelo Branco - se parta, realmente, para as reformas estruturais básicas necessárias ao desenvolvimento e à emancipação econômica dêste país, porque, com essa política pretendida pelo Fundo Monetário Internacional, a política de reformulação da Lei de Remessa de Lucros que apresenta o Ministro do Planejamento - com argumentos, que a nós nos parecem tirânicos, de que, com a facilidade da saída do capital estrangeiro aqui empregado, haveria possibilidade de emprêgo de nôvo capital estrangeiro, temos a certeza, e o futuro dirá, que não se instalarão novos capitais estrangeiros neste País na incerteza de dias que não sabem quais serão para os seus capitais."

- Em 25 Set 64

"Os oficiais das Fôrças Armadas de acôrdo com o Artigo 182 da Constituição Federal, têm assegurada sua carta-patente. Sabemos nós que êste ato arbitrário, punindo duas vêzes êsses oficiais, que foram demitidos, abre um precedente perigoso. "

- Em 17 Mar 65

"Sr. Presidente, é necessário que o Governo Federal, que as autoridades que estão no poder, recolquem o país dentro dos rumos da democracia normal e legal que desejamos, sem perseguições injustas, como declarou o Gal. Pery Beviláqua, um elemento da revolução, hoje investido no cargo de juiz do Supremo Tribunal Militar, e que afirmou ser uma verdadeira boçalidade naquêle inquérito realizado ontem."

.....

"Sr. Presidente, o manifesto dos intelectuais à Nação é de grande profundidade e reitero aqui, em meu nome pessoal e em nome da Comissão Executiva e do Diretório Regional do Partido Socialista Brasileiro, o nosso irrestrito apoio àquela manifestação. Em vários pronunciamentos nesta Casa, no ano próximo passado, fiz críticas e não posso admitir um processo democrático com intervenção na maioria dos sindicatos, não posso admitir que num processo democrático o direito de opinar, o direito de pensamento seja negado."

- Em 26 Mar 65

"Senhor Presidente, quis o destino que não tivesse eu sofrido também as violências que atingiram o ilustre Deputado Paulo Ribeiro, líder da Oposição, juntamente com intelectuais conceituados da nossa Pátria."

.....
"E quando um manifesto de intelectuais de renome internacional, como o grande líder católico Alceu Amoroso Lima, o Prof. Bayard Boiteux, Antonio Calado, Ênio Silveira, Joel Silveira e tantos outros que não vou citar, porque o tempo não me permite, chega ao povo, é considerado subversivo, quando subversivo seria o manifesto mineiro do Sr. Pedro Aleixo. Sentiu-se, nêsse momento, que a população deu apoio irrestrito e integral ao manifesto, falando o que queria falar como nós, representantes do povo o fazemos."

.....
"Sr. Presidente, vou encerrar, já que V. Ex^a me olha significativamente, dizendo mais uma vez que o Deputado Paulo Ribeiro conta com meu irrestrito apoio em qualquer movimento em defesa das liberdades constitucionais nesta cidade. "

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 221/69 = Fls. 5

- Em 20 Ago 65

"Denunciamos e condenamos, lançando a mão de todos os meios legais e democráticos, a farsa que se pretende encenar no país, sob o título de eleições, no próximo 3 de outubro, através da coação e da corrupção, que sonegariam do povo o direito de realmente escolher os seus governantes. Estamos estudando, isto sim, o quadro atual da vida política brasileira, à luz da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Estabelece aquêl documento, conquista das mais altas da espécie humana, que: "Todo homem tem o direito de tomar parte no govêrno de seu país, diretamente, ou por intermédio de representantes livremente escolhidos". E dispõe: "A vontade do povo será a base da autoridade do govêrno. Esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto, ou por processo equivalente que assegure a liberdade do voto". "

- Em 19 Out 65

"O Exército, arrastando consigo a Marinha e a Aeronáutica, achou que havia chegado o momento de aplicar em política alguns inaceitáveis conceitos geridos na Escola Superior de Guerra. Urgia primeiro manietar e intimidar os outros chamados Podêres da República. Em seguida, sem processo e sem provas, foram banidos sumariamente os homens inconvenientes aos fins revolucionários."

.....
 "Ainda é tempo de reabilitar o prestígio de inteligência, liberalismo e generosidade do glorioso Exército Nacional. "

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 221/69 = Fls. 6

- Em 15 Abr 67

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, como ex-vice Presidente da Seção Regional do Partido Socialista Brasileiro, não vejo explicação para a prisão do antigo presidente daquela seção, o nobre Professor Bayard Maria Boiteux."

.....
 "Deputado Alberto Rajão, nós desejamos saber a verdade, queremos que nos informem o paradeiro e quais as acusações reais que recaem sobre o eminente professor Boiteux."

- Em 30 Mai 67

"Mas na realidade nós sabemos que o Comandante da Polícia Militar foi colocado no posto pelo então Presidente Castelo Branco. Hoje o Presidente da República é outro. Há uma crise estudantil séria na Guanabara, com espancamentos e violências policiais. Então, há de se reformular o problema, porque, em última instância, esta crise estudantil repercutirá contra o Governo Federal, porque neste momento fala-se muito em solapamento da Revolução. "

.....
 "E este o aspecto em que coloco o problema. Estou solidário com os estudantes em tôdas as suas reivindicações. Querem melhores condições para estudar, querem alimentação mais barata para poderem enfrentar os estudos. São reivindicações justas."

- Em 22 Jun 67

"não tenho dúvida de que a totalidade da Assembléia da Guanabara já sente hoje este problema: somos membros da Assembléia Legislativa do Estado e estamos praticamente castrados no nosso direito de legislar. Estamos, na realidade, amarrados, sem poder legislar."

.....

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 221/69 = Fls. 7

"São problemas de fôro íntimo. Mas, quando problemas sérios, pelo que fui sabedor, da magnitude do problema dos estudantes, problema que existe no país, neste momento, não podemos deixar de nos manifestar. Nós fomos estudantes e sabemos o que é ser estudante. O estudante é uma pessoa lúcida quanto aos problemas nacionais. É uma pessoa que deseja o bem-estar dêste País. Não se resolve o problema estudantil na base do cassetete. O problema estudantil tem que ser colocado como o problema sindical, na base do diálogo amplo, na base do entendimento. Agora, quando existe uma reivindicação e a resposta é o cassetete, virá a resposta ao cassetete. Haverá um círculo vicioso, desencadear-se-á em série, uma porção de problemas estudantis. É preciso que se tenha com o estudante bastante paciência. Sr Presidente, V. Ex^a meu velho professor e como professor sabe, como todos nós sabemos, que o estudante não aprende à custa de pancada. O estudante aprende à custa de persuasão e quando êle tem as suas reivindicações justas, nós temos de procurar uma solução para as mesmas. Não devemos enganá-los. Devemos procurar ter com êles um diálogo franco, a fim de solucionar os seus problemas mais urgentes."

- Em 3 Ago 67

"O Presidente Marechal Costa e Silva está inclusive neste momento - parece-me - numa difícil encruzilhada, politicamente, porque ou se curva ante pressões contra atos que não interessam e não são simpáticos a determinados elementos das Forças Armadas ou poderá, na realidade, ver serem usados vários expedientes no intuito de tentarem

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 221/69 = Fls. 8

afastar S. Exa. da suprema magistratura do País. Quando S. Exa. deseja formular a política econômico-financeira, quando deseja reformular uma série de atos errôneos do Governo passado, vê-se num dilema: aceitar as pressões militares, confinando antidemocraticamente o jornalista Hélio Fernandes, ou aceitar a decisão do Poder Judiciário não permitindo represálias contra aquêle Poder porque, no regime democrático, é ao Judiciário que cabe a decisão dêsses casos e nêle confiamos a fim de que, de peito aberto, possamos declarar que estamos vivendo na plenitude do regime democrático."

- Em 13 Mar 68

"Então, na realidade, neste momento, temos que ter um pouco mais de senso de análise da política atual, para verificarmos como poderemos ajudar o povo brasileiro e até dêste túnel escuro que nem lâmpadas tem e que se iniciou no processo revolucionário de 1º de abril."

.....
"digo também que fui dos primeiros Deputados, nesta Casa, a levantar minha voz pela reforma da atual Constituição, contra a Lei de Segurança, contra todos os arrôchos possíveis e imagináveis feitos à população brasileira."

.....
"o Professor Bayard Maria Boiteux - que conheço bem e que foi o primeiro colocado no concurso para o Colégio Pedro II, bem como o primeiro colocado num concurso para professor do Estado - perdeu todos os seus emprêgos devido a medidas arbitrárias por elementos que não têm a menor idéia do que seja na realidade, uma subversão. Porque o

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 221/69 = Fls. 9

conceito de subversão é muito vago; o que é, efetivamente, a subversão? Subversivos seriam os que atentaram contra o Sr. João Goulart se por acaso o movimento militar não fôsse vitorioso em 64, porque de fato estariam subvertendo a ordem vigente ao tentar derrubar um Presidente legalmente eleito pelo povo. Mas o movimento foi vitorioso, e, então, instalou-se uma nova ordem jurídica no País, ditada pelos novos detentores do Poder."

.....
 Pois se o criminoso vulgar, o réu confesso, tem êsse direito de defesa, por que não o teriam aquêles proscritos discricionariamente pelo processo revolucionário de 1964? "

- Em 8 Out 68

"Existem grupos radicais das Fôrças Armadas preparados para um golpe, para depor o Presidente da República e instalar uma ditadura fechada neste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje êste assunto espocou em tôda a imprensa nacional. E já do conhecimento de tôda a população brasileira e o Senhor Presidente da República deve procurar inteirar-se a fundo sôbre o assunto e verificar quais os elementos dentro das Fôrças Armadas que querem o caos da ditadura para êste País."

.....
 "A acusação é grave e há necessidade de ser apurada em todos os seus ítems, porque nós queremos a democracia e existe um grupo radical das Fôrças Armadas que pretende a ditadura instalada a ferro e fogo neste País."

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 221/69 = Fls. 10

3.2 - NOTÍCIAS DA IMPRENSA

3.2.1 - O Seminário - 8 Nov 62

A F.N.A.C. reitera a sua posição de integral apoio e solidariedade ao grande Encontro Nacional de Defesa dos Postulados de Autodeterminação Política, Econômica e Militar de todos os povos e conclama o povo brasileiro para uma ampla união na luta pelos princípios de não intervenção, sob quaisquer pretextos, na pequenina e heróica ilha do Caribe - CUBA - hoje centro de resistência contra a prepotência e a dominação do imperialismo colonialista.

- Este trecho do manifesto publicado era assinado pelos membros da Comissão Organizadora, entre eles JAMIL HADDAD.

3.2.2 - Correio da Manhã - 25 Set 64

Classificou de ilegais as inúmeras demissões que vem ocorrendo nas Forças Armadas, originárias de decretos do Presidente Castelo Branco.

3.2.3 - Correio da Manhã - 8 Ago 65

O governo da União terá de reconhecer, efetivamente, aos olhos do mundo, dos povos civilizados, das nações democráticas, que está presidindo uma farsa, a uma nomeação. Os partidos da oposição, que respeitaram sempre a lei, as instituições, o regime democrático, que sempre lutaram por êle, não podem permitir a subversão de princípios. Quere-mos viver uma democracia.

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 221/69 = Fls. 11

3.2.4 - Última Hora - 21 Set 66

O programa financeiro do Governo Federal reduziu os trabalhadores a uma situação de extrema penúria e que essa obra nefasta foi iniciada com a desnacionalização das empresas.

3.2.5 - Tribuna da Imprensa - 11 Mar 68

O deputado JAMIL HADDAD fez um apêlo ao Marechal Costa e Silva para que proceda a uma pacificação não apenas de fachada, mas uma pacificação de verdade, devolvendo os direitos de cidadania a todos os cassados.

Salientou que não é admissível que alguém, com sua ideologia, o seu ponto de vista firmado a respeito dos problemas nacionais, apenas por isso perca mandatos e a condição de brasileiro.

3.2.6 - Tribuna da Imprensa - 2 Abr 68

O álcool ingerido demasiadamente pelos soldados da Polícia Militar durante todo o dia, foi a causa do motim realizado ontem ao entardecer, pelos subordinados do Coronel Célio Carvalho da Costa. Assim diagnosticou o deputado JAMIL HADDAD ao presenciar a rebelião e as atrocidades, cometidas, pelos policiais, que tomaram a cidade.

3.2.7 - Correio da Manhã - 4 Mai 68

Afirmou que a descrença que setores operários e estudantis têm no poder político é uma consequência indireta do movimento revolucionário de 1964, que proscreeu da vida pública autênticos líderes, causando um vazio de lideranças no País, não só dentro da área político-partidária, mas em outros setores de atividades, inclusive militar.

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 221/69 = Fls. 12

3.2.8 - Correio da Manhã - 27 Jun 68

Frisou que a juventude do Brasil e do mundo decidiu o que lhe pareceu mais certo: tomar o poder da decisão que, mais cedo ou mais tarde, resultará no arquivamento das estruturas arcaicas e sepultamento do poder consentido e finalmente, na materialização das reformas estruturais que hão de proporcionar o desenvolvimento global da Nação, restituindo os direitos e garantias individuais, o bem estar do povo e as liberdades também proscritas, no caso brasileiro, de pensar, de criar, de manifestar-se ideologicamente.

3.3 - INFORMAÇÕES EXISTENTES

3.3.1 - Informe nº 508-D2/DF, de 7 Dez 64

E ligado à rede subversiva da Guanabara.

3.3.2 - Informe nº 55/EMAER, de 16 Fev 68

Participou do grupo de parlamentares que apoiou e cooperou na organização do movimento estudantil programado para 1968.

3.3.3 - Extrato de Prontuário do DOPS/GB

- Signatário de um manifesto conclamando os médicos cariocas às fileiras da campanha pela autonomia do Distrito Federal.
- Compareceu à solenidade de encerramento da "Semana da Reforma Agrária", chamada "A noite dos Gorilas".
- Tomou parte ativa na campanha política do Marechal LOTT ao Governo da Guanabara.

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 221/69 = Fls. 13

3.3.4 - Informação nº 233/CENIMAR, de 6 Mar 69

- Membro da Comissão Organizadora da Frente Nacional de Apoio a Cuba.
- Consta como envolvido com contraventores que exploram o jogo do bicho.
- Signatário de moção de solidariedade ao Seminário de Estudantes do Mundo Subdesenvolvido, organizado pela UNE, em Salvador /BAHIA.
- Protestou contra as demissões ocorridas nas Forças Armadas, originárias de decreto do Presidente Castelo Branco.
- Membro da Comissão de Auxílio as Famílias de Atingidos por Ato Institucional.
- Eleito deputado estadual com o apoio do PCB.
- Protestou contra o confinamento de Hélio Fernandes.
- Integrante do Grupo Renovador da Assembléia Legislativa.
- Apoiou o movimento estudantil subversivo.
- Manifestou solidariedade as atitudes esquerdistas de D. JOSE DE CASTRO PINTO.

3.3.5 - Extrato de Prontuário do SNI

- Em 1956
 - Relacionado como comunista pelo DFSP.
- Em 1963
 - Participou ativamente da chamada "Noite dos Gorilas", promovida por comunistas e sob o patrocínio da UNE, na Faculdade Nacional de Filosofia, no dia 20, tendo feito parte da mesa com COSTA SANTOS.

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 221/69 = Fls. 14

- Assinou mensagem de apêlo do Movimento Brasileiro de Solidariedade a Cuba, visando a constituir uma comissão Continental àquele país comunista.

- Em 1964

- No dia 31, incitou os ex-pracinhas, pelos microfones da Rádio Nacional e Mayrink Veiga, para que pegassem em armas contra os "gorilas" e em defesa de JG e BRIZOLA.

- Contribuiu para a festa natalina da UNSP, em benefício das famílias dos elementos cassados.

- Em 1965

- Teve papel saliente na aprovação da "Emenda Luvizaro", tendo assinado a referida proposição.

- Em discurso na AL/GB, afirmou que, por culpa do grupo político-militar que ampara o poder político no Brasil, a partir de abril de 1964, o país estava submetido a uma potência estrangeira.

- Trabalhou arduamente pela candidatura LOTT, ao Governo da GB, tendo feito vários pronunciamentos contra o Governo Federal e a Revolução, e ameaçado de recorrer à ONU e à OEA para denunciar os processos de pressões do Exército na realização de eleições no Brasil.

- Manteve contacto com JG e BRIZOLA no Uruguai.

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 221/69 = Fls. 15

- Em 1966

- Registrado que foi indiciado no IPM do DOPS/GB, por atividades subversivas na Rádio Mayrink Veiga.

- Em 1967

- Fêz parte da Comissão constituída pelo MDB para articular a campanha de anistia aos cassados e revisão das leis de Imprensa e de Segurança Nacional.

- É um dos fundadores da "Comissão de Ajuda aos atingidos pelos AI, para prestar auxílio financeiro, médico e jurídico aos presos políticos e cassados.

- Criticando a polícia em um ato público, convidou estudantes e operários para que ingressassem em massa no MDB.

- Em 1968

- Fêz elogios ao Sr. BAYARD DEMARIA BOITEUX, comunista fichado.

- Manifestou seu apoio à ação de HELDER CÂMARA.

- Teceu amplos elogios a passeata realizada pelos estudantes.

- Apóia o Regime Comunista Cubano.

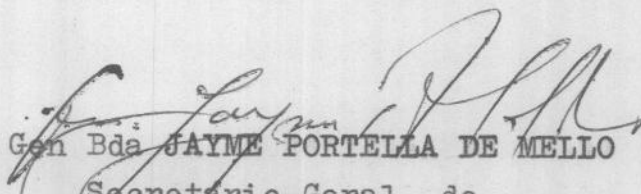
- Ataca sistemáticamente as Fôrças Armadas e a Revolução, referindo-se aos "Gorilas que implantaram o nefasto regime político militar no País" e "que apóiam um Governo que está entregando o país a uma potência estrangeira".

- É agente de influência comunista e sua periculosidade aumenta em face da posição que ocupa, da influência que exerce e das imunidades de que se vale.

= continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 221/69 = Fls. 16

4. Nestas condições, peço vênha sugerir, ouvido o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, na conformidade do Artigo 5º, do Ato Complementar nº 39, sejam suspensos os direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassado o mandato eletivo estadual do senhor **JAMIL HADDAD**, consoante dispõe o Artigo 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência meus protestos da mais alta estima e profundo respeito.


 Gen Bda **JAYME PORTELLA DE MELLO**
 Secretário-Geral do
 CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

B

B - FICHA INDIVIDUAL

FICHA INDIVIDUAL

- | | |
|-------------------------|------------------------|
| 1) - Nome | - JAMIL HADDAD |
| 2) - Naturalidade | - |
| 3) - Data de nascimento | - |
| 4) - Filiação | - |
| 5) - Profissão | - Médico do INPS |
| 6) - Estado civil | - |
| 7) - Endereço | - Av. Maracanã nº 1241 |
| 8) - Identidade | - |

C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL

DE INFORMAÇÕES E DE OUTROS ORGAOS



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL

1. Nº	185	2. DATA:	6/3/69
3. NOME:	JAMIL HADDAD		
4. FILIAÇÃO:			
5. DATA DO NASCIMENTO:			
6. NACIONALIDADE	BRASILEIRA		
7. NATURALIDADE:			
8. PROFISSÃO:	DEPUTADO ESTADUAL PELO MDB/GB		
9. ESTADO CIVIL:			
10. INSTRUÇÃO:	SUPERIOR		
11. RESIDÊNCIA:	Av. MARACANÃ, 1241		

(Continuação da Ficha Individual de JAMIL HADDAD)



Fis. 2

12-EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- Deputado Estadual pelo MDB.
- Relacionado como comunista, pelo D.F.S.P..
- Apóia o Regime Comunista Cubano.
- Participou ativamente da "Noite dos Gorilas" promovida pela UME, na Faculdade Nacional de Filosofia, e pelos comunistas, tendo feito parte da mesa diretora.
- Incitou os ex-pracinhas, pelos microfones da Rádio Nacional e Mayrink Veiga, no dia 31 de março de 1964 para que pegassem em armas contra os Gorilas, e em defesa de JG e BRIZOLA.
- Ataca sistematicamente as Forças Armadas e a Revolução, referindo-se aos "Gorilas que implantaram o nefasto regime político-militar no País" e "que apoiam um governo que está entregando o país a uma potência estrangeira".
- Indiciado em IPM da Rádio Mayrink Veiga, por atividades subversivas.
- Concitou operários e estudantes a lutarem contra o Governo Federal.
- Manteve contatos pessoais com JK e BRIZOLA, em Montevideu.
- Apóia e incentiva os movimentos estudantis.
- Apóia a Ação de HÉLDER CÂMARA no NE.
- Prega e luta com insistência pela Anistia ampla e a revisão das leis de Segurança Nacional e de Imprensa.
- Assinou mensagem-apêlo do Movimento Brasileiro de Solidariedade a Cuba para a constituição de uma Comissão Continental de solidariedade àquele país comunista.
- Defende e dá assistência aos elementos cassados e presos políticos.
- É agente de influência comunista e sua periculosidade aumenta em face da posição que ocupa, da influência que exerce e das imunidades de que se vale.

13 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

1956 - - Relacionado como comunista pelo DFSP

1963 - Mai - Participou ativamente da chamada "Noite dos Gorilas", promovida por comunistas e sob o patrocínio da UME, na Faculdade Nacional de Filosofia, no dia 20, tendo feito parte da mesa com COSTA SANTOS.

Dez - Assinou mensagem apêlo do Movimento Brasileiro de Solidariedade a Cuba, visando a constituir uma comissão Continental àquele país comunista.

(Continuação da Ficha Individual de JAMIL HADDAD)

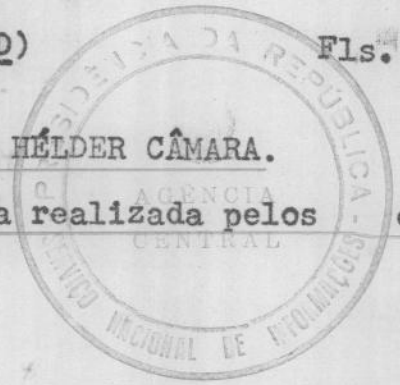
Fls. 3

- 1964 - Mar - No dia 31, incitou os ex-pracinhas, pelos microfones da Rádio Nacional e Mayrink Veiga, para que pegassem em armas contra os "gorilas" e em defesa de JG e BRIZOLA.
- Dez - Contribuiu para a festa natalina da UNSP, em benefício das famílias dos elementos cassados.
- 1965 - Teve papel saliente na aprovação da "Emenda Luvizaro", - tendo assinado a referida proposição.
- Jul - Em discurso na AL/GB, afirmou que, por culpa do grupo político-militar que ampara o poder político no Brasil, a partir de abril de 1964, o país estava submetido a uma potência estrangeira.
- Ago - Trabalhou arduamente pela candidatura LOTT, ao Gov da GB, tendo feito vários pronunciamentos contra o Governo Federal e a Rev, e ameaçado de recorrer à ONU e à OEA para denunciar os processos de pressões do Exército na realização de eleições no Brasil.
- Set - Fêz críticas ao governo, em um comício Pró-LOTT.
- Out - Manteve contato com JG e BRIZOLA no Uruguai.
- 1966 - Fev - Registrado que foi indiciado no IPM do DOPS/GB, por atividades subversivas na Rádio Mayrink Veiga.
- Ago - Foi reeleito para a Diretoria da Associação dos Ex-Combatentes.
- Dez - Foi eleito Deputado Estadual pelo MDB/GB
- 1967 - Abr - Fêz parte da Comissão constituída pelo MDB para articular a campanha de anistia aos cassados e revisão das leis de Imprensa e de Segurança Nacional.
- Mai - É um dos fundadores da "Comissão de Ajuda aos atingidos-pelos AI, para prestar auxílio financeiro, médico e jurídico aos presos políticos e cassados.
- Jun - Protestou, na AL/GB, contra um requerimento no sentido de homenagear as Fôrças Armadas.
- Jul - Protestou contra o confinamento de HÉLIO FERNANDES e convocou os homens públicos do país a lutarem contra a ditadura existente.
- Ago - Criticando a polícia em um ato público, convidou estudantes e operários para que ingressassem em massa no MDB.
- 1968 - Mar - Fêz apelos em prol da Anistia Ampla aos punidos pela Revolução.
- Fêz elogios ao Sr BAYARD DEMARIA BOITEAUX, comunista fichado.
- Criticou a ação da polícia, que recolhia panfletos sub

(Continuação da Ficha Individual de JAMIL HADDAD)

Mai - Manifestou seu apoio à Ação de HÉLDER CÂMARA.

Out - Teceu amplos elogios a passeata realizada pelos es
tudantes.



EXTRATO DE PRONTUÁRIO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES DOS MINISTÉRIOS MILITARES.

- Membro da Comissão Organizadora da Frente Nacional de Apoio a CUBA. (CENIMAR)
- Consta como envolvido com contraventores que exploram o jogo do bicho. (CENIMAR)
- Signatário de moção de solidariedade ao Seminário de Estudantes do Mundo Subdesenvolvido, organizado pela UNE, em Salvador/BA. (CENIMAR)
- Protestou contra as demissões ocorridas nas Forças Armadas, originárias de decreto do Presidente Castelo Branco. (CENIMAR)
- Membro da Comissão de Auxílio às Famílias de Atingidos por Ato Institucional. (CENIMAR)
- Eleito deputado estadual com o apoio do PCB. (CENIMAR)
- Protestou contra o confinamento de Hélio Fernandes. (CENIMAR)
- Integrante do Grupo Renovador da AL. (CENIMAR)
- Apoiou o movimento estudantil subversivo. (CENIMAR)
- Manifestou solidariedade às atitudes esquerdistas de D. JOSÉ DE CASTRO PINTO. (CENIMAR)

D - ANEXOS

1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS

2 - NOTÍCIAS DA IMPRENSA

3 - INFORMES E INFORMAÇÕES

1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS

- 1.1 - Diário da A.L. - 11 Mar 64
- 1.2 - Diário da A.L. - 5 Ago 64
- 1.3 - Diário da A.L. - 25 Set 64
- 1.4 - Diário da A.L. - 10 Nov 64
- 1.5 - Diário da A.L. - 17 Mar 65
- 1.6 - Diário da A.L. - 26 Mar 65
- 1.7 - Diário da A.L. - 22 Mai 65
- 1.8 - Diário da A.L. - 20 Ago 65
- 1.9 - Diário da A.L. - 19 Out 65
- 1.10 - Diário da A.L. - 15 Abr 67
- 1.11 - Diário da A.L. - 26 Abr 67
- 1.12 - Diário da A.L. - 30 Mai 67
- 1.13 - Diário da A.L. - 22 Jun 67
- 1.14 - Diário da A.L. - 3 Ago 67
- 1.15 - Diário da A.L. - 24 Out 67
- 1.16 - Diário da A.L. - 22 Nov 67
- 1.17 - Diário da A.L. - 7 Mar 68
- 1.18 - Diário da A.L. - 13 Mar 68
- 1.19 - Diário da A.L. - 8 Out 68

vellas concepções superadas, nem as frustrações acumuladas diante das atividades e realizações de V. Ex.^a, conseguindo apagar, sequer esmaecer, o conceito que V. Ex.^a forjou perante a tropa.

por essa razão conta com o apoio do Partido Socialista Brasileiro e, particularmente, com o apoio pessoal do Deputado Jamil Haddad. (Sem revisão do orador).

E esse conceito diz que V. Ex.^a, sendo homem nobre e generoso, com humildade, tem-se dedicado ao engrandecimento do Corpo de Fuzileiros Navais, por meio da humanização das técnicas e da valorização do homem, de modo a assegurar a todos melhores oportunidades individuais, ensejando, por resultado, a afirmação progressiva da nossa corporação.

Ainda recentemente, teve V. Ex.^a oportunidade de novamente confirmar essa marca de seu temperamento, quando, intercedendo junto à Alta Administração Naval, fez valer uma interpretação justa e humana para o dispositivo regulamentar relativo ao engajamento e reengajamento das praças. Esse fato, que aparentemente não tem maior significação, representa para todos nós a eliminação de uma dúvida e a segurança da certeza quanto à nossa permanência no Corpo de Fuzileiros Navais.

Sr. Almirante, ben maiores serão agora as responsabilidades de V. Ex.^a mas estamos certos de que lhe não vão faltar a disposição e a capacidade necessárias a esse desempenho. O Corpo de Fuzileiros Navais espera que V. Ex.^a o conduza ao seu destino, conquistando-lhe a posição, o conceito e o prestígio a que tem direito nos seios da Marinha e das Forças Armadas, para a tarefa inadiável de se projetar a nossa Pátria, retirando-a do atual estágio, assegurando-se a todos os mesmos direitos à educação, à saúde, ao bem-estar e às riquezas, eliminando-se o privilégio de grupos em detrimentos de todos.

Esteja certo contudo que, continuamente e anonimamente, como é da nossa profissão, V. Ex.^a terá sempre o apoio e os aplausos dos Cabos e Soldados que só esperam que V. Ex.^a continue autêntico como tem sido, sedimentando trabalho e esforços para uma causa: a causa do Corpo de Fuzileiros Navais que é a própria causa do Brasil.

Em nome da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil que nos congrega, e que tem recebido de V. Ex.^a todo apoio desinteressado e amigável, podemos estender esta saudação ao fútil que vivem os Marinheiros da goia. A eles estamos unidos fraternamente. Seremos juntos os esteios da Marinha e com a nossa união e o Comando do Almirante que foi soldado poderemos contribuir para a concretização da realidade do Brasil que sonhamos.

E esse conceito...

(Interrompendo a leitura) Sr. Presidente, esse foi o discurso proferido pelo cabo fuzileiro naval Antônio Soares, discurso de congratulações com o vice-almirante Cândido Araújo pela sua ascensão ao cargo de Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais.

Sr. Presidente, queremos aqui também nos congratular com o Almirante Araújo, que começou como soldado e hoje ascende ao posto mais alto da aquela corporação. É esse fato que traz, às vezes, uma série de divergências entre os elementos que compõem uma corporação, porque certos setores não podem admitir que um Almirante tenha começado como um simples soldado. O que existe é o fator político querendo agir contra o Almirante Araújo, que é homem grato aos nacionalistas e

SR. PRESIDENTE — Com a palavra para breves comunicações o Sr. Deputado Jamil Haddad.

SR. JAMIL HADDAD (Para breves comunicações) — Sr. Presidente, venho à tribuna para ler o discurso proferido pelo Cabo de Fuzileiros Navais Antônio Soares, numa homenagem prestada pelos cabos e soldados do Corpo de Fuzileiros Navais ao Vice-Almirante Cândido Araújo, por ocasião da sua promoção. Para que todos os Anais da Casa, lerei esse discurso que para mim, tem grande importância.

Lento

o Sr. Vice-Almirante Cândido Araújo

Cabos e Soldados da Guarnição do Quartel Central do CFN querem aproveitar esta oportunidade, em que aqui se encontram concentrados, trazer a V. Ex.^a uma justa dimensão da alegria e satisfação que lhe causa a sua ascensão ao posto de Comandante Geral, em reconhecimento da promoção ao posto de Vice-Almirante.

Esse fato, mais que o arremate na carreira de uma carreira que vai atingir o seu clímax, representa o coroamento de uma vida pontilhada de lutas e cada passo marcado pela intemperança de alguns, vida cuja característica maior tem sido a fidelidade à corporação a qual, aliás, representa para V. Ex.^a o mais dignificante título.

Com a intolância de arraigamento a

O SR. JAMIL GADDAD: - Sr. Presidente, hoje o editorial de um jornal da Guanabara que, se se verificasse no ano passado, julgaria tratar-se de outro periódico.

Sr. Presidente, o que diz esse editorial são realmente ideias que deputados da faixa nacionalista sempre defenderam e continuam defendendo. Causa-me estranheza encontrar, neste momento, na "Tribuna da Imprensa", um artigo como o que passarei a ler para conhecimento de toda a Casa. Trata-se de artigo, Sr. Presidente, que, como afirmel, se estivéssemos no ano de 1963, talvez se encontrasse no jornal "Última Hora", mas foi publicada mesmo, não sabemos por que motivo, na "Tribuna da Imprensa": -

(Lendo)
"A indústria siderúrgica, que mede o desenvolvimento econômico do País, foi obrigada a paralisar temporariamente as suas atividades. Assim procedeu porque os seus estoques estão se acumulando por falta de mercados.

A medida extrema, que tem aflição para um mercado de trabalho que envolve a subsistência de pelo menos dez mil famílias operárias, tem, pois, uma coisa: é o processo da política deflacionária do Governo.

Já não é possível esconder a verdade. O problema do desemprego começa a delinear-se no Brasil com uma nitidez crua. Só os empregados de obras governamentais despediram 200 mil empregados em todo o País.

No parque industrial de São Paulo, já foram registrados 300 mil desempregados, provindos principalmente das chamadas indústrias básicas.

A política de deflação, inaugurada pelo Governo Revolucionário e manipulada por técnicos frios e sem qualquer vivência empresarial, tem operado normalmente diminuição do crédito bancário para a iniciativa privada e também para as obras governamentais reprodutivas.

A Revolução, empenhada em corrigir os excessos, erros, anomalias e até crimes do corrupto e desvirtuado Governo Jungo, age em função de fórmulas, conceitos, esquemas e doutrinas. Mas soluções equacionadas ou impostas para o processo deflacionário desintegram-se perante a realidade comezinha de todos os dias.

O Ministério do Planejamento arquitetou um sistema habilidoso, pelo qual o futuro Plano Nacional de Habitação absorveria toda essa mão de obra disponível. Acontece, porém, que

esse plano levará pelo menos um ano até chegar à sua maturidade, ou mesmo à sua viabilidade.

Em 300 mil famílias de operários desempregados de São Paulo, e as outras centenas de milhares espalhadas pelo País inteiro, estão passando fome agora. E a fome não costuma esperar pelo êxito dos planos. Estes é que devem levar em conta esse fato social infindável e intransferível.

Não bastasse isso, vemos os técnicos econômicos e financeiros da Revolução, hominizados nos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, promoverem o envio, ao Congresso, de projetos como o da Lei de Remessa de Lucros (que favorece excessivamente o capital estrangeiro) e o da Eletrobras, que permite o empréstimo, a empréas estrangeiras, de recursos brasileiros tirados das contas de luz de todos nós.

Não somos contra o capital estrangeiro, que consideramos indispensável ao progresso econômico e financeiro do País, que não poderia jamais ser acionado apenas pelas nossas insuficientes poupanças externas. Mas, evidentemente os dois casos acima mencionados documentam excessos escandalosos que estão a exigir pronta correção do Poder Legislativo e a reflexão de um Poder Executivo que, envolto num frenesi reformista, nem sempre tem conseguido separar o joio do trigo.

A temporária paralisação da indústria siderúrgica forma uma inquietante imagem: a de montanhas de estoques acumulados e a de operários de braços cruzados. Essa imagem junta-se a outras já conhecidas da opinião pública: a da inflação galopante, a do abastecimento avariado, a da falta de motivação dos empresários que provoca, por sua vez, a angústia dos assalariados incertos sobre o dia seguinte.

A imagem política da Revolução é a da prorrogação do mandato presidencial, com a pulverização do prazo constitucional reiterado pelo Ato Institucional.

A imagem administrativa é a da omissão e da estagnação.

A imagem econômico-social que ora se forma é a do desemprego.

Algo está errado nessa Revolução que corrige os índices do custo de vida da Fundação Getúlio Vargas para não assustar o povo; ou não se assustar a si mesma.

Mas a verdade é que, para se assustar, o povo não precisa ler estatísticas. Basta ir às feiras, nos mercados ou a qualquer lugar que ponha em evidência a sua condição de consumidor ou cidadão. Em suma, basta viver.

Este, Sr. Presidente, é o editorial da "Tribuna da Imprensa", cuja mandete os Srs. Deputados podem ver: "Crise para a indústria que desemprega 200 mil".

Sr. Presidente, é realmente de se estranhar que essas considerações estejam sendo feitas agora na "Tribuna da Imprensa"; sabemos nós as causas que levam ao desemprego, sendo a primordial delas a falta do mercado consumidor interno. Se a inflação galopante se acelera como vem se acelerando apesar dessas medidas tomadas - sabemos que não terão essas medidas, sem certeza, benefícios à população, bem como não conterão a inflação, não traduzirão o conceito que se forma de que se estará equilibrando o Orçamento à base da diminuição dos salários dos funcionários. O que é necessário é que se aumente o poder aquisitivo do povo brasileiro, com as reformas estruturais, básicas e necessárias, imediatas, porque o que verificamos é o inverso: a inflação galopante, que distorce o mercado consumidor, fazendo com que a indústria e o comércio fique estagnado e por que não dizer? fecha suas portas em determinados setores, trazendo com isso o desemprego em massa.

Assim, é necessário, apenas, que neste momento - como já disse o Presidente Castelo Branco - se parta, realmente, para as reformas estruturais básicas necessárias ao desenvolvimento e à emancipação econômica deste país, porque, com essa política pretendida pelo Plano Monetário Internacional, a política da reformulação da Lei de Remessas e Lucros que apresenta o Ministro do Planejamento - com argumentos, que a nós nos parecem tirânicos, de que, com a facilidade da saída do capital estrangeiro aqui empregado, haveria possibilidade de emprego de novo capital estrangeiro, temos a certeza, e o futuro dirá, que não se instalarão novos capitais estrangeiros neste País na incerteza de dias que não sabem quais serão para os seus capitais. (Sem revisão do orador).

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

NB. PRO. CSS-347.21 P.77
DAL. 5.8. 1964 / NEXO N.º 1.2

Pg. 2428-2423
Quarta-feira-5

DAd - GB

Pg. 32 P2

25.9.64

O SENHOR JAMIL HADDAD

Grato a Vossa Excelência, Deputado Paulo Ribeiro,

Vou concluir, Senhor Presidente, já que Vossa Excelência me adverte de que meu tempo está esgotado.

Os oficiais das Forças Armadas, de acordo com o Artigo 182 da Constituição Federal, tem assegurada sua carta patente. Sabemos nós que este ato arbitrário, punindo duas vezes esses oficiais, que foram demitidos, abre um precedente perigoso. Nestes termos, espero que os atuais dirigentes das nossas Forças Armadas se compenentrem da prática perigosa que estão iniciando. Espero que o Supremo Tribunal venha, posteriormente, legislar sobre o assunto, reintegrando em seus cargos os oficiais ilegalmente demitidos, já que sofreram duas punições: uma, do Artigo 7º do Ato Institucional, que lhes cassou os direitos políticos por 10 anos e os reformou, e outra punição sobre o mesmo ato, fazendo com que fossem demitidos das Forças Armadas.

Acredito no Supremo Tribunal Federal, porque ontem tivemos um exemplo, quando concedeu o *habeas-corpus* ao jornalista Cony, e espero que faça com que sejam reintegrados esses oficiais, alguns dos quais são inclusive heróis da FEB.

Era este o pronunciamento que queria trazer à Casa. Considero precedente perigoso a demissão de oficiais sem a revogação do Artigo 182 da Constituição Federal. (Sem revisão do orador).

(No decorrer do discurso do Deputado Jamil Haddad, comparece e assume a Presidência o Senhor Victorino James, Presidente, tomando assento na bancada o Senhor Francisco da Gama Lima).

Como estou em maré de congratulações, desejo também congratular-me com a atitude do Sr. Diretor de Trânsito que tem sido altamente útil nesta Casa. Voltou S. Sa. sobre a decisão que tomou de fazer da Praça Salgado Filho uma rota de tráfego desta Cidade.

Condenamos, criticamos desta tribuna o fato de que todos os automóveis que se dirigissem para a Avenida Perimetral fossem obrigados a passar precisamente em frente ao Aeroporto Santos Dumont, mostrando o absurdo que se cometeu em matéria de engenharia do tráfego desta Cidade.

Foi feita em entrevista do Sr. Diretor de Trânsito II que S. Sa., a pedido da Diretoria de Aeronáutica Civil, deu a decisão, resolvendo o tráfego de automóveis em frente ao Aeroporto Santos Dumont. Não realmente um absurdo que não se podia tolerar e S. Sr. assim procedeu, não pelas críticas que lhe foram feitas nesta Assembléa, mas em obediência da Aeronáutica Civil assim obrigada.

Desejo agora aproveitar o minuto que me resta para cobrar do Governo da Guanabara uma mensagem que está devendo a esta Casa, qual seja a proposição do aumento dos vencimentos dos engenheiros do Estado da Guanabara.

Combro-me de um Projeto de nossa autoria votado pelo Sr. Governador.

Estive no Palácio Guanabara com o Sr. Governador Rafael de Albuquerque Maranhães e S. Exa. prometeu-me mandaria mensagem corrigindo a família que se verifica em relação aos vencimentos dos engenheiros. Na presente data a mensagem não chegou nesta Casa.

Quero, pois, desta tribuna, fazer um apelo para que o Sr. Governador cumpra a promessa que me fez.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, passemos à primeira parte do Grande Expediente.

Passa-se à 1ª parte do Grande Expediente

O SR. PRESIDENTE — O orador é o nobre Deputado Jamil Haddad, em tempo permutado com o Sr. Deputado José Bonfácio, que dispõe de 30 minutos para a palavra S. Exa.

O SR. JAMIL HADDAD (Orador) — Sr. Presidente, venho tributar a vossa honra e a vossa sabedoria com o amor e a autenticidade das palavras deste Estado para que se cumpra o compromisso iniciado pelo Partido Socialista Brasileiro em relação às famílias de todos os funcionários do Ato Institucional. Milhares de famílias estão completamente abandonadas. As festas natalinas se aproximam e os chefes de família não sabem como prestar assistência a seus filhos, a seus familiares.

Na hora o idealismo de quem se abate no auxílio do povo que aqui se encontra para levantar os elementos atingidos pelo Ato Institucional, assim como as-

sistência médica, assistência odontológica, assistência e também assistência financeira.

O Partido tem recebido uma verdadeira legião de pessoas que sofrem as sanções do Ato Institucional. Uns desempregados, outros necessitando de atendimento médico sem ter condições de pagar um médico ou de comprar medicamentos para seus familiares.

Sr. Presidente, a minha classe está prestando a sua colaboração, pois mais de 60 médicos já se apresentaram, voluntariamente, ao Partido Socialista Brasileiro, médicos de todas as especialidades, para oferecer assistência médica gratuita a essas famílias que estão completamente abandonadas.

Nós, do Partido Socialista Brasileiro, não desejamos ficar com essa bandeira, queremos, isso, sim, que outros Partidos também participem para essa campanha e façam na Guanabara uma ampla frente popular de auxílio a essas famílias necessitadas, uma campanha de rua no sentido de angariar recursos para que essas famílias tenham um melhor Natal.

O Sr. Frederico Trota — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) — Sr. Deputado, não ouvi o início da oração de V. Exa. porém do que me foi dado apreciar vejo que V. Exa. está engajado numa campanha para ajudar as famílias de quem demitidos pelo Ato Institucional.

O SR. JAMIL HADDAD — De todos os atingidos pelo Ato Institucional.

O Sr. Frederico Trota — Devo informar a V. Exa. que tenho um projeto — e devo apresentá-lo dentro de poucos minutos — mandando conceder pensão e todos os benefícios às famílias dos servidores civis ou militares do Estado que foram atingidos pelo Ato Institucional. Gostaria de contar com a colaboração de V. Exa. no sentido de que se de uma tramitação rápida a referida proposição. Não entendo já que, tendo esses servidores contribuído para o Montepio, as suas famílias não tenham qualquer benefício em consequência desta situação estranha de serem eles demitidos, em razão de um processo instaurado na Justiça comum.

O SR. JAMIL HADDAD — Congratulo-me com V. Exa. pelo projeto que vai apresentar nesta Casa. Saiba V. Exa. que contarei com o meu incondicional apoio.

Mas o nosso intuito, Deputado Frederico Trota, é que o Partido Trabalhista Brasileiro, que teve grande gama de seus filiados alijados da vida comum, também inicie uma campanha destinada a angariar fundos para auxiliar as famílias dos atingidos pelo Ato Institucional, bem como o Partido Social Trabalhista e todos os Partidos com assento nesta Casa, que tanto falam em espírito cristão e em reformas cristãs e democráticas. Que mostrem nesta hora a sua solidariedade e deem pão a quem dele necessita e assistência médica a todos que precisam diminuir a miséria causada pelo Ato Institucional, que deixou milhares de famílias completamente entregues à própria sorte.

Esperamos que este movimento ora iniciado pelo Partido Socialista Bra-

seiro cria profundas relações com essas famílias a todo o território nacional, uma ampla frente de auxílio às famílias de todos os membros brasileiros, como nos outros, atingidos por medidas arbitrárias, sem direito de defesa, seja ao menos poderem dizer que não eram subversivos, sem que lhes fossem mostradas provas de subversão, sem que lhes fossem mostradas provas de corrupção, e que agora, ao verem suas famílias sofrer, procuram empregos e estes não lhes são concedidos, porque eles foram casados com revolucionários.

Faço um apelo patético, nos homens de bem com assento na Assembléa para que se unam e já que as festas natalinas se aproximam, auxiliem, em companhia de rua, essas famílias.

Tenho confiança plena no povo do meu Estado. É um povo bom. É um povo que está revoltado com as medidas arbitrárias tomadas contra seus filhos, e não tenho dúvida de que será feita esta campanha, visando a angariar fundos para as famílias atingidas, nas proximidades das festas natalinas.

Nesses dias festivos, quando estivermos reunidos em família, alegres e podendo dar presentes, não nos poderemos sentir felizes se não pudermos somar a essa nossa alegria a alegria de inúmeras famílias que necessitam demasiadamente do nosso auxílio cristão e humanitário.

O Sr. Alfredo Tranjan — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) — Deputado Jamil Haddad, V. Exa., porque me comunicou pessoalmente a campanha que irá ser desencadeada pelo Partido Socialista Brasileiro, sabe V. Exa. qual foi a minha resposta.

Nós vivemos num país de paradoxos. Sr. Deputado Jamil Haddad, um país em que se fez uma revolução a pretexto de combater o comunismo, e adotam-se exatamente contra os adversários políticos os processos que os revolucionários atribuíam aos comunistas. Sabe Vossa Exa. de Supremo Infâmia da nefanda insírdia praticada contra os Oficiais da Aeronáutica, por exemplo, e não quero citar um caso, o dos Oficiais da Aeronáutica, daqueles que tiveram seus direitos políticos suspensos, são vitimados pela atividade das autoridades que hoje tornaram o Poder e que proíbem as entidades privadas, que vivem a sombra de subsídios governamentais, de dar empregos a quem, que tiveram os seus empregos perdidos em consequência da revolução.

Não bastou, portanto, aos revolucionários demitir, apresentar, reformar funcionários civis ou funcionários militares.

Vai além a ferocidade dessa Revolução que, por ironia, dizem ter sido feita a sombra de Deus. Ele comete a suprema perfídia com que Deus jamais pactuaria; a de, depois de haver demitido os funcionários, recomendar às entidades que dependem do Governo que não deem emprego a aqueles funcionários. No caso dos oficiais da Aeronáutica, é o fim da vida dessa gente. Homens com cinquenta e dois anos e mais, perderam o emprego, não havendo o menor vislumbre de futuro para eles, pois não sabem fazer outra coisa senão voar, dirigir aviões, e os aviões neste País são subsidiados pelo poder público. Pois há ordem do Ministro da Aeronáutica no sentido de que as companhias de aviação não deem emprego a nenhum dos oficiais demitidos pela canha de alguns revolucionários. Infelizmente, discordarei de V. Exa. se bem estou entendendo o discurso de V. Exa., no que se refere ao Natal. Deveremos tomar o Natal

135/1/NEXO N.º 14

como razão maior para a campanha do PSB...

O SR. JAMIL HADDAD — Deve-se ir para arregimentação.

O Sr. Alfredo Tranjan — ... porque a campanha deve ser permanente. Não é possível que, num País onde se faz uma Revolução sob pretexto de ter sido feita em nome de Deus e da democracia, se possa até a fome, até a morte, o adversário político. E essa a atitude que os revolucionários sempre atribuíram aos comunistas. Vemos, então, o paradoxo: ainda agora, o candidato da democracia, que se lança com um brilhante convênio da UEN, utiliza métodos tipicamente comunistas que ele aprendeu desde o tempo de estudante teóricamente.

Vivemos num País de paradoxos, mas, nestes, saiba V. Exa., não se inscreverá o paradoxo de o povo da Guanabara abandonar essas criaturas vilipendiadas, miseravelmente perseguidas por uma Revolução que os afastou da vida pública e não lhes deu sequer, como bem disse V. Exa., a oportunidade de desmentirem as afirmativas dos vencedores de ontem. Deus é grande e haverá de inspirar a campanha do PSB, na qual me engajo neste instante. Aliás, nela já me havia engajado, sem me aperceber do que fazia parte de uma campanha que estava para surgir. Não de hoje, mas, desde o Movimento de 37, meu escritório tem sido refúgio de todos os perseguidos políticos que, não tendo condições de pagar advogado, necessitam de defesa. Desgraçadamente, em consequência dessa Revolução, nem a defesa é possível, porque a Revolução democrática tem este primor em sua atividade: punir e não dar porque o fez, não mostra ao povo porque puniu e nem sequer tem a consideração de ouvi-los para uma explicação qualquer. Eu me engajo agora oficialmente, em caráter pessoal; se não puder movimentar o meu Partido para engrossar as fileiras do PSB, eu me engajarei pessoalmente. Digo a V. Exa. e ao PSB que disponham de mim como cidadão, como chefe de família, como Deputado e como advogado, para o que queiram nesta campanha.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Deputado Alfredo Tranjan, não poderia ser outro o pensamento de V. Exa. Como ilustre criminalista, sabe V. Exa. que ninguém pode ser punido sem que se faça prova do crime. Dizia eu, quando se aproximam as festas natalinas, que seria este o grande momento para arregimentação de forças a fim de tocar a sensibilidade de uma grande parte da população da Guanabara. Mas nosso intuito, Deputado Alfredo Tranjan, não é apenas de iniciar uma campanha e terminá-la ao fim do ano. A campanha neste momento lança suas raízes, lança suas sementes, e espero que elas frutifiquem abundantemente e os frutos colhidos venham realmente a dar tranqüilidade a essa grande parte sofrida do povo brasileiro.

A política econômica-financeira que leva dia a dia o custo de vida, o congelamento inconcebível de salários leva a classe média a se proletarizar. Neste justo momento são cassados direitos políticos, são demitidos brasileiros como nós outros, que contribuímos para o enriquecimento da Pátria com o nosso trabalho diuturno, sem que eles tivessem culpa formada ou soubessem qual o crime que lhes foi imputado. Esta não é a justiça que desejamos no regime democrático. É um regime de força determinado pela Revolução democrática, porque dizia ser contra o totalitarismo comunista. É o conceito que leva à miséria milhares e milhares de nossos irmãos, sem direito de defe-

sa. Negando-lhes emprêgo e usando de todos os argumentos válidos para que as empresas não empreguem os elementos atingidos, nada mais deseja a Revolução nesta parte punitiva do que levar ao desespero milhares de concidadãos brasileiros. Temos visto quase diariamente nos jornais que o número de suicídios vem aumentando tremendamente no País. Se nos aprofundarmos nas causas que determinam estes suicídios chegaremos claramente à conclusão de que se deve à miséria: é o chefe de família atingido pelo Ato Institucional, sem saber por que, que vê seu filho passando fome e, não tendo coragem de enfrentar a adversidade, recorre ao método bárbaro do suicídio. É realmente de estarrecer o que vem ocorrendo com diversas famílias de brasileiros.

O Sr. Henrique Mendes Franco — Venho ao microfone apelar V. Exa. para dizer que estou plenamente engajado na campanha que V. Exa. ora inicia. Mas quero dizer a V. Exa. e ao mesmo tempo à Casa que envio requerimento à Mesa no sentido de que a Presidência oficie ao Presidente da República pedindo informações a respeito dos crimes que teriam sido praticados pelo ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Quero saber que crime S. Exa. praticou; ainda mais, se esses crimes são tão graves que tornem também crimes os contatos com S. Exa. Estou requerendo à Mesa e creio que numa democracia os crimes praticados ou que teriam sido praticados pelo ex-Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, serão devidamente informados a um parlamentar estadual que deseja com clareza e objetividade ter os respectivos informes. Creio que, fazendo este requerimento, estarei também colaborando no sentido de que justiça seja feita, não apenas àquele ex-Presidente, mas a quantos outros tenham sido injustiçados.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Deputado Henrique Mendes Franco, desejamos também saber os motivos que levaram a essa cassação mas, particularmente, não vejo explicação para que milhares de pobres operários, a maioria percebendo salário-mínimo, tenham sido aliçados da comunidade brasileira. E, nesse ponto, o que me parece mais grave é que, quando vemos grande gama da nossa população sofrer, atingida por esses atos, vemos uma política em que se tenta entregar a Petrobrás, uma política que pretende entregar o monopólio do minério, em que a Hanna novamente aberta o cerco, e não temos dúvida de que conseguirá seu intento. Depois de lutas memoráveis que tivemos neste País para a instalação da PETROBRAS, corremos hoje o risco de ver esta empresa ser levada à insolvência. Um dos grandes atos do Governo passado — queiram ou não queiram os revolucionários — foi, realmente, o problema do monopólio estatal na íntegra, a plenitude, pela PETROBRAS. O refino e a distribuição do nosso petróleo têm de ser feitos pela PETROBRAS. O que se verifica hoje é que os grupos petrolíferos internacionais já mostram as suas garras.

Em uma reunião da Diretoria da Petrobrás, e o que é mais grave, apenas contra o voto do atual Presidente Marechal Ademar de Queiroz — de mais um diretor, os outros cinco diretores votaram a favor de que seja anulado o decreto presidencial que fazia com que fossem encampadas as refinarias particulares. Isso é de estarrecer. A própria direção da empresa vota a favor das empresas particulares de refinaria de petróleo.

O assunto é por demais apaixonante e merecerá, da minha parte, vários pronunciamentos, principalmente sobre a política petrolífera e sobre a política dos minérios, vigente atualmente em nosso País.

Permite ceder 10 minutos ao nobre Deputado Paulo Ribeiro, pedindo a Sua Excelência que seja rápido porque permite ceder 10 minutos ao nobre Deputado Frota Aguiar.

O Senhor Paulo Ribeiro — Nobre Deputado, e apenas para o caso de ou para reiterar uma declaração que já fiz ao plenário desta Casa, mantenho a atual política do Governo brasileiro, nos seus vários setores legislativos para a promoção de problemas brasileiros, mesmo resultando de uma forma rápida e eficaz, com a eliminação do novo brasileiro. Quando o povo, evidentemente, não vê solução mais problemas no Brasil, e a política vai conduzir, fatalmente, à eliminação do povo brasileiro.

Muito obrigado a V. Exa. e aparte.

O SR. JAMIL HADDAD — Sr. Presidente, tendo o Presidente do tempo, ao Deputado Frota Aguiar, quem tem um pronunciamento político a fazer, a fazer a esta Casa.

(Comparece o nobre Deputado Sivaldo Sampaio).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, em tempo cedido pelo nobre Deputado Jamil Haddad, o nobre Deputado Frota Aguiar, que dispõe de cinco minutos.

O SR. FROTA AGUIAR — Sr. Senhor Presidente, agradeço o gesto democrático do nobre Deputado Jamil Haddad, cedendo-me parte do seu tempo.

O SR. PAULO RIBEIRO — Nobre Deputado, permite V. Exa. neste instante apenas para uma comunicação que desejo fazer à Mesa?

O SR. FROTA AGUIAR — Com muito prazer.

O SR. PAULO RIBEIRO — Sr. Presidente, estando inscrito para falar hoje, durante 15 minutos, na segunda parte do Grande Expediente, cede-me tempo ao nobre Deputado Frota Aguiar, porquanto sei que o seu pronunciamento é da maior importância.

O SR. FROTA AGUIAR — Deixei já meus agradecimentos.

O SR. PAULO RIBEIRO — Aproveitando este ensejo, desejo dizer a esta egrégia Assembleia que, na primeira ocasião em que dispuser de tempo elástico amplo, virei à tribuna para pulverizar, para destruir, para desmontar mesmo todas as alegações feitas em propaganda preconcebida e oficializadas nestes últimos dias pelo órgão que congrega a classe econômica do Centro de Comércio de Café. Essa pulverização nos jornais de ontem, com as alegações, razões que não são do Estado, mas as razões econômicas daqueles que não se conformam em contribuir um pouco mais para o País e ganhar um pouco menos.

Agradeço ao nobre Deputado Frota Aguiar a oportunidade que me deu para esta breve comunicação.

a-fara 17

SR. JAMUL HADDAD — Sr. Presidente, não tenho dúvidas de que este manifesto foi manufaturado ou redigido por elementos comunistas. A minha tecla, a primeira personalidade, porém, a assiná-lo é um filiado católico de conceito, de grande conhecimento sociológico e de projeção internacional, e que só o seu nome basta para apresentar esse manifesto como sendo da classe pensante, que está vindo para que rumos o país está sendo conduzido, talvez com uma política que poderá levá-lo a uma revolução de consequências imprevisíveis, porque a consequência é certa quando a fome advém, e sabemos que a classe média já se proletariou e que a classe trabalhadora se encontra na miséria.

Sr. Presidente, é necessário que o Governo Federal, que as autoridades que estão no poder, reconhecem o país como nos rumos da democracia nordestina e legal que desejamos, sem perseguições injustas, como declarou o Gal. Per Bezerra, um elemento da revolução, hoje investido no cargo de Juiz do Supremo Tribunal Militar, e que não tem nenhuma verdadeira boçalidade que lhe mereça o título realizado ontem.

Não temos dúvida, também, de que a conduta em conduzido a erros injustos, atagado a população brasileira. Agora é que todos encontramos democracia nesse país, que haja um reconhecimento total do regime democrático na sua plenitude, com eleições livres nos Estados em 65, e eleições livres para Presidente da República em 66, porque ninguém pode criticar o Governo de Fidel Castro se deseja-se fazer eleições com candidato único, ou se pretenda realizar eleições indiretas, entregando ao Congresso um candidato.

É preciso que o Governo olhe para o povo, esse povo já tão desiludido, e se volte para as grandes causas populares, não visando apenas lucros, nem interesses de grandes grupos internacionais, grupos como os da Hanna e outros, que são milhares que não citaremos, tendo em vista o tempo que possuímos.

Mas, Sr. Presidente, acredita em nosso País, acredita nos homens deste País. Sou Oposição nesta Casa, sou Oposição ao Governador do Estado da Guanabara mas, em absoluto, não estou reivindicando a não realização das eleições, para que o Sr. Governador do Estado não seja candidato à Presidência da República. As urnas decidem democraticamente, pois o Art. 1º de nossa Constituição declara que todo poder emana do povo e em seu nome será exercido.

Sr. Presidente, como poderemos voltar ao regime parlamentarista, que foi repudiado por cerca de dez milhões de habitantes, que votaram não, num plebiscito histórico? Então o povo não tem o direito de opinar, então o poder não emana do povo? Se o povo disse não ao parlamentarismo, como as autoridades que se encontram à frente do Governo entendem que esse mesmo povo deseja a volta do parlamentarismo? Em tudo isto existe uma contradição e neste ponto que me causa espanto, pois várias vezes difendi a posição assumida pelo Senhor Magalhães Pinto, quando da defesa do Vale do Rio Doce contra a Hanna. Quero declarar aqui minha esplanha na prorrogação do mandato do Sr. Magalhães Pinto; penso ser isto parte de um plano adrede preparado para que haja intervenção em Minas Gerais, com a prorrogação do seu mandato, a fim de que haja um precedente. Aberto esse precedente, mediante

uma Lei do Congresso, esse seria fechado, e aí, então, teríamos condições para intervenção federal em todos os Estados da União. Este o regime democrático decantado pelo Poder Revolucionário.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito no povo brasileiro, acredito na mentalidade nacionalista e democrática dos militares brasileiros, porque não posso acreditar que existam elementos dispostos a levar este País a uma ditadura com sacrifício de milhares de almas, pois estatísticas recentes mostram que a mortalidade infantil, no nordeste, que era de cerca de um obito por cada trinta segundos, tem baixado.

Todos sabem, Sr. Presidente, que o Brasil detém o recorde vergonhoso de obituario infantil, em todo o mundo. Este o Brasil que dizem desenvolvido, que dizem estar a um passo da libertação. Não é assim que desejamos este País; não desejamos que aconteça a nossos filhos o que acontece a milhares de filhos de outros países. Não desejamos que grande parte da população brasileira continue segregada, continue exilada, continue como párias em seu próprio País.

Sr. Presidente, o manifesto dos intelectuais à Nação é de grande profundidade e reitero aqui, em meu nome pessoal e em nome da Comissão Executiva e do Diretório Regional do Partido Socialista Brasileiro, o nosso irrisolto apoio àquela manifestação. Em vários pronunciamentos nesta Casa, no ano proximo passado, fiz críticas e não posso admitir um processo democrático com intervenção na maioria dos sindicatos, não posso admitir que num processo democrático o direito de opinar, o direito de pensamento seja negado.

Se o Governo é vaiado, é vaiado porque é impopular. Se ele fosse popular, as palmas viriam coroa-lo. Pode-se, Sr. Presidente, maltratar o corpo, mas as idéias não se tiram e o livre pensamento, a liberdade de opinião, a divergência de opinião, são necessárias dentro do regime democrático. Que seria do país se todos pensassem da mesma maneira? Isso é impossível. Vemos que onde existe mais de uma pessoa, existe a contradição e temos que respeitar o ponto-de-vista de qualquer um. Respeitamos o ponto-de-vista dos nossos adversários políticos, mas também queremos que respeitem o nosso. Não temos preconceitos contra credos religiosos e colorações políticas, desde que todos ajam dentro da liberdade que a nossa Constituição preceitua, a liberdade de pensamento, a liberdade de opinião que, infelizmente, não têm prevalecido desde a época da revolução até este momento, em nosso País.

Mas, Sr. Presidente, há um outro problema que se afigura, uma outra luta que se trava neste momento: é a luta dos funcionários civis da União pela majoração dos seus vencimentos, ou pela paridade com os militares. Quero declarar que, numa reunião da Comissão Executiva do Partido Socialista, o meu partido resolveu hipotecar irrestrito apoio à causa dos servidos públicos da União, na luta pela equiparação dos seus vencimentos com os dos militares.

Feliz do país, Sr. Presidente, em que todos percebem bem, do país que tem uma política econômico-financeira estável, onde todos podem viver em paz. Mas, Sr. Presidente, é necessário que o Governo não continue garroteando as aspirações trabalhistas e as da classe média, fazendo economia e enchendo o erário público de dinheiro, à custa da classe média e dos assala-

riados, deixando-os em situação de penúria. É necessário que todos os brasileiros, de todos os matizes, em todos os Estados, tenham condições ao menos para poderem dar assistência médica e alimentícia adequada a sua família, para evitar que as doenças ataquem em massa a população, para evitar que a schistosomose, que atinge 27% da população do Nordeste, continue se propagando, dizimando milhares de seres que poderiam colaborar para a riqueza do nosso País.

Sr. Presidente, minhas últimas palavras são de esperança no povo brasileiro, nesse povo que é pacífico, mas que é pacífico até a hora em que sentir fome, até a hora em que vir seus filhos passando fome. Vemos que vezes como a de Aiceu Amoroso Lima, de outros grandes intelectuais, se levantaram, nesta hora, num manifesto que marcou época, não tenho dúvida, para a restauração do regime democrático. E acredito que, dentro de pouco tempo, poderemos respirar, novamente, o ar puro do regime democrático.

Estas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as primeiras palavras que trago a esta Casa e à população da Guanabara, que ouve a Rádio Roquete Pinto, na minha volta à tribuna da Assembleia Legislativa neste ano que, nós políticos, sabemos será um ano de grandes acontecimentos políticos e que poderá, inclusive, mudar essa política neofascista do Governo Federal, que vem massacrando a grande massa da população brasileira. (Sem revisão do orador).

S

Grande Exultante

SR. JAMUL HADDAD - Continua com a palavra o Sr. Jamul Haddad, por um prazo de mais 15 minutos.

naquela aglomeração de cantinas e restaurantes de pessoas que assistiam naquela cerimônia, o Sr. Carlos Lacerda não deixou apiaços apenas quando me garoto ganhou o seu nome, e assistiu mesmo os aplausos de uma meia dúzia de pessoas — e desato quem veio dizer que isto é mentira. Felizmente o Sr. Carlos Lacerda foi aplaudido somente por meia dúzia de pessoas, que logo pararam de bater palmas pela falta de ressonância em tão aquela assistência imensa. E também em Curitiba, em Porto Alegre, em Nova Hamburgo, auscultei a palavra pública pude sentir o respeito com relação ao Sr. Carlos Lacerda.

Pego neste instante a Deus, Sr. Presidente, que conserve a saúde do Sr. Carlos Lacerda para que S. Ex.^a possa comparecer, no dia oportuno, perante o Tribunal Irrecorrível, que é o povo se pronunciando através do voto, porque quero ver S. Ex.^a condenado nas urnas como merece, de vez que é um ditador da pior espécie, sem respeito por quem quer que seja.

(Sem revisão do orador).

Comparecem os Senhores Deputados Jamil Haddad, Edson Guimarães, Horácio Franco, João Machado e Ubaldo de Oliveira).

O SR. RUBENS MACEDO — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Rubens Macedo.

O SR. RUBENS MACEDO (Pela ordem) Senhor Presidente, no dia 23 enviou um requerimento à Mesa — V. Ex.^a não estava presidindo os nossos trabalhos — que não foi publicado no "Diário da Assembléia". Vou ler o requerimento novamente para que V. Ex.^a tome as devidas providências, na forma do Regimento. São as seguintes as informações que peço no citado requerimento:

— Quantas nomeações foram feitas

escrito. Entretanto, há uma parte no requerimento de V. Ex.^a que não diz respeito à informação. Acredito que seja uma sugestão, motivo pelo qual V. Ex.^a deveria apresentar um Projeto de Resolução, uma vez que a Casa já deliberou a respeito, como Assembléia Legislativa que é. Quanto à publicação do requerimento de V. Ex.^a, houve um lapso da Mesa. O mesmo já foi despachado deverá ser discutido na primeira reunião da Mesa-Diretora.

(Comparecem os Senhores Deputados Mauro Magalhães, José Dutra, Rafael Carneiro da Rocha e Celso Lisboa).

O SR. PRESIDENTE — O próximo orador é o nobre Deputado Jamil Haddad que dispõe de 15 minutos.

O SR. JOÃO MACHADO — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, pela ordem, com o consentimento do orador, o nobre Deputado João Machado.

O SR. JOÃO MACHADO — (Pela ordem) Senhor Presidente, desejo fazer uma reclamação contra uma notícia que corre na Assembléia segundo a qual eu teria manifestado minha opinião contra o pagamento aos velhos funcionários desta Casa, talvez procurando, com essa notícia, dar a entender que tenho partido contra ou talvez procurando, com essa notícia, a favor de funcionários antigos ou novos. Ora, isso é ridículo. Tenho uma posição clara sobre essa questão de pagamento de funcionários e de subsídios. Essa posição se baseia no princípio da não intervenção do Poder Executivo em matéria exclusiva da competência legislativa. Set a maioria da Mesa-Diretora entender de mandar pagar somente aos deputados, darei meu voto contrário; se a Mesa entender, por maioria, que deve pagar também aos velhos funcionários, darei meu voto contrário; se decidir pagar a todos para defender a sua própria independência e a desta Casa, darei meu voto favorável.

Não posso compreender que se propale, através de informações que não correspondem à realidade, uma notícia que pode colocar-me numa posição falsa em relação aos lamentáveis episódios que a Assembléia está travessando.

O SR. PRESIDENTE — Aproveitando a fala do Deputado João Machado, desejo declarar que a Comissão Diretora não pode deliberar sobre esse assunto porque já existe deliberação da Casa. A Mesa está exclusivamente seguindo — e Sua Ex.^a sabe disso pois faz parte da mesma — as diretivas aprovadas pela Casa em sessão extraordinária secreta. A Mesa-Diretora nada mais cabe senão cumprir aquela deliberação.

O SR. SALOMÃO FILHO — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Salomão Filho, com o consentimento do orador.

O SR. SALOMÃO FILHO (Pela ordem) — Senhor Presidente, a propósito da fala do Deputado João Machado e da resposta dada por V. Ex.^a, quero alertar a Casa para um fato que se está verificando no plenário. Há um requerimento circulando no sentido de que a Mesa Diretora, ou V. Ex.^a, receba o numerário que o governo quer dar a esta Casa, sem o total necessário para pagar aos funcionários antigos e aos novos. Nesta oportunidade quero fazer uma declaração taxativa: sou radicalmente contrário a esse requerimento não

porque... na subserviência total desta Assembléia, como também foi deliberado tomada por maioria absoluta de deputados na reunião secreta, em votação nominal. Pelo que, corroborando as afirmações do Deputado João Machado, quero deixar patente que sou radicalmente contrário ao requerimento. Quero que a Casa saia dessa emergência com altivez.

Confiamos em V. Ex.^a e sabemos que a Presidência não será capaz de deixar esta Casa fraguejar e sair dessa emergência humilhada. Vossa Ex.^a a engrandecerá definitivamente.

O SR. PRESIDENTE — As palavras de V. Ex.^a muito me honram. A Casa pode tomar a deliberação de voltar atrás. Esse é um problema exclusivamente dos Senhores Deputados. A Presidência está cumprindo o que a maioria determinou e cumprirá outra determinação da maioria, sempre que regimentais e constitucionais. V. Ex.^a deve ter incorrido em erro quando mencionou decisão por "maioria absoluta", mas foi decisão da maioria e está sendo cumprida.

Comparecem os Sr. Deputados Cecivaldo Neto e Telemaco Gonçalves Maia).

O SR. SILBERT SOBRINHO — Pela ordem — Sr. Presidente.

O SR. SILBERT SOBRINHO — (Pela ordem) — Senhor Presidente, encontra-se na Sala Sales Neto meu suplente Antônio do Passo. Dentro de alguns minutos V. Ex.^a deverá convocar esse ilustre político carioca. Não podia deixar passar esse ensejo, quando me licencio para viajar, a convite do Estado de Israel, para prestar ao meu bom e digno companheiro, às minhas homenagens.

A Assembléia vai acolher em seu seio um elemento de grande categoria. Meu Partido estará melhor representado por S. Ex.^a que por mim. Possui qualidades extraordinárias, tem alto gabarito moral e intelectual e é um velho desportista que tem honrado posições ocupadas na Federação Metropolitana de Desportos. No momento em que apresento as minhas despedidas quero congratular-me pela convocação desse excepcional amigo, hoje Deputado Antônio do Passo.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD — (Orador inscrito) — Senhor Presidente, quis o destino que não tivesse sofrido também as violências que atingiram o ilustre Deputado Paulo Ribeiro, líder da Oposição, juntamente com intelectuais conceituados da nossa Pátria. E que cumprimos compromisso médico durante a noite de ontem numa sala de cirurgia, e hoje pela manhã, ao chegar a nossa residência recebemos um telefonema do Senhor Deputado Paulo Ribeiro, convidando-nos a comparecer ao Largo de São Francisco, juntamente com intelectuais de nomeada, não só no Brasil como no estrangeiro. Esse compromisso nos impediu de atender a esse convite.

O conteúdo daquele manifesto, Sr. Presidente, está no coração de todos os brasileiros. Vendo, portanto, a esta hora um revólver ante esse vergonhoso acontecimento, em que um Deputado líder da Oposição nesta Casa, foi humilhado, envergonhado, jogado dentro de um tinareiro juntamente com Joel da Silveira homem que fez cobertura jornalística da FEB, nos campos da Itália. Por que lutou a FEB nos campos da Itália? Lutou contra a tirania, contra o nazismo, pelas liberdades, enfim, por tudo aquilo que está no Manifesto

ESCRavidão

O SR. JAMIL HADDAD — Senhor Presidente, desejo seja transcrita nos nossos Anais a leitura que vou fazer de um recorte de "Última Hora" de hoje.

(Lendo)

"Em carta dirigida ao Presidente Castelo Branco, o Bispo de Santo André Dom Jorge Marcos de Oliveira, afirma que 'o que se nos depara é que o povo brasileiro, hoje, outra coisa não parece ser do que uma mercadoria, com a qual o Governo está jogando para lucro do Estado'.

O Bispo de Santo André acrescenta que se "procura construir uma nova situação político-econômico-social sobre o desemprego, a fome, desgraça e o desespero, e a morte do trabalhador, que antes trocava a vida pelo pão de sua família e, agora, nem isso pode fazer". Já no fim de sua carta, pergunta Dom Jorge Marcos ao Presidente da República:

— Até quando General Fomença estará esperando para comandar uma guerra civil?

Declara o prelado ter sido animado, ao escrever ao Marechal, pelo "mais alto espírito de cristianismo e de fidelidade à doutrina social da Igreja", querendo apenas "empresariar-nos a voz ao povo, hoje impedido de falar". Acentua não ter côr político-partidária "e muito menos animo subserviente às tendências de subversão das massas, desejando somente testemunhar que o Governo é "o maior responsável pelo sofrimento do povo brasileiro".

Entende Dom Jorge Marcos de Oliveira que o Governo se preocupa "sumamente com a recuperação econômica do Estado, deixando de lado o que deveria ser a finalidade primordial de todo governo: o bem-estar social". Depois de citar João XIII e São Tomás, Pio XII e Leão XIII sobre o bem-comum, os direitos dos cidadãos e o erro do capitalismo, em ter feito do homem "uma mercadoria para o lucro", o bispo de Santo André observa que "o que se nos depara é que o povo brasileiro, hoje outra coisa não parece ser do que uma mercadoria, com a qual o Governo está jogando para lucro do Estado".

DESEMPREGO

Para Dom Jorge Marcos "procura-se construir uma nova situação político-econômico-social sobre o desemprego, a fome, a desgraça, o desespero e a morte do trabalhador, que antes trocava a vida pelo pão de sua família e, agora, nem isso pode fazer".

Recorda que a indústria automobilística já reduziu suas atividades mais de 50%, tendo despedido milhares de empregados, que não têm, na atual conjuntura, possibilidade de obter trabalho.

DESESPERO

Diz Dom Jorge que "o desespero desses pais de família chega a levá-los, apesar de suas capacidades profissionais, a pedir, à nossa porta, a esmola de uma colher de leite em pó para seus filhos famintos ou doloridos empréstimo de um pouco de óleo e uma xícara de feijão para alimentar uma família inteira". Enumera, a seguir, diversos exemplos de sua diocese, salientando que "o desespero ronda por todas as cidades do nosso Brasil, como o demônio de que fala São Pedro, procurando a quem levar". E volta a citar novos casos, dentre eles o de um trabalhador que se sujeitou a ganhar Cr\$ 30 mil mensais, dizendo ser a isso forçado por ter de sustentar os filhos.

Conta, então, que um operário "muito ligado a nós, percorreu 138 indústrias para conseguir, finalmente, modestíssima colocação de servente", entrando numa fila, ao lado de 200 de empregados, para submeter-se aos testes. A seleção — prossegue — durou 5 dias; espera interminável se pé, como escravos, questionários de todo tipo, exame médico muito severo etc. ... no fim foram escolhidos dois ... como no mercado de animais. ... os dois mais aptos a produzir dinheiro, a produzir bem-estar para um pequeno gruno. Cotados dos 198 r-stantes, que viviam sem saber, sequer, por que não haviam sido eles os felizes animais comprados. Outro operário, com 5 meses de fábrica, tornou um dos mais velhos da indústria. Os mais antigos haviam sido "cortados".

Adverte o bispo de Santo André que "o ser humano tem direito à existência, aos recursos correspondentes a um digno padrão de vida; tais são especialmente o alimento, o vestuário a moradia, o repouso, a assistência sanitária e os serviços sociais indispensáveis". E frisa: "É justamente o desemprego, a falta de trabalho, o que ameaça de morte, de massacre mesmo, milhares de trabalhadores".

OMISSÃO

"Nós nos sentiremos — conclui a carta — como os cães mudos, de que nos fala Isaías ou como os pastores que não vigiam e que o profeta Ezequiel castigava ou como os falsos pastores condenados por Nosso Senhor que deixavam o rebanho à mercê de assaltantes e as ovelhas serem arrebatadas e dispersadas pelos lobos rapaces, se não falássemos. O nosso silêncio cairia fulminante sobre nós, como fulminante é a pergunta de Jesus Cristo, Nosso Senhor, ao falar do Juiz Iníquo: "O filho de Deus, quando voltar, encontrará a fé sobre a Terra?" (Lucas 18.8).

Firmou o documento, além de Dom Jorge Marcos de Oliveira, Monsenhores João do Rêvo Cavalcante, Oriblando Dias Miranda, José Benedito Antunes, respectivamente vigários Gerais e Cura da Catedral, bem assim vários párocos da diocese de Santo André, dentre eles os padres José Cardoso Alves, Aurem Pinto e Aderval Villar.

(Interrompendo a leitura)

Fiz a leitura, para que conste de nossos Anais esta brilhante entrevista desse Bispo que é dos mais autênticos do Brasil, já que foi o fundador da Juventude Operária Católica em nosso País.

O Sr. Rubem Cardoso — V. Exª permite um aparte? (Assentimento do orador) — Desejo, em primeiro lugar, felicitar V. Exª pelo tema que vem discutindo da tribuna, o das eleições livres e intransferíveis. Quero aproveitar a oportunidade para felicitar o Presidente de meu Partido, Governador Ademar de Barros, que, como V. Exª deve estar a par, não é a primeira vez que vem a público fazer declarações em defesa do regime democrático e não admitindo a transferência das eleições. Temos até o exemplo que deu defendendo as eleições na capital de São Paulo, mesmo sabendo que não teria grande êxito. Mesmo assim defendeu essas eleições e continua defendendo, para que continue o regime democrático a vigorar no Brasil.

Quero, no mesmo tempo, felicitar o jornal "Tribuna Carioca" pela publicação dessa entrevista do Dr. Ademar de Barros. Gostaria de lê-la da

tribuna, mas como V. Exª dispõe de muito pouco tempo, solicito a publicação da entrevista no fim de meu aparte, para que conste de nossos Anais, eis dia; Ademar: Brasil Terá Eleições Livres em 1966.

(Lendo)

"Ademar de Barros declarou que não arreda pé da sua candidatura à Presidência da República, juntamente com o seu companheiro de chapa, João Calmon.

Acreditamos que seja realmente essa a intenção do Governador de São Paulo que já está devidamente registrado pela Justiça Eleitoral.

Resta saber, entretanto, se a próxima lei das incompatibilidades vai ou não deixá-lo em paz.

Por via das dúvidas, ele foi logo dizendo que ninguém lhe retiraria o direito de pretender atingir ao Palácio da Alvorada, pois se tal visse a ocorrer reagiria por todos os meios e modos, inclusive pela força, uma vez que mantém em armas os contingentes que formou para defender a revolução, de que participou desde a primeira hora. Com efeito, ainda tem mobilizados 32 mil homens prontos para o que "der e vier".

Não haveria necessidade dessa situação extrema, se a lei das incompatibilidades, que tanto medo está provocando, o atingir, terá que ser aprovada, anesar do seu 32 mil homens em pé de guerra.

Malgrado a sua vida cheia de percalços, Ademar, se chegar à raia, não será um parceiro desprezível. Tem densidade popular e é conhecido no Brasil inteiro com todos os seus defeitos e qualidades. Além disso, teve sorte na escolha do companheiro de chapa, incontestavelmente bom elemento.

Comenta-se, aliás, que João Calmon não acompanhará Ademar até o fim, mas essa versão foi posta de quarentena pelo governante paulista, cuja confiança na solidiedade de Calmon é integral.

O certo é que, se houver mais eleição, nenhum dos candidatos conseguirá a maioria ab-olu-ta exigida agora pela Constituição, e nesta hipótese mais que provável, pois certamente feremos no mínimo três ou quatro candidatos, a solução caberá ao Congresso a ser eleito na mesma oportunidade. Terá que escolher entre as duas chapas mais votadas ou anular tudo e convocar nova eleição para um mês depois.

Em recente programa de televisão (Noite de Gala) canal 2, o Sr. Ademar de Barros declarou que os seus 32 mil homens garantiriam a eleição e consequentemente a democracia em todo o Brasil.

Nesta confusão, é capaz de o Marechal Castelo ter de ficar por mais algum tempo, até tranquilizar-se o país.

(Interrompendo a leitura)

Obrigado a V. Exª.

O SR. JAMIL HADDAD — Senhor Presidente, o meu aborrecido por não é para um discurso de 30 minutos, ainda mais recebendo os tijarões que recebi, Voltarei, no entanto, à tribuna em outras vezes.

Desejo congratular-me também com o Governador Ademar de Barros pelo seu pronunciamento. Espero que todos os autênticos democratas neste País se unam neste momento, lutem pelas eleições para que não frustrem os sentimentos populares de um direito que lhes foi concedido pela Mensagem, hoje Lei, aprovado pelo Congresso Nacional. Mensagem mandada não por mim, não pelo Deputado Frota Aguiar, não por pessoas consideradas subversivas e corruptas, mas pelo Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco.

Eram essas as palavras que queria trazer neste primeiro pronunciamento a respeito do assunto, de vez que voltarei a debatê-lo outras vezes. (Sem a visão do orador)

Felicito V. Exa. porque, realmente, sempre foi um lido e perfeito nacionalista.

O SR. JAMIL HADDAD — Quero dizer a V. Exa. que acho que cabe ao cidadão brasileiro, não pedir intervenção nem tropas, mas levar ao conhecimento dos outros povos do mundo que na realidade, no momento, a democracia no Brasil é um pesadelo. Não pediremos intervenção, nem tropas, nem tutela de Países estrangeiros, mas é necessário que todo o mundo saiba que neste momento, sob o manto de democracia, se procura mistificar uma eleição, isso é necessário porque a democracia que queremos é autêntica, é democracia de fato, livre e soberana do povo e isto não tem sido concedido.

O Sr. Frederico Trotta — Nobre Deputado, eu me permito discordar de V. Exa. Nós devemos procurar de todas as maneiras esclarecer o povo e orientá-lo no sentido da votação. Não devemos nem dar essa satisfação aos estrangeiros. Se V. Exa. ou quem quer que seja, julga como nós julgamos, que está havendo atentado à democracia, sabe que se dispuzéssemos de forças poderíamos tentar restabelecer a democracia. Mas, por mim, acho que todas as revoluções são nobres e por isso não apoio a Revolução de 1.º de abril e acho que todas teriam resultado em pura perda para o Brasil. Em qualquer revolução, em qualquer parte do mundo, desde que feita da maneira como aquela foi, sem respeito aos direitos populares, cometem-se aberrações contra o sentido humano e, no nosso caso, contra as dos brasileiros.

Agora, quero dizer a V. Exa. que devemos, de qualquer maneira, resolver nossos problemas sozinho, sem dar uma satisfação qualquer. Não posso concordar com isso. Em 1965, as declarações deste Deputado, quando a Espanha pretendia criticar a atitude que se tomava aqui no Brasil, foi contra essa intromissão. Era contrário ao que estava ocorrendo no Brasil e era visceralmente contrário àquelas manobras que se faziam para implantar a ditadura em nosso País. Mesmo assim vim à tribuna declarar que repelia qualquer manifestação em torno da situação do Brasil nesse sentido. De forma que me coloco nessa posição: o Brasil é dos brasileiros e se o petróleo é nosso é para nós mesmos resolvermos o problema do óleo.

O SR. JAMIL HADDAD — Não sei se amanhã será!

O Sr. Frederico Trotta — V. Exa. pode estar certo de que as Forças Armadas não permitirão, absolutamente, a alienação das nossas riquezas; não permitirão a cessão de qualquer parte do nosso território; não permitirão que a Amazônia seja colonizada sob a capa de missão científica, porque elas sempre pautaram sua conduta pelo patriotismo. Se há distorções de momento, vai por conta de um grupo e não das Forças Armadas na sua totalidade.

De modo que acho que nossos problemas, discussões, divergências, têm de se revolver pelo voto ou de qualquer outra maneira, mas dentro do Brasil. Para isso somos nacionalistas e no bom sentido do termo.

Queremos que a nossa Pátria, o Brasil, esteja sempre de pé, olhando altivo aqueles que costumam intervir porque se fizermos as nossas queixas, se quisermos andar comunicá-las aos estrangeiros, estaremos, indiretamente, dando vezo, dando possibilidades, dando velezas para que venham tentar fazer aqui o que tem feito, não somente em São Domingos ou no Vietnã, mas em muitas outras partes do mundo. V. Exa. sabe o que foi feito em Porto Rico, no México e no Panamá. V. Exa. sabe o que se tem feito em muitos outros lugares do mundo?

pela prepotência de certas nações estrangeiras, através da única e simples razão que se tinha a razão da força. São essas as minhas restrições ao discurso de V. Exa.

O SR. JAMIL HADDAD — Sr. Deputado, V. Exa. não acabou de ouvir o meu discurso. Tenho declarado reiteradamente o seguinte: quando acontecem essas intervenções de força militares nos Países da América Latina, são sempre com a mesma tônica, a tônica da subversão e da corrupção porque qualquer país da América Latina que lute pela sua liberdade, que lute em defesa dos seus interesses nacionais, que lute pela nacionalização autêntica, logo o seu Governo é irreado por meio de intervenção militar para que não sejam prejudicados os interesses de grandes grupos econômicos internacionais.

Antes de encerrar, vou completar a leitura deste documento. Depois aceitarei os apartes dos Srs. Deputados:

(Lendo):

"Denunciamos e condenamos, lançando mão de todos os meios legais e democráticos, a farsa que se pretende encenar no país, sob o título de eleições, no próximo 3 de outubro, através da coação e da corrupção, que subtrariam do povo o direito de realmente escolher os seus governantes. Estamos estudando, isto, sim, o quadro atual da vida política brasileira, à luz da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Estabelece aquele documento, conquista das mais altas da espécie humana, que: "Todo homem tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente, ou por intermédio de representantes livremente escolhidos". E dispõe: "A vontade do povo será a base da autoridade do governo. Esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto, ou por processo equivalente que assegure a liberdade do voto."

O SR. JAMIL HADDAD — Senhor Presidente, li hoje, em alguns minutos, uma carta aberta assinada pelo contra-almirante Norton de Matos Boitard, que levi para que conste dos annos desta Casa:

(Lendo):

Annua li se que o Governo, desanunciado com o recente pleito eleitoral, tendo as atividades dos cassinos e o encargo da linha dura, resolveu envolver os mais profundamente pela trilha da legalidade, propondo medidas que violentam os mais sagrados princípios da República e da Federação. Até uma espécie de gesto para cassados está sendo proposto...

O agravamento crescente, após dezesseis meses de arbitrio e violência, da ditadura militar que avassala o País.

A lógica indicava que, deposto um governo acusado de corrupção e de anarquismo, bastaria implantar uma autoridade enérgica, digna e equilibrada, para reconduzir o País à sua desejada normalidade.

Das ojerismos revolucionários e a impaciência militar empolaram o ambiente. O Exército, agastando consigo a Marinha e a Aeronáutica, achou que havia chegado o momento de aplicar a política alguns inaceitáveis conceitos, geridos na Escola Superior de Guerra. A linha primeira manietar e intimidar os outros chamados Poderes da República. Em seguida, sem processo e sem regras, foram banidos sumariamente os homens inconvenientes, aos fins revolucionários.

Chegou-se ao escárnio de usar e generalizar, no âmbito civil, o inquérito policial-militar. São setecentos inquéritos; portanto, mil e tantos oficiais desviados de suas funções para esse e chéxulo e deprimente mister.

Como se o movimento fôsse contra honras dignos e não contra faltosos, foram odiosamente afastados, também discricionariamente, muitos cidadãos de conduta libada.

Decorridos um ano e meio — a nação pergunta — onde estão os corruptos, onde estão os subversivos?

No quadro internacional tortiamo-nos instrumentos de intervencionismo e compromissos com o colonialismo agonizante.

Paradoxalmente, um governo que tem como soluções militares para problemas políticos só encontrou solução política, esta primária, para uma questão típica de militar: a aviação embarcada.

Senhor marechal Castello Branco, Vossa Excelência é um presidente imposto ao Brasil pela revolução, embora com a tímida aprovação do Congresso.

O povo sabe disso. Mas a linha dura está agora cobrando, em altas vozes os seus pretensos direitos.

Vossa Excelência está em uma emboscada: de um lado os reclamos odiosos do neo-fascismo; do outro lado, os anseios superiores e legítimos do Brasil.

O povo brasileiro repele tanto a ferocidade subversiva como a gitação revolucionária. Uma subverte, a outra vive.

Ata de corrupção, hasta de subversão; chega, também, de revolução. O antídoto para a subversão não é a revolução, mas a ordem legal.

Legalidade; legalidade inflexível; esmerada legalidade; legalidade urgente: eis o que o povo brasileiro espera ansiosamente.

As panacéas revolucionárias estão há muito desacreditadas, mesmo no Brasil.

Nas mãos de um cidadão, honrado e corajoso, a legalidade é o único e poderoso instrumento, capaz de garantir as instituições, assegurar a ordem e fomentar o progresso. Enfrentando e anulando a linha dura, com toda sua grita tumultuosa, terá Vossa Excelência, em torno de si, toda a nação.

Ainda é tempo de ressaltar o prestígio de inteligência, liberalismo e generosidade do glorioso Exército Nacional.

Ainda é tempo de granjear a simpatia do presente e a gratidão do futuro.

Alex jacta este.

Sr. Presidente, o que a Nação e o povo brasileiro esperam são dias de tranquilidade. Eleições foram realizadas nos 11 Estados da Federação e os representantes eleitos pelo povo deverão tomar posse — como sóe acontecer num regime democrático — a 5 de dezembro. Como já declarei, nas últimas eleições para a governança do Estado, o atual Governador foi eleito por escassa minoria, uma diferença minima de 25 mil votos, e ninguém tramou, ninguém tentou impedir a sua posse. O que desejamos é que a vontade soberana do povo seja respeitada, e que no dia 5 de dezembro, tanto aqui na Guanabara como nos demais Estados onde se realizaram eleições, os governantes eleitos tomem posse, democraticamente. E no momento em que vejo que, através de vários pronunciamentos, elementos chamados de "linha dura" vêm tentando agitar o ambiente democrático que se deseja restabelecer no Brasil, não posso deixar de solicitar a transmissão da carta do contra-almirante Norton de Matos Boitard a favor da liberdade democrática, a favor de que seja restabelecido em sua plenitude o respeito ao eleitorado, o respeito à população brasileira, e que seja também restabelecido ao Exército Nacional o clima de simpatia que o povo sempre teve para com ele.

Sr. Presidente, havia cedido um minuto de meu tempo ao nobre Deputado Caldeira de Alvarenga, mas só essa interrupção fez com que se passasse mais meio minuto.

Agradeço a tolerância de V. Excelência (Sem revisão da redacção).

15/4/67

DIÁRIO DA ASSEM

comissão teve um alto sentido filantrópico, um sentido humano, para evitar a morte das pessoas que nada mais fizeram do que aceitar a situação de então.

Sr. Presidente, sou daqueles que defendem o direito de defesa.

A notícia aparece pura e simplesmente da seguinte maneira: "Foi preso, na Guanabara, o professor Bayard de Maria Boiteux. Segundo informações dos guerrilheiros, seria o chefe das guerrilhas e teria sido removido e entregue, pela Polícia da Guanabara, à Polícia mineira e sua família não sabe do seu paradeiro há vários dias".

Sr. Presidente, o que nós queremos é que nos informem o que existe de real a respeito do fato. Onde está o professor Bayard Boiteux, quais as implicações, quais as acusações e que lhe seja dado o direito de defesa para poder, então, se fazer a especulação que vem sendo feita nos matutinos e vespertinos desta cidade.

Eram essas as palavras em respeito ao homem que aprendi a admirar, ao Presidente da seção regional do Partido Socialista Brasileiro, homem de convicções, irmão de um brilhante almirante, o Almirante Norton Bayard Boiteux, que abandonou, que pediu demissão, que se exonerou da Marinha por não compactuar com certos fatos da Revolução. É uma família de homens de valor que não deixam para depois o que têm a dizer hoje.

Na realidade, não acredito, piamente, nas acusações que são feitas, neste momento, ao professor Bayard Boiteux e desejo que seja informada a verdade porque seus cinco filhos e sua esposa não sabem do paradeiro do seu chefe. Ninguém sabe onde está, ninguém sabe o que houve e ninguém, na realidade, sabe o que ocorreu mas as especulações jornalísticas aí estão acusando o ex-Presidente do Partido Socialista de chefe das guerrilhas que se desenvolvem no Caparaó.

O Sr. Alberto Rajão — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) — Guerrilhas, Sr. Deputado, que as próprias autoridades militares falam nos jornais como se não as houvessem. As próprias autoridades militares têm minorado o efeito do noticiário da imprensa dizendo que é um problema da Polícia mineira, Polícia Militar.

Queria, brevemente, dizer apenas a V. Exa. que, como membro que fui do Partido Socialista Brasileiro, aliamento, como aliamento os demais Deputados do grupo renovador, essa mesma preocupação: temos o direito — e o povo também — de saber onde está o professor Bayard Boiteux, preso na sua casa, sem mandado de prisão e transferido para local ignorado, sem assistência de um advogado.

O SR. JAMIL HADDAD — Deputado Alberto Rajão, nós desejamos saber a verdade, queremos que nos informem o paradeiro e quais as acusações reais que recaem sobre o eminente professor Boiteux.

Sr. Presidente, estava acamado ontem quando ouvi a palavra do nobre Deputado Salomão Filho, nesta tribuna, denunciando o convênio que os clubes da Federação Carioca de Futebol pretendem implagar à ADEG, convênio esse que retiraria uma regalia que já é tradicional a esta Casa, uma regalia que muitos podem achar es-

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Jamil Haddad. V. Exa. dispõe de sete minutos.

O SR. JAMIL HADDAD — Sr. Presidente, Srs. Deputados, como ex-vice-Presidente da Seção Regional do Partido Socialista Brasileiro não vejo explicação para a prisão do antigo presidente daquela seção, o nobre Professor Bayard Maria Boiteux.

Privei vários anos com o Professor Bayard Maria Boiteux, homem de idéias, homem que sofreu da parte da revolução apenas o seguinte: foi demitido do Estado, foi demitido do cargo de professor do Colégio Pedro II, cargo este, conquistado através de concurso público no qual obtive o primeiro lugar.

Há insinuação e vi declarações, que me parecem malévolas, de que o Professor Bayard Boiteux havia sido preso como chefe dos guerrilheiros de Caparaó, que os fundos que angariava na Comissão de Auxílio às Famílias dos Atingidos pelo Ato Institucional eram desvirtuados, para que se fizessem guerrilhas neste País.

Sr. Presidente, os livros contabilizados das entradas e saídas do dinheiro, de viveres para os detentos, para presos políticos naquela época; a contabilidade feita se enganando fundos para se dar dinheiro aos pobres presos políticos, que passavam fome e viviam na miséria, estão à disposição de quem quiser para se comprovar com aquela

ção como o fizeram no ano passado quando aqui se votou o projeto do Estatuto do Funcionalismo, em que até o Presidente — que merece todo o respeito da Casa — teve a sua palavra empunhada e o Governo não fez cumprir o acordo feito nesta Casa com a oposição no sentido da aprovação aquêla Constituição.

Assim, Sr. Presidente, como podemos confiar em que irá haver número para a segunda votação, quando sabemos que se não houver número para a segunda votação ficará valendo o que foi aprovado na primeira? Parece valendo, pois, exatamente aquilo que o Governador quer?

Da forma que deposito a maior confiança no Sr. Deputado Carvalho Netto, líder da ARENA e, portanto, líder oficial da Oposição, e continuarei na política em que estou até o fim; mas não podemos concordar em dar ao Governador essa condição já citada. Sobretudo porque conhecemos muito aquêles telefonemas para tirar Deputado do plenário, dados pelo próprio Governador e seus assessores na hora da votação, o que não nos deixa em condições de dar muito crédito a um acordo como este. (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Silbert Sobrinho.

O SR. SILBERT SOBRINHO — Sr. Presidente, farei um apêlo a V. Exa. que estava, com a força de seu prestígio, de obter um acordo nesta Casa entre as bancadas do Governo e da ARENA; apêlo no sentido de que V. Exa. tente para esse dispositivo que determina só poderão usar da palavra os Deputados indicados pelas lideranças, na proporção de um Deputado por cinco.

O Sr. Presidente, esta é uma Assembleia democrática, uma Assembleia na qual não poderá haver encerramento de expressão de pensamento.

Não podemos compreender nem aceitar que um Deputado não tenha o direito da livre manifestação, não podemos dar este exemplo de submissão de amordaçamento de Deputados independentes que não obedecem a nenhuma das duas lideranças, não podemos mostrar ao País que existe dentro dele uma Assembleia Estadual na qual os Deputados não têm o direito da livre manifestação.

Isto aqui não é uma ditadura, é uma Assembleia democrática.

Não impede, Sr. Presidente, que algumas vozes analfabéticas que ouvem a Rádio Reunite (Pinto), quando um Deputado se manifesta desta tribuna, ouçam alguém dizer: ignorante, analfabeta. Se houver necessidade de sermos ignorantes e analfabetos para defender aquilo que existe de mal assinado neste País e dentro desta Casa, seremos, para agradar aos inteligentes e aos cultos, ignorantes e analfabetos.

Mas queremos preservar dentro desta Casa o espírito da democracia que, na sua essência, é permitir ao cidadão pensar e agir com liberdade, com dignidade, com moral. Sr. Presidente.

Seja um exemplo dar a este País o exemplo de não existir uma ditadura? É o que está acontecendo, Sr. Presidente, nesta disposição de que só pode ocupar a tribuna Deputado devidamente autorizado por sua liderança.

Para que não pare, Sr. Presidente, sobre esta Casa, esta coisa grave que é impedir a um Deputado manifestar-se, seja ele qual for, de qualquer das duas correntes que aqui existem, eu faço um apêlo a V. Exa., um veemente e sincero apêlo para que esta disposição seja escocimada, retirada, porque não estamos aqui para impedir a adaptação da Constituição. Temos

tanto espírito público quanto V. Exa. e os demais Deputados e tanto quanto V. Exa. queremos o bem-estar e a tranquilidade desta Casa e deste Estado.

De maneira que faria um apêlo sincero a V. Exa. para que escolhesse esta proposição este dispositivo que representa um amordaçamento de homens independentes e livres que querem dizer aquilo que pensam e aquilo que sentem. (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD (Pela Ordem) — Sr. Presidente, Senhores Deputados, na realidade, desde o início da discussão desse problema, venho defendendo um ponto de vista: não considero válido o Decreto-Lei número 216. Esta é a tese que venho defendendo desde o início da discussão desse problema.

Acabamos de rejeitar o aumento do número de Deputados para a Comissão de Emendas Constitucionais. Teremos que votar agora o Decreto-Lei legislativo nº 6, oriundo da Mesa Diretora, que dita normas sobre a tramitação e conseqüente votação da Constituição do Estado.

Sr. Presidente, para mim o problema continua sendo o mesmo e os nobres Deputados sabem que venho defendendo desde o início as prerrogativas e a independência do Poder Legislativo.

O Decreto-lei nº 216 declara taxativamente que o simples recurso da parte do Governador fará com que haja efeito suspensivo imediato sobre os artigos aos quais foi argüida a inconstitucionalidade.

Se amanhã tivermos que nos defender junto ao Supremo Tribunal, poderá ser usada a seguinte arma: se foi aceita pela Assembleia a tramitação invocando a validade do Decreto 216, automaticamente é concedido ao Governador este direito e nós da Assembleia Legislativa, temos, na realidade, que valorizar o Poder Legislativo. Não me interessa quem seja o governador, se o Sr. Joaquim, o Sr. Manoel ou o Sr. Pedro. É problema do Poder Executivo procurar fortalecer-se e nós, do Poder Legislativo, o de procurar não abrir mão de nossas prerrogativas; de procurar fazer prevalecer o nosso direito legislativo para que possamos, então, nos firmar dentro do regime democrático, dentro do princípio da independência e da harmonia dos três Poderes. Na realidade continuarei votando contra porque não aceito o Decreto-lei 216 que foi promulgado posteriormente à promulgação da Constituição e na vigência da atual Constituição não encontramos em lugar algum, algo que de guarida à renúncia pelo Poder Legislativo, porque a Constituição, no seu Art. 188, declara taxativamente: "As Assembleias Legislativas terão o prazo de 60 dias para se adaptarem à Constituição Federal. Findo esse prazo, serão consideradas automaticamente enquadradas." De maneira, Senhor Presidente, que continuarei na defesa do Poder Legislativo, da independência e do fortalecimento deste Poder, lutando contra a aprovação desta menção que argüi a validade do Decreto 216 que, para mim me par atenuar outros colegas desta Casa não tem validade. (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Paulo Carvalho.

O SR. PAULO CARVALHO

(Pela Ordem) — Sr. Presidente, quero, nesta oportunidade, confirmar o voto que venho conduzindo durante as quatro sessões que antecederam a esta em que houve um acordo, acordo esse que implicaria numa negativa daquele voto que eu vinha conduzindo dentro de um espírito patriótico e consciente, porquanto sei que, dada a premência do tempo, os quinze membros da Comissão de Emendas Constitucionais implicariam numa melhoria para conduzir, neste plenário da Assembleia, as emendas de adaptação da Constituição do Estado à Constituição Federal. Não quero dizer, Sr. Presidente, que me coloque numa posição de indisciplina perante o líder do meu partido, o nobre Deputado Salomão Filho. Apenas sou coerente com minha posição e não cedo, em momento algum, a cochavos, a grupos ou a blocos que querem manchar nesta Assembleia a consciência daqueles Deputados que militam numa faixa de independência como eu. Votarei sim continuarei a votar por um imperativo de minha consciência. Sei perfeitamente que não posso subestimar e integridade moral e a dignidade daqueles pares que sentam nesta Assembleia. Não posso prejudicar. Nestas condições, quero que conste de nossos Anais que a minha posição não foi de indisciplina no líder do MDB, o nobre Deputado Salomão Filho, mas sim de coerência com meus princípios e com a minha formação e não cederei a blocos e injunções políticas. (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra pela Ordem o nobre Deputado Ubaldo de Oliveira.

O SR. UBALDO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, quero defender neste momento a minha posição. Quando recebemos esta mensagem que manda adaptar a Constituição Estadual à Constituição Federal, eu não podia deixar de ser coerente comigo mesmo e com os meus princípios.

Não se trata de indisciplina, Senhor Presidente, mas estou com a minha consciência democrática e independente, procurando preservar os legítimos direitos desta Assembleia Legislativa, e prestando minha colaboração aquilo que for justo, direito e digno. (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Frota Aguiar.

O SR. FROTA AGUIAR — Senhor Presidente, não posso votar a favor do projeto de resolução nº 6 porque, nesta Casa, já me manifestei contrariamente ao Decreto-lei nº 216, do Governo Federal, conveniêdo de que o Art. 188 da Constituição é o que está prevalecendo.

Sempre fui contra as ditaduras, — a ditadura maior e a ditadura menor. Minha posição não é caísta, Sr. Presidente. Se for aprovado o Projeto de Resolução nº 6, estaremos assistindo à ditadura das lideranças e quando uma Assembleia ou um parlamento adota a ditadura das lideranças, mantendo a iniciativa dos Deputados é porque algo de grave está acontecendo.

O parágrafo 1.º do Art. 4.º do Projeto de Resolução representa uma forte coação aos direitos dos Senhores Deputados de discutir as proposições e a fiscalização, as iniciativas não só das lideranças como também a Mesa Diretora.

Considero o parágrafo 1.º discriminatório e, sendo discriminatório, é

- tados: Adelson Marce — Alfredo Tranjan — Aloisio Caldas — Atilla Nunes — Augusto do Amaral Petró — Caio Mendonça — Caldeira de Albuquerque — Carvalho Netto — Couto de Souza — Darcy Raneel — Edna Leit — Edson Guimarães — Evarado Maranhães Castro — Francisco da Gama Lima — Frederico Troita — Geraldo Araújo — Geraldo Marneat — Hélio Damasceno — Flaviano da Praça — José Freitas — José Maria Duarte — João Luiz — Levv Neves — Lúcia Lages Bastos — Maurício Pinkusfeld — Máximo da Silva — Pedro Fernandes — Roberto Gonçalves Lima — Rossini Lopes da Fonte — Salomão Filho — Salvador Mandim — Sami Jorge — Sebastião Menezes — Souza Marques — Velinho Maurício da Fonseca — Victorino James — e Yara Vargas — (37).

Respondem "NÃO", os Srs. Deputados:

- Alberto Rajão — Ciro Kurtz — Frota Aguiar — Jamil Haddad — José Salim — Mauro Macalhões — Paulo Carvalho — Rubem Cardoso — Sebastião Contrucci — Silbert Sobrinho e Ubaldo de Oliveira (11).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a votação. Votaram sim "37" Srs. Deputados; não "11" Srs. Deputados.

O projeto está aprovado. É aprovado em 1.ª discussão em tramitação ordinária, o Projeto de Resolução nº 6, de 1967.

O SR. PRESIDENTE — A matéria foi aprovada por maioria de 2/3. Val a Redação Final.

(Durante a chamada para votação nominal, fizeram uso da

DAL (83)
30.5.64

CS. / ANEXO N.º 1-12

Maio de 1967 1155

minado, é claro, é lógico, segundo as palavras do próprio líder. Mas na realidade nos sabemos que o Comandante da Polícia Militar foi colocado no posto pelo então Presidente Castelo Branco. Hoje o Presidente da República é outro. Há uma crise estudantil séria na Guanabara, com espancamentos e violências policiais. Então, há de se reformular o problema, porque, em última instância, esta crise estudantil repercutirá contra o Governo Federal, porque neste momento fala-se muito em solapamento da Revolução. O Governador de São Paulo disse que vão esmagar quem tentar, na realidade, sair desse clima revolucionário. Se nós nos dizemos democratas autênticos, queremos a democracia plena e não podemos querer uma democracia canhestra, democracia em que sejam castrados vários direitos do regime democrático. Então, quem luta por isso, pelo pleno restabelecimento das liberdades democráticas é um solapador da Revolução? Então, há um movimento nacional, não temos dúvida disso, no sentido de pressionar o Presidente da República — interpretação política do Deputado Jamil Haddad — a não aceitar as teses revisionistas. A Lei de Imprensa tem de ser revista. O Presidente da República até o momento não usou a Lei de Segurança; não quis usar. Mas, na realidade, se houver um archo, se houver um apêrio e começarem as provocações de grupos que não querem a volta do regime democrático pleno, talvez o Presidente da República seja levado a usar a Lei de Segurança e a arrochar o processo democrático.

É este o aspecto em que coloco o problema. Estou solidário com os estudantes em todas as suas reivindicações. Querem melhores condições para estudar, querem alimentação mais barata para poderem enfrentar os estudos. São reivindicações justas.

Sr. Presidente, vou passar a palavra ao Deputado Ciro Kurtz, que tem sérias revelações a fazer à Casa.

O Sr. Ubaldo de Oliveira — V. Ex.ª permite um aparte? (Assentimento do orador) — Quería dizer a V. Ex.ª que esse assunto de arbitrariedade já se está tornando uma coisa barata aqui nesta cidade. Reafirmo a V. Ex.ª que sempre houve violência na Guanabara, principalmente com relação aos humildes que não têm quem os defenda.

Temos procurado dar todo apoio aos estudantes, o que é nosso dever com relação àqueles que procuram estudar, engrandecendo a cultura do nosso país. Mas também queria dizer como bem frisou V. Ex.ª, que há elementos que não são estudantes e procuram perturbar a ordem. Precisamos de ordem para viver. Precisamos acabar com essas arbitrariedades. E devo dizer que essas arbitrariedades se verificam não só no que diz respeito a estudantes. Esses moços que trabalham no Serviço de Trânsito — é preciso que o Líder do Governo, e o próprio Governador saibam disso, pois o Governador não é homem de arbitrariedades e sim um democrata — esses policiais do trânsito abusam da sua autoridade, ameaçam qualquer motorista, tomam carteiras e outras coisas que não quero levantar aqui, porque não tenho provas. A corrupção é uma vergonha e não há quem tome providências. Para onde vamos? Estamos cansados. Eu já estou cansado e por isso evito vir à tribuna pois já sou um homem revoltado por ver tantas irregularidades neste Brasil. Precisamos nos unir. Ou nos unimos para salvar o direito do povo ou é melhor fechar a Assembléa e ir para Casa! Nós estamos chovendo no molhado, quando nós mesmos não somos respeitados nos nossos direitos. Aí está o Congresso Nacional, que

O SR. JAMIL HADDAD. — Então, na realidade, se a Polícia procede de acordo com as ordens do Governo do Estado, então este pode ser incri-

dade e gentileza de S. Ex^o (Sem revisão do orador).

C. SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Jamil Haddad, orador inscrito.

O SR. JAMIL HADDAD (Orador inscrito) — Sr. Presidente, Senhores Deputados, hoje mais do que nunca — já que foi promulgada a nova Constituição do Estado da Guanabara, adaptada à Constituição Federal — verificamos o esvaziamento do Poder Legislativo, em relação ao Poder Executivo.

Há poucos dias atrás, vários projetos que se encontravam na Ordem do Dia voltaram à Comissão de Justiça, para que fosse emitido novo parecer sobre a constitucionalidade ou não das referidas proposições. Aquêles projetos que tinham dado entrada na Mesa na vigência da antiga Constituição e que tinham, em função desta, recebido parecer favorável, a partir do momento em que começou a vigor a nova Constituição, como existem alterações quanto à despesa e quanto à receita, terão que ser novamente apreciados pelas Comissões e não serão considerados inconstitucionais e poderão mais ser apreciados por esta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na realidade, no Pequeno Expediente de hoje, já falei a respeito do assunto e volto a abordá-lo. Fomos eleitos pelo povo para seus representantes no Poder Legislativo, poder que, como diz o nome, cabe o direito de legislar, de fazer as leis. Mas, em contrapartida, fomos obrigados a adaptar a nossa Constituição à Constituição Federal e ficamos, então, impedidos de legislar, porque é rara a matéria, é rara a lei, é raro o projeto que se apresenta dentro de uma Casa Legislativa que não toca em despesa, que não toca em receita.

Faço uma pergunta. Se a Casa pode legislar a respeito de matéria que não seja taxativa e sim autorizativa? Imaginemos que o nobre Deputado Hélio Damasceno proponha ao Poder Executivo a criação de determinado organismo, para fazer face a determinado fim. É uma proposição, na realidade, autorizativa: ela dá ao Poder Executivo a fazer aquela despesa, se estiver contida dentro do Orçamento vigente para este ano.

Então, pergunto: há modificação da despesa? Há alteração da despesa? Não, porque existe uma verba específica dentro do Orçamento para compensações.

Ora, se o Projeto é autorizativo, autoriza o Poder Executivo e dá a compensação dentro do Orçamento já aprovado por esta Casa e pelo Poder Executivo, terá ou não o deputado o direito de legislar dessa maneira? O que podemos nós interpretar, dentro dessa legislação que nos foi imposta pela adaptação à Constituição Federal, como sendo da nossa alçada?

Porque, Sr. Presidente, a seguir, estritamente, dentro de uma faixa restrita, nunca análise a grosso modo das atribuições que nós deputados temos neste momento referente à legislação, chegaremos, infelizmente, à seguinte conclusão: iremos emitir nossos pontos de vista políticos a respeito de determinados assuntos, cada um exprimindo a sua cosotação política; iremos solicitar às autoridades constituintes que façam o calçamento que vejam o problema da falta d'água em determinado logradouro; iremos conceder títulos de "Cidadão Benemerito da Guanabara"; iremos solli-

ciar sessões de homenagem a determinados vultos, e na hora de legislar, Sr. Presidente, vamos então solicitar a troca de nome de ruas ou que se dê a determinado logradouro o nome de Joaquim Antônio ou de Padre Manuel. E, na realidade, legislar, fazer leis não cabe mais ao Poder Legislativo. Cabe ao Poder Executivo.

Então, nós, deputados, só teremos o direito de legislar por via indireta, recebendo uma Mensagem do Poder Executivo e emendando-a no que couber, desde que não modifique certos preceitos constitucionais que não cabe a nós modificar, para, então, devolver a matéria dentro do prazo estabelecido pelos Ato Institucionais e, agora, pela própria Constituição, ao Poder Executivo sua Mensagem, modificada ou não dentro da Assembleia, e aguardar a sanção ou o veto do Governador.

O Sr. Fioravante Fraga — Permite V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador) — Nobre Deputado Jamil Haddad, é muito interessante a explanação que V. Ex^a vem fazendo. E, a propósito, hoje, na hora do almoço, estava eu à porta de uma fábrica conversando com diversos operários, eleitores e amigos meus, quando num certo momento, um deles me perguntou se a Assembleia Legislativa da Guanabara, nesta legislatura, tem feito alguma coisa em benefício do povo. Achei muito estranha, curiosa até, e de certa acuidade a pergunta desse trabalhador, porque ele, mesmo inconscientemente, já estava sentindo que o Poder Legislativo está totalmente esvaziado.

Vê V. Ex^a que até os trabalhadores e operários sentem que hoje o Deputado nada mais é do que um representante do povo que se limita a consumir o que o Executivo determina.

A propósito, quero dizer que na sexta-feira última, o Deputado Alfredo Tranjan solicitou dos Deputados, integrantes da Comissão de Justiça, maior esforço no sentido de nos reunirmos extraordinariamente para que fossem examinados os projetos de lei que estão tramitando pela Assembleia porque, na Mesa Diretora, surgiu a dúvida de que a maior parte dos projetos em andamento está infringindo a nova Constituição Estadual que é a cópia fiel da Constituição Federal. Assim, tivemos reuniões na sexta-feira até tarde, num trabalho insano, num grande esforço, com o desejo de servir à coletividade e fazer alguma coisa em benefício da comunidade carioca, e verificamos, esta a verdade nua e crua, que o Poder Legislativo está totalmente esvaziado, não faz sentido nenhum mais a atuação dos Deputados. Ao dizer V. Ex^a que atualmente a ação do Deputado está restrita à apresentação de requerimentos para conferir o título de utilidade pública, ou para homenagear alguém por relevantes serviços prestados, V. Ex^a expressou realmente o que sentem não só os Deputados, mas todo o povo carioca. Esta Assembleia está esvaziada e sem qualquer significação.

O SR. JAMIL HADDAD — Agradeço o aparte de V. Ex^a e não tenho dúvida de que a totalidade da Assembleia da Guanabara já sente hoje este problema: somos membros da Assembleia Legislativa do Estado e estamos praticamente, castrados no nosso direito de legislar. Estamos, na realidade, amarrados, sem poder legislar. É necessária uma reformulação e que os Senadores, Deputados Federais e companheiros de Assembleias Legislativas de outros Estados atentem para esta situação de in-

rioridade em que foi colocado o Poder Legislativo dentro da nova Carta Federal e que imediatamente sejam iniciadas gestões políticas para revisão desse aspecto constitucional do esvaziamento do Poder Legislativo e de outros aspectos que posteriormente analisarei.

No momento, falo em termos de revisão sem entrar em outros aspectos pelos quais lutarei, apenas do problema do esvaziamento do Poder Legislativo. Acho que temos de iniciar esta campanha primeiramente em relação ao esclarecimento da opinião popular, fazendo ver que os representantes do povo estão impedidos talvez em 90% na sua capacidade de legislar e, posteriormente, conforme já foi deliberado, uma comissão composta dos Deputados Alberto Rajão, José Maria Duarte e do orador que no momento vos fala, comparecerá, em nome do MDB da Guanabara, junto ao MDB nacional para verificar a linha de conduta do partido junto às seções regionais. Assim, levaremos esse assunto para ser debatido pelo MDB nacional para que se erja uma posição política revisionista quanto ao problema da autonomia do Poder Legislativo.

O Sr. Alberto Rajão — V. Ex^a dá licença para um aparte? (Assentimento do orador) — Senhor Deputado, desejava apenas, além de concordar com as suas palavras, acrescentar às mesmas a constatação de que esse esvaziamento do Poder Legislativo já começa a produzir os seus efeitos, não apenas no *capitis diminutio* da nossa capacidade legislativa, e no também na própria respeitabilidade desta Casa.

O Deputado Ciro Kurtz, membro do Grupo Renovador, fará, ao fim do expediente de hoje, e em nome do Grupo Renovador, sérias denúncias à Assembleia com respeito à Polícia deste Estado que não respeita a dignidade de um representante do povo, como não respeitou, na sexta-feira última, o nobre Deputado Ciro Kurtz que, apesar de declarada a sua condição de parlamentar, foi interpelado por um tenente da Polícia, assim como, mais tarde, um Inspetor da Polícia recusava-se a receber em seu gabinete os Deputados Ciro Kurtz e Tablano Villanova. Do mesmo modo, um tenente da Polícia mentiu para este Deputado que fala, a V. Ex^a, prestando-lhe uma informação falsa.

Isto tudo, Senhor Deputado Jamil Haddad, faz parte de um mesmo processo e de uma mesma vontade de desmoralizar o Poder Legislativo. Estou com V. Ex^a quando pede que esta Assembleia em péso, sem nenhuma dissidência, assumo o mais rapidamente possível uma posição de séria e forte resistência a esse processo. Não podemos renunciar à nossa dignidade e às nossas atribuições porque se o fizermos estaremos renunciando àquilo que não nos pertence, mas pertence ao povo e a nós foi delegado apenas episodicamente.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Deputado Alberto Rajão, na realidade, V. Ex^a sabe que sou daqueles nesta Casa que reagem violentamente contra qualquer tentativa de desmoralização e de diminuição das prerrogativas dos representantes do povo. Eu, V. Ex^a, o Deputado Gonçalves Lima e o Deputado Aloísio Caldas não queremos imunidades de ordem pessoal para nós. Se temos essa prerrogativa e a mais ampla liberdade, como preceitua o regime democrático, de como representantes do povo podemos entrar em qualquer local e a qualquer hora, para nos intelexarmos das situações anormais porventura

existentes, se gozamos dessa prerrogativa é para podermos, na realidade, saber o que existe e defender a população. Não podemos ser diminuídos por quem quer que seja. O Deputado tem uma prerrogativa que lhe é conferida pelo povo ao eleger-lo. O povo, ao eleger seus representantes, dá essa garantia, dá esse aval ao Deputado, em termos de defesa, para que ele o represente e o defenda em qualquer circunstância e em qualquer momento. E quando um parlamentar é diminuído, não é levado na devida conta, não se deve olhar se é o Deputado A, B ou C, mas sim o Poder Legislativo, que foi atingido. Cabe, então, uma reação uníssona da Assembleia porque, como já disse em discurso nesta Casa, nunca vi algo contra o Poder Judiciário; nunca vi,

O Poder Judiciário, uníssonamente, se reúne e toma uma deliberação, toma providências no sentido da prevalência dos seus direitos. Nós, ou nos fazemos respeitar, ou lutamos pelo restabelecimento do Poder Legislativo forte, do Poder Legislativo com direito de legislar, do Poder Legislativo respeitado, ou então estamos na realidade aceitando o jogo provocatório de quem quer desmoralizar um dos poderes, no regime democrático, com o intuito talvez de acertar com esse regime. Faz-se necessária esta consciência junto aos Srs. Deputados, consciência de defesa do Poder Legislativo como instituição, porque se respeitamos o Poder Judiciário, se o Poder Executivo é respeitado, este Poder que emanou do povo tem que ser respeitado na sua soberania, na sua autoridade. Foi daqueles que no Governo passado sofreram, por parte do então Diretor de Trânsito, uma verdadeira agressão na porta da Assembleia, em termos de autoridade do poder. Peço como homem, pessoalmente, e quero neste momento, congratular-me com a Câmara de então. Era Presidente um Deputado da antiga União Democrática Nacional. A Assembleia se manteve em sessão permanente até que fosse respeitado o direito desta Casa, até que fossem dadas as desculpas necessárias, até que fosse restabelecida a autoridade do Poder Legislativo. Não nos podemos amesquinhar. Posso dizer que, durante esses quatro anos e meio de mandato, que me foi delegado pelo povo, jamais conversando com um polícia ou um inspetor do trânsito levantei a minha voz para dizer: "o Sr. está falando com um Deputado". São problemas de foro íntimo. Mas, quando problemas sérios, pelo que fui sabedor, da magnitude do problema dos estudantes, problema que existe no país neste momento, não podemos deixar de nos manifestar. Nós fomos estudantes e sabemos o que é ser estudante. O estudante é uma pessoa lucida quanto aos problemas nacionais. É uma pessoa que deseja o bem-estar deste país. Não se resolve o problema estudantil na base do cassetete. O problema estudantil tem que ser colocado como o problema sindical, na base do diálogo e não na base do entendimento. Agora, quando existe uma reivindicação e a resposta é o cassetete virá a resposta ao cassetete. Haverá um círculo vicioso, desencadear-se-á em série, uma porção de problemas estudantis. É preciso que se tenha com o estudante bastante paciência. Sr. Presidente, V. Ex^a meu velho professor e como professor sabe, como todos nós sabemos, que o estudante não aprende à custa de pancada. O estudante aprende à custa de perguntas e quando ele tem as suas reivindicações lidas, nós temos de procurar uma solução para as mesmas. Não devemos enganar-lo. Devemos procurar ter com eles um diálogo

franco, a fim de solucionar os seus problemas mais urgentes.

Sr. Presidente, como integrante do MDB e por delegação da Bancada Izel a Brasília com os Srs. Deputados Alberto Rajão e José Maria Duarte, para conversar com a Direção Nacional do MDB a respeito da posição política que as bancadas regionais deverão tomar e colocaremos em regime de prioridade o problema do esvaziamento do Poder Legislativo dentro da nova Carta imposta ao Congresso, que foi incisivo fechado pela força das armas. Nós cumprimos o nosso papel. Adaptamos a nossa Constituição à Constituição Federal. Agora, podemos partir para uma outra etapa; a etapa da revisão, da revisão que se impõe para o fortalecimento do Poder Legislativo, porque caso contrário nós estaremos na realidade dentro desta Assembleia fazendo papel de membros de um clube de tertúlia, cada um mostrando seu dom de oratória, cada um evocando figuras da história política, cada um procurando dar um nome determinado a determinado logradouro, cada um procurando enfim um voto de pesar, um voto de satisfação por determinados acontecimentos, mas não poderemos legislar, que é a condição precípua do Poder Legislativo. Não poderá, por exemplo, o Deputado Hélio Damasceno legislar, porque se tem interesse de legislar a respeito de um determinado assunto ele fere o Orçamento. Então, só o Poder Executivo, mas o Poder Executivo não olha com bons olhos, por exemplo, o Deputado Hélio Damasceno e S. Ex.^a não tem como chegar ao Poder Executivo para solicitar que venha uma Mensagem do Poder Executivo a respeito desse determinado assunto. Então os Deputados da Minoria, por assim dizer, que têm um direito a ser respeitado dentro do regime democrático, não terão o direito de concretizar idéias suas nem idéias de grupos ligados a si politicamente, e o Poder Executivo ficará com toda força, será o Poder Executivo que receberá as comissões de funcionários, as comissões de determinadas categorias profissionais, para que possa rever situações injustas. E nós aqui estaremos apenas aguardando as Mensagens para fazer alguma modificação de redação, porque não podemos modificar nada que fira a Constituição, estremos aqui pura e simplesmente fazendo uma triagem de uma Mensagem remetida pelo Poder Executivo para devolvê-la ao Poder Executivo com direito de veto a este Poder.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, espero que o Movimento Democrático Brasileiro Nacional inicie uma marcha no sentido do fortalecimento dos Poderes Legislativos, tanto federal quanto estadual, para que possamos então legislar, condição precípua para a qual fomos eleitos como representantes do povo.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, que eu queria neste momento trazer à tribuna, num brado de alerta aos nossos companheiros, contra o esvaziamento da Assembleia Legislativa da Guanabara e das outras Assembleias do Brasil. (Sem revisão do orador).

(No decorrer do discurso pronunciado pelo Senhor Deputado Jamil Haddad, comparecem os Senhores Deputados Caldeira de Abreu, Levy Neves e Sebastião Menezes).

O SR. PRESIDENTE — Esgotado o tempo destinado à primeira, passo-

mos à segunda parte do Grande Expediente.

Passa-se à 2.ª Parte do

Grande Expediente

O SR. PRESIDENTE — O orador inscrito pelo MDB é o nobre Deputado Roberto Gonçalves Lima. Com a palavra S. Exa.

O SR. ROBERTO GONÇALVES LIMA — (Orador inscrito) — Senhor Presidente, pediria a generosidade de V. Exa. para conceder dois minutos ao Deputado Alberto Rajão.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre Deputado Alberto Rajão. Sua Excelência dispõe de dois minutos concedidos pelo nobre Deputado Roberto Gonçalves Lima.

O SR. ALBERTO RAJÃO — (Em tempo cedido) — SENHOR PRESIDENTE, agradecendo a gentileza do nobre Deputado Roberto Gonçalves Lima eu gostaria de me referir e de pedir que se transcreva nos anais da Casa a magnífica entrevista concedida ao "Diário de Notícias", em sua edição de ontem, pelo Embaixador Paschoal Carlos Magno, contra as violências que vem sendo praticadas contra os estudantes da Guanabara e de todo o País. Diz Sua Excelência ao início de sua brilhante entrevista, que toda vez que se anuncia um congresso, um seminário de estudantes, a Polícia fica alerta como se tais iniciativas fossem capazes de destruir a tranquilidade de 80 milhões de brasileiros. E conclui afirmando que em determinada ocasião, buscando o apoio do Ministro de Educação e Cultura para alguns estudantes de Minas Gerais, que haviam, eles próprios, construído a sua sede, a sua casa, foi interpelado pelo Ministro da Educação com a seguinte pergunta:

— "Mas, como, Embaixador; estudantes-operários são forçosamente comunistas e eu não posso ajudá-los."

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

VIPE, NA PASTA PRÓPRIA, OS DISCURSOS, OU PARTES, DOS DEPUTADOS ALBERTO RAJÃO E FIDELAVANTE FRABAI.

DA-2(98) 108-1844

3- Agosto de 1967

horas de tristeza, eles nos dão sua cooperação.

Sr. Presidente, apresentei um requerimento de congratulações aos motoristas da Guanabara, na pessoa do Presidente do Sindicato dos Condutoras V. Exa., que no momento oportuno, res Autônomos de Veículos Rodoviários do Estado da Guanabara. Peço ao colocar minha proposição em votação, envie àqueles homens nossas congratulações, que são as do povo do Estado da Guanabara. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Deputado Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD — Senhor Presidente, Srs. Deputados, quero deixar marcada nos Anais desta Casa a minha posição a respeito do "affaire" Hélio Fernandes.

Tenho rebeldes razões para não pactuar, como jamais pactuei, com as idéias e com a posição política do Sr. Hélio Fernandes. Foi atacado várias vezes e vítima inclusive de inverdades a mim atribuídas, em editoriais daquele jornalista. Não tenho relações de ordem pessoal, nem pretendo tê-las, com S. Sa. Seria também incapaz, por maior inimigo político que eu pudesse ser, de no momento em que o corpo do ex-Presidente Castelo Branco estava sendo velado pelos seus amigos escrever um artigo como aquele que foi escrito por Hélio Fernandes.

Não posso contudo admitir, já que se fala em regime democrático, na aplicação indiscriminada do Ato Institucional para o confinamento do referido jornalista. Abriu-se um precedente por demais perigoso com a aplicação desse Ato Institucional para punir Hélio Fernandes que tinha da Justiça uma sentença no sentido de poder exercer sua profissão. Não posso aceitar a aplicação do Ato Institucional, juridicamente, dentro do regime democrático, após a vigência da nova Constituição.

O Presidente Marechal Costa e Silva está inclusive neste momento — parece-me — numa difícil encruzilhada, politicamente, porque ou se curva ante pressões contra atos que não interessam e não são simpáticos a determinados elementos das Forças Armadas ou poderá, na realidade, ver serem usados vários expedientes no intuito de tentarem afastar S. Exa. da suprema magistratura do País.

Quando S. Exa. deseja formular a política econômico-financeira, quando deseja reformular uma série de atos errôneos do Governo passado, vê-se num dilema: aceitar as pressões militares, confinando antidemocraticamente o jornalista Hélio Fernandes, ou aceitar a decisão do Poder Judiciário não permitindo represálias contra aquele Poder porque, no regime democrático, é ao Judiciário que cabe a decisão desses casos e nele confiamos a fim de que, de peito aberto, possamos declarar que estamos vivendo na plenitude do regime democrático.

Sr. Presidente, eram as palavras que queria trazer à Casa para deixar bem clara minha posição a respeito do "affaire" Hélio Fernandes apesar de, como já disse, fazer as maiores restrições de ordem pessoal àquele jornalista. (Sem revisão do orador)

S

riti é selvagem e que tem assassinos em seu meio, foram ao Estado do Rio inocentemente para dar seu passeio e foram vítimas da ganha criminosa dos bandidos que desustram a administração do vizinho Estado. Espero que as Casas Legislativas do Estado do Rio, tôdas as Câmaras e Assembléias, se levantem contra esse ato criminoso e façam com que o honrado Governador Jeremias Pontes tome as mais energicas medidas. Que se apure o fato em sua profundidade e que sejam punidos, mas punidos, os criminosos que infestam o Serviço de Trânsito daquele Estado.

Mais uma nota triste quero assinalar nesta série de registros de hoje. É o assassinio de mais um motorista do Estado da Guanabara. Esses assassinatos que se vem perpetrando todos os dias, já se está tornando rotina em nosso Estado.

Temos aqui, diariamente, Deputados brilhantes como a Deputada Edna Lott lamentando esses crimes covardes que a todos nós repugna. Mas a verdade, Sr. Presidente, é que o crime continua. Os nossos honrados motoristas, trabalhadores, chefes de família, homens dignos que precisam ganhar o seu sustento trabalhando, no volante, estão sendo covardemente, friamente assassinados por marginais. Infelizmente não há paradeiro a essa série de crimes. Faço daqui mais uma vez um apêlo ao Estado que se dê um homem digno e interessado a pôr um cobro, um fim a essa série de assassinatos, para que S. Exa. estude uma fórmula qualquer para dar permissão para o uso de armas aos motoristas e que seja estudada uma forma para que o motorista exija a identificação de todos aquêles que tomam o carro para fazer o seu trajeto.

Era o que eu tinha a dizer na tarde de hoje. *(Sem revisão do orador)*.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Jamil Haddad.

O R. JAMIL HADDAD — Senhor Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna após um mês sem usá-la, já que estava, a convite do governo libanês visitando aquêlê país, berço de meus pais, para também deixar a minha repulsa contra os crimes que diuturnamente vêm ocorrendo com os motoristas profissionais, que saem de suas casas para o trabalho cotidiano sem saber se voltarão às suas residências. Há de se estudar uma maneira de se proteger os motoristas profissionais contra esses assaltos cotidianos. Estive agora na Europa e vimos que os carros de praça, na Europa, são munidos de um dispositivo de rádio para que haja o controle de onde se encontram os motoristas profissionais quando no exercício da sua profissão.

Espero que haja um auxílio do Estado aos motoristas profissionais desta bela cidade, tão decantada pela suas belezas, mas que já não atrai mais turistas em função do grande número de crimes que aqui vêm ocorrendo.

Sr. Presidente, ao sair do Brasil, fiz um pronunciamento nesta Casa declarando categóricamente que não participaria da Frente Ampla do antigo Governador Carlos Werneck de Lacerda.

Releio hoje o que disse há cerca de 40 dias: não aceito na participação da Frente Ampla, de democratização do País, do Sr. Carlos Lacerda, tanto mais quanto é S. Exa. elemento que procurou sempre intrigar os homens que sempre desejaram a democracia neste País. É homem que sempre usou da violência e da prepotência com a volúpia de Borges e da Borer, agredindo estudantes, famílias indefesas e que hoje, perante a opinião pública, aparece

como o maior defensor dos estudantes.

O Sr. Carlos Lacerda usa o Senhor Juscelino Kubitschek, de prestígio indiscutível junto a uma grande área de eleitores, usa do Senhor João Goulart também, usa todos como bandeira, querendo nos jogar também para tornar-se o grande líder civilista e, talvez, se conseguirmos uma campanha de profundidade chegar às eleições diretas em 1970, sendo o candidato civilista com apoio de tôdas as forças populares.

Engane o Sr. Carlos Lacerda a quem quiser, mas não enganará a mim. Estou enrijado dentro de uma Frente Ampla de opinião pública pelas liberdades constitucionais, pelas franquias democráticas, desde o início do movimento revolucionário de abril de 1964.

E agora, com que desfaçatez, vejo o Sr. Carlos Lacerda declarar, como tive oportunidade de ler em Lisboa, que estava compenetrado de que havia necessidade de se unirem esses grandes brasileiros como Juscelino Kubitschek e João Goulart para formarem uma grande frente civil neste País.

Mas o que conseguiu o Sr. Carlos Lacerda, Sr. Presidente, foi a divisão dentro do MDB, levando elementos do partido que representa, bem ou mal, a oposição a se engajarem dentro da Frente Ampla que, por enquanto, é uma frente de gabinete, porque não está próxima, ainda a época das eleições.

S. Exa. deseja com a sua paranóia transformar-se num grande líder civilista para chegar onde sempre desejou: à suprema magistratura do País, num regime ditatorial ou democrático.

O MDB, Sr. Presidente, tem um programa que, bem ou mal é um programa de luta pelas justas reivindicações do povo brasileiro. E nós, do MDB, devemos fazer com que nosso partido, criado espontaneamente por força dos atos institucionais e complementares, se torne o partido popular. Usemos a bandeira do MDB, usemos o programa do MDB para podermos chegar à autêntica democracia que desejamos. Não me engajarei, no entanto, em nenhum movimento civilista do Senhor Carlos Lacerda, porque S. Exa. deseja mais uma vez, usar-nos como instrumento, para chegar ao fim colimado.

Deixo, pois, clara a minha posição. Lutarei como sempre lutei pela redemocratização, enquanto o Senhor Carlos Lacerda, na Europa, explicava a revolução e as medidas violentas do governo de então.

Não participarei de movimentos civilistas, repito. Minha posição é a mesma de sempre, a de lutar pela autêntica democracia. Fiquei satisfeito ao chegar de fora, ao ver o pronunciamento do ex-Deputado Luterio Vargas, deixando bem clara a posição da família Vargas a respeito da Frente Ampla de que participa o Sr. Carlos Lacerda. Porque também não admito essa participação espúria no selo do movimento que se pretende seja democrático.

Eram essas as palavras que, ao retomar a tribuna nesta Casa, queria deixar marcadas, já que, no momento, o problema da Frente Ampla empalga, em termos políticos, e divide a área do MDB, que se deve manter unido, não aceitando arrivistas que nada mais desejem do que dividir, na verdade, a oposição autêntica, a oposição sincera neste País. *(Sem revisão do orador)*.

CS / ANEXO N.º 1.16

Quarta-feira 22

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos. 570 do 1967

O Sr. Nina Ribeiro — Serel muito breve, porque a exiguidade do tempo regimental não nos permite dizer mais.

Quero solidarizar-me com V. Ex.^a nessa denúncia, que reputo de suma gravidade e que vem caracterizar atos de violência e de arbitrariedade que se perpetraram neste Estado. Estou com V. Ex.^a inclusive na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, ou outra medida que V. Ex.^a haja por bem iniciar, de vez que foi V. Ex.^a que teve a primazia de trazer a esta Casa denúncia de tamanha gravidade.

Estou com V. Ex.^a em qualquer providência que haja por bem tomar, a fim de que essas violências, no descumprimento da lei e das instituições democráticas, não continuem por mais tempo, oriundas que são da inépcia e do caráter criminoso e meserupuloso da Administração da Guanabara.

SR. JAMIL HADDAD — Sr. Presidente, jogo, politicamente, de corpo aberto. Aconselhei o locatário do imóvel a ingressar na Justiça e, de próprio punho, fiz uma declaração ao Poder Judiciário, no sentido de que constatei a violência *in loco*, comunicando que perguntara ao Sr. Osmar Rezende se era portador de um mandado judicial para entrar no referido imóvel, ouvindo do mesmo a negativa e a afirmação de que era um soldado, cumpridor de ordens do Secretário de Justiça.

Fiz esta declaração, por escrito, com firma reconhecida, para que dê entrada no Poder Judiciário.

Relato o fato para que a Casa tome conhecimento das arbitrariedades que estão sendo cometidas — uma das quais constatei pessoalmente — pelo Sr. Osmar Rezende, que se diz soldado, apenas seguindo ordens do Secretário de Justiça.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é o regime democrático que nós não queremos. Queremos sim, o regime democrático autêntico, onde sejam respeitadas todas as liberdades. Que seja respeitada a inviolabilidade do lar, que sejam respeitados todos os direitos do homem, na sua plenitude. Lutaremos, com outros companheiros, nesta Casa, para alcançar o nosso objetivo. Já fizemos pronunciamentos, no sentido da reforma da Lei de Segurança, no sentido da reforma da Lei de Imprensa, da reforma do texto da Constituição federal e distrital e isso para que possamos, amanhã, dizer que o povo realmente respira o ar democrático. (Sem revisão do orador).

NB. PRO. 55.147. 2, p. 95

Homem simples, homem de poucas palavras, homem de disciplina militar rígida, mas homem com sentimento humano, homem interessado nos problemas nacionais e ciente de que a melhor solução para eles deve ser dada, na realidade, dentro da técnica e dos moldes próprios da nossa pátria.

sigara e exemplo do eminente Marechal Viveira Lott, homem que, na realidade, impôs, dentro das forças Armadas, respeito, pela sua atitude honesta e desacombrada de militar democrata, consciência dos seus deveres.

Sr. Presidente, não poderíamos deixar de trazer, nesta data, a palavra de milhares de brasileiros, de congratulações ao Marechal Henrique Duffles Teixeira Lott, militar que muito honra o Exército nacional e que hoje vê passar, para alegria de seus amigos, mais uma data natalícia.

O Sr. Alberto Rajão — V. Exª me permita um aparte? (Assentimento do orador) — Deputado Jamil Haddad, quero, inicialmente, cumprimentá-lo pela lembrança de trazer para o plenário a homenagem que V. Exª presta à figura admirável de soldado e brasileiro que é Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott. Sou testemunha do trabalho desenvolvido por V. Exª junto ao Marechal em diversas etapas da política brasileira. V. Exª, como representante do antigo P.S.B. da Guanabara, teve oportunidade de manter contactos com o Marechal Lott em diversas ocasiões e a mim me coube registrar na crônica política do país, como jornalista que era naquela época, o trabalho desenvolvido por V. Exª junto ao Marechal. Gostaria, portanto, de, neste momento, congratular-me com Vossa Excelência pela homenagem que dedica a S. Exª, fazendo-a ao mesmo tempo, de todo o Grupo Renovador. Esta homenagem ganha destaque e se caracteriza, principalmente, pela personalidade do homenageado que sendo como é, o Marechal Henrique Lott, nos permite demonstrar que quando nos outros fazemos oposição nesta Casa a militares brasileiros, tais como o extinto Marechal Castello Branco e, agora, ao Marechal Costa e Silva, que quando nos fazemos críticas — e, por vezes, críticas rigorosas — não estamos, com isto, negando nem recusando valor ao soldado brasileiro. A prova disto é que somos o segundo, já que V. Exª foi o primeiro a homenagear aqueles soldados que, como o Marechal Lott, merecem o respeito e o aplauso do povo brasileiro pelas posições que tomaram na sua vida privada ou no exercício de sua profissão, da carreira militar, defendendo os legítimos interesses do povo e da nação brasileira.

Muito obrigado a V. Exª

O SR. JAMIL HADDAD — Agradeço ao nobre Deputado Alberto Rajão o brilhante aparte que após ao meu discurso.

Recordo que, num dos contatos que tive com o eminente Marechal Lott, aquela época, quando do sucesso do Governo do Estado, que S. Exª se aceitou a sua candidatura, tornando a sua vida pacífica de homem que chegou ao fim de sua carreira militar sem riquezas, sem fausto, dentro de uma humildade digna de Bala, na premissão de que, quanto ao momento histórico que a Brasil vivia, talvez desempenhasse um papel importante na democratização do país. Sr. Presidente, em função disto, desejo dizer do bravo, honesto, probe, grande militar e grande brasileiro, do Marechal Henrique Duffles Teixeira Lott, não poderíamos hoje, quando se comemora mais uma data natalícia daquele grande Marechal, de trazer as nossas congratulações e de expressar os nossos ardentes desejos para que, por muitos e muitos anos, possamos — nós e outros companheiros — desta tribuna, trazer os nossos cumprimentos, como hoje fazemos. Que os militares brasileiros

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra Sr. Deputado Jamil Haddad, de agora dispondo de dezesseis minutos.

O SR. JAMIL HADDAD (Orador) — Sr. Presidente, Senhores Deputados, inicialmente, em nome de toda a gente, faço ao novo brasileiro um rolar ao Marechal Henrique Duffles Teixeira Lott os cumprimentos pela passagem de mais uma data natalícia.

Nós, Sr. Presidente, que nos associamos com o eminente Marechal Lott, pois tivemos vários contatos com S. Exª, tanto em Teresópolis quanto na Guanabara, reconhecemos a qual honrado militar brasileiro a qualidade de um autêntico militar nacionalista que advoga teses nacionalistas para solução dos problemas nacionais. Não nos esqueçamos nunca a figura marcante do Marechal Lott quando o Sr. Carlos Lacerda propunha que se não desse posse ao Presidente eleito pelo povo em pleito indireto, o Sr. Juscelino Kubitschek, foi S. Exª quem, usando das forças Armadas para manutenção do regime democrático entregou ao Presidente eleito pelas forças populares o mandato que lhe cabia, de acordo com a Constituição brasileira.

prontos bem como a rede está estendida, mas falta ainda 1,3 p.e.a. a conclusão das obras. Faço um apelo para que as obras sejam concluídas e para que o povo de Sepetiba, para que os moradores da Estrada São Tarceiro tenham a mesma totalmente iluminada. (Revisão pelo orador).

proscritos sem o direito de defesa pelo processo revolucionário de 1964.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado Jamil Haddad, para breve comunicação.

O SR. JAMIL HADDAD — (Para breve comunicação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aproveitar esta minha fala do novo ano legislativo para congratular-me com a eleição de V. Ex.ª à Presidência da Assembleia. Na realidade, Sr. Presidente, todos conhecem os vínculos de amizade que nos ligam e me sinto extremamente satisfeito em ver quindado à Presidência desta Casa V. Ex.ª, que é de uma família tradicional de políticos, por todos admirada neste país.

Ao iniciarmos esta sessão legislativa, quando verificamos pelas manchetes dos jornais que há uma aparente tranquilidade política nacional, porque todas as manchetes tratam dos problemas do Vietnam e de outros problemas externos quero aproveitar este momento, em que tanto se fala em pacificação nacional, para fazer um apelo a S. Ex.ª o Sr. Presidente da República, no sentido de que seja feita a pacificação nacional, mas uma pacificação não apenas de fachada e sim uma pacificação no verdadeiro sentido da palavra, uma pacificação em que seja dado o direito a todos os brasileiros proscritos pelo processo revolucionário por crimes políticos a terem seus direitos novamente consagrados. Um criminoso vulgar, um réu confesso, tem direito de defesa e às vezes para ser preso, para ser condenado, leva dois, três anos e até mais.

É porque um cidadão brasileiro tem a sua ideologia, tem o seu ponto de vista firmado a respeito dos problemas nacionais e que não condizem com os detentores do poder, esse elemento, por uma simples pena, é proscrito da vida pública nacional?

É hora, Sr. Presidente, da dita pacificação nacional, tão propagada neste momento, se concretizar em bases não como disse apenas de cúpula, não de manchete de jornais, mas que haja, isto sim, uma pacificação total, com ampla e irrestrita anistia por crimes políticos e que haja também o direito de cada cidadão brasileiro poder-se exprimir e declarar os seus pontos de vista contra manobras de grupos nacionais entreguistas, que querem entregar o centro da decisão nacional ao exterior. Não queremos que essa decisão seja tomada dentro de nosso País. É hora, de os autênticos nacionalistas, de os homens que desejam a pacificação nacional se unirem em torno da bandeira da anistia ampla por crimes políticos, para que não paire permanentemente a idéia, o rumor e o desejo de força contra os atuais detentores do poder.

Pacificação nacional, aceito nos seus termos e não a pacificação nacional em que os deuses derrotados de 1964, derrotados porque não aceitaram o regime atual, continuam no mesmo status quo. É preciso que haja uma distribuição de cargos políticos entre as duas agremiações partidárias para composição da maioria nas Casas Legislativas. Essa pacificação eu não aceito e deixo bem claro o meu ponto de vista. É a hora da pacificação ampla, da pacificação nacional, para aqueles que foram

leiras, construído no Governo pas-
o. Realmente, reconheço que a
cada vai ser muito fácil, mas terá
sar, forçosamente, construído um
o viaduto.

SR. JAMIL HADDAD — Sr.
ulado, V. Exa. permite um aparta-
(Riso).

Sr. Silbert Sobrinho — Eu vou

erá, forçosamente, de ser consi-
do um novo viaduto, porque os
va vão entrar rapidamente, fácil-
de, na Rua Parani; mas, quando
gar na altura de Coelho Neto ou
Palssandu, irão parar.

SR. JAMIL HADDAD — Então,
-se outro viaduto...

Sr. Silbert Sobrinho — Esta é
lmente a política governamental:
da construção de viadutos e pa-
mento ainda mais rápido.

SR. JAMIL HADDAD — As

Sr. Silbert Sobrinho — Não, de-
de. *On depend.* Ah, para-se
do, rápido, rápido. É uma obra
da, construção rápida, vai a 800
1 milhão de cruzeiros, fica pronta
1 mês e é paga imediatamente.

Sr. JAMIL HADDAD — É
tge o imposto.

Sr. Silbert Sobrinho — Quanto
imposto, Senhor Deputado, eu vou
par a tribuna, hoje, para mostrar

lega, autorizando o Poder Executivo
a calçar a Rua X, Y ou Z, porque a
alocação dos defensores da aludida
taxa é que ela seria usada para des-
flar. Cabe, pois, aos Senhores Depu-
tados fiscalizar a Secretaria de
Obras e verificar se tais logradouros,
por eles indicados, estão realmente
recebendo o benefício votado.

E faço, mais uma vez, um veemen-
te apelo aos Senhores Deputados: —
vamos lutar pela volta das prerro-
gativas do Poder Legislativo e do
Congresso Nacional, porque hoje o
que temos é um Poder Executivo
forte que dita as regras do jogo e
nós somos meros despachantes que
damos andamento aos pupis.

O Sr. Mauro Magalhães — Vossa
Excelência me permite um aparte? —
(Assentimento do orador) — É para
dizer que me interessa muito a tese
que V. Exa. está defendendo. Esta
tem sido a nossa luta pela devolu-
ção dos poderes ao Legislativo e,
principalmente, ao povo para poder
livremente escolher seus repre-
sentantes.

Vejo, com muita alegria, que nestes
últimos dias, alguns Deputados já le-
vantaram a voz nesse sentido, al-
guns que andavam retratados, talvez
por não encontrar eco entre os com-
panheiros. Mas voltam, agora, a
lênica dessa defesa, o que me dá
imensa satisfação. Ainda ontem,
quando ocupei a tribuna, a Deputada
ara Vargas me apareceu para dizer
a mesma coisa que V. Exa. está
fazendo e eu venho, há longo tempo,
pelejo.

V. Exa. que é Deputado de grande
respeito na nossa bancada está,
desde já, convocado para unir-se
pueles que lutam por essas prerro-
gativas. Convoquemos uma reunião
a nossa bancada ou do nosso partido
a Guanabara, para encetarmos uma
lmpanha definitiva pelo restabele-
cimento das eleições diretas, pelo
estabelecimento dos poderes roubados
ao Legislativo, pela reforma da
onstituição, por melhores salários,
da aquilo que vem o nosso partido
defendendo no âmbito nacional.

Sei que ao lado da nossa bancada
tariam muitos Deputados da
BENA que têm estado conosco nas
as, nas praças públicas, pugnando
los mesmos direitos.

Proporia a Vossa Excelência que
meçassemos esta semana um mo-
mento na Guanabara — nenhum
lado melhor para isso — pela re-
quisita dos poderes roubados pela
onstituição imposta pelo ditador
astelo Branco.

Proporia a Vossa Excelência a con-
ocação de um entendimento entre
dos os que pensam da mesma
orma. Acredito que, não obstante
grande número de acomodados que
istem nesta Casa, não haveria
ndices de negar aqueles que que-
m, em nome dela, lutar pela red-
ocratização ou pela democratização
este país.

Poderíamos partir para coisas mais
eretas, como seja a constituição
e uma comissão para percorrer este
aís, e desde já, me coloco à dispo-
ição para participar de uma comis-
ão encarregada de manter contactos,
l que temos um mandato conferido
elo povo do Estado mais culto deste
aís. Vamos lutar, Senhor Depu-
ado, juntos, vamos deixar de lado
uaisquer ressentimentos do passado
vamos lutar pela democratização
este grandioso país, que não pode
eizar de merecer o apoio, a luta de-
odada dos Deputados, dos homens
úbricos que ainda não se entrega-
am e não se entregarão jamais a
ssas Poderes Executivos que luxam,
ada vez mais, impostos violentos,
acrificando este povo que já ganha
ão pouco e essas mãos que estudam,
ue passam nos exames mas não
em escolas para estudar e futura-
mente lecionar. É preciso, portan-
o, um movimento no sentido de levar
o povo essas ideias e com esse povo

vamos dar ao País oportunidade de
sentir, ao lado daqueles que não re-
seriam, a possibilidade de vir este
Estado da Guanabara e este grande
Brasil a caminharem para uma meia
de progresso, de independência, in-
dependência essa que queremos para
o Poder Legislativo, que queremos
para o Estado da Guanabara, e mais
do que tudo, para o Brasil.

O SR. JAMIL HADDAD — Senhor
Presidente, V. Exa. me averte de
que meu tempo já está esgotado.
Pergunto qual o próximo orador?

O SR. PRESIDENTE — O pró-
ximo orador será o Deputado Silbert
Sobrinho. Sua Excelência cede 10
minutos a Vossa Excelência, que con-
tinua com a palavra.

O SR. JAMIL HADDAD — Muito
obrigado a S. Exa.

O Deputado Mauro Magalhães co-
nhece bem a luta que enfreitei com
outros colegas desta Casa, quando
nesso mandato não valia uma folha
de papel. Uma simples escritura
era o bastante para que o meu
mandato fosse jogado numa lata de
lixo. Tive a satisfação de represen-
tar o MDB na Guanabara junto ao
MDB nacional, por ocasião do novo
programa partidário que, na reali-
dade, constatacia os anseios e as
aspirações do povo brasileiro.

O Deputado Mauro Magalhães re-
corda-se também, quando da última
reunião do MDB na nova sede, no
antigo PSD, levantei minha voz para
um chamamento da direção nacional
do MDB, para que fosse feita divul-
gação do seu programa, incluído na
ABI, com a presença de Deputados
do Grupo Renovador, a minha pres-
ença e de outros Deputados.

Prendíamos a divulgação da pro-
gramação do MDB, que nada mais é
do que a retomada da linha demo-
crática em toda a sua amplitude.

Sempre tive uma mesma luta de
conduta. Já ouvi, de certos compa-
nheiros nesta Casa, algumas vezes,
que eu, durante certo tempo, havia
tomado posição diferente da que ha-
via assumido em legislatura passada.
Não considero hoje grande vantagem
a valentia dentro do plenário das
Casas Legislativas, já que o risco da
perda do mandato, hoje, é bem me-
nor que antigamente. Portanto,
hoje, amadurecido politicamente,
também notado sérias contradições no
âmbito do Governo Federal, contra-
dícios as mais sérias, algumas
mesmo querendo adotar uma política
eminentemente nacionalista e outras
adotando uma linha nitidamente en-
treguista ao imperialismo interna-
cional. De certo modo também enun-
do que determinada política de em-
baixador americano, na realidade
deixa algo no ar.

Então, hoje eu acho que a posição
que devemos tomar em certos mo-
mentos é uma posição mais tran-
quila, para ver se, num determinado
momento, não teremos inclusive que
apoiar o Presidente Costa e Silva,
porque tenho ouvido críticas severas
de setores ligados à "Sorbonne" e
elementos radicais de direita, críticas
vociferantes a certas medidas de
fundo nacionalista adotadas pelo
atual Governo. Não podemos deixar
de elogiar, apesar de não lhe bat-
mos palmas, a luta do Governo a fa-
vor da era atômica no Brasil. Não
podemos deixar de elogiar a luta a
favor do café solteiro que, aliás, já
foi pela tubulação, de vez que os in-
teresses internacionais já se sobrepu-
saram aos interesses nacionais e o
problema do café solteiro já deixou
de ser um problema ditado pelos e
exclusivamente por interesses nacio-
nais. Então, na realidade, neste mo-
mento, temos que ter um pouco mais
de senso de análise da política atual,
para criticarmos como poderemos
ajudar o povo brasileiro e sair deste
túnel escuro que nem lampadas tem
e que só iniciou no processo recu-
VIRE

plenário de 19 de abril. E' desta maneira que faço a análise politica: análise hoje com mais calma, com mais tranquilidade, com mais cabeça fria e interpreto os problemas de acordo com a sua evolução, razão pela qual muitos neste plenário, eu soube, têm feito críticas à minha maneira de agir politicamente hoje. Declaro — e não havia nem necessidade de dizê-lo — que continuo sendo o mesmo Deputado, com as mesmas idéias. Nunca, em momento algum, deixei de afirmar que sou egípcio do Partido Socialista Brasileiro, que sou pelo socialismo democrático, se houver essa viabilidade, que sou a favor de que a maioria do povo brasileiro, que representa a maior riqueza deste País, que é quem faz com que este País se torne rico, não continue nesta situação tremenda em que se encontra, com o aumento do índice de mortalidade infantil, com o archo salarial, com uma série de medidas restritivas nas suas liberdades individuais e coletivas. Continuo com o mesmo ponto de vista politico, dele não me arredo um centímetro, mas hoje analiso de cabeça fria a evolução do problema politico nacional, para que amanhã não estejamos contribuindo para o bloqueamento total das liberdades públicas neste País e digo total, porque parcial já temos.

Por esse motivo, em razão da fala do Deputado Mauro Maranhão, que se tem mostrado combativo na luta pela reforma do processo carcerário, digo também que fui dos primeiros Deputados, nesta Casa, a levantar minha voz pela reforma da atual Constituição, contra a Lei de Segurança, contra todos os archos possíveis e imagináveis feitos à população brasileira. Neste momento, sinto uma grande satisfação, quando vejo hoje transcritos nos jornais que foi arquivado o IPM dos mestres. Passarei a ler, Senhor Presidente, uma sentença das mais brilhantes que já tenho lido, dada pelo Juiz Teófilo Miranda, da 1ª Auditoria da 1ª Região Militar. Vou apenas, ler um trecho, mas peço à Presidência considerar como lida toda a matéria, a fim de que seja ela transcrita nos nossos Anais. Diz o Meritíssimo Juiz:

(Lendo):
"Arquivado IPM dos mestres:

O Juiz Teófilo Miranda, da 1ª Auditoria da 1ª Região Militar, mandou arquivar, ontem, o processo contra o Professor Bayard Demaria Boiteux e outros 16 indiciados por crime de subversão no chamado "IPM dos Professores", afirmando que o inquérito conduzido pelo Major Cleber Bonecker é uma peça "vazia, inócua e artificial".

Disse mais o Juiz Teófilo Miranda que a "obstinação em se pretender submeter alguém a processo-crime, com assento no ar, implica, necessariamente, em desprestígio da autoridade judiciária, transformando-a em força de opressão e crueldade".

Deduções, pressunções e ficções, com a falsa rotulagem de fatos autênticos, inconsideradamente valorizados no inquérito, não possuem categoria legal para arrastar aos tribunais os professores acusados: "São pessoas válidas e úteis à sociedade, com posição definida na coletividade — disse o juiz. Para que os órgãos do Estado promovessem a imposição de castigo aos indiciados, seria preciso que houvesse a influência de perigo, em decorrência das atividades por eles exercidas. Mas, ao contrário, neste caso, se qualquer ação punitiva se exercitasse contra estes integrantes do magistério, seria puro negativismo constitucional. Expressaria não um ato legítimo de preservação da ordem, mas de puro arbítrio e abuso do poder, inconciliável com o respeito à lei e à pessoa humana".

Após lamentar que determinadas situações de exceção provoquem processos como o que acabava de mandar arquivar, atendendo a ponderação do promotor Eudo Guedes Pereira, que não encontrou base para a denúncia, o Juiz afirmou que o IPM conduzido pelo Major Cleber Bonecker teve uma significação puramente ornamental e "não exprime alguma coisa a que se possa emprestar sentido prejudicial à ordem politico-social, capaz de produzir, mesmo remotamente, qualquer dano ao Estado. "Durante o IPM, inúmeras prisões foram determinadas pelo Major Cleber Bonecker".

(Interrompendo a leitura).

Sr. Presidente, a sentença exarada pelo Meritíssimo Juiz Teófilo Miranda, da Primeira Auditoria da 1ª Região Militar, nos dá um certo alívio, porque as barbaridades cometidas nos IPMs são conhecidas de todos. Pessoas tiveram seus mandatos cassados: o Professor Bayard Demaria Boiteux — que conheço bem e que foi o primeiro colocado no concurso para o Colégio Pedro II, bem como o primeiro colocado num concurso para professor do Estado — perdeu todos os seus empregos devido a medidas arbitrárias tomadas por elementos que não têm a menor idéia do que seja, na realidade, uma subversão. Porque o conceito de subversão é muito vago; o que é, efetivamente, a subversão? Subversivos seriam os que atentaram contra o Sr. João Goulart se por acaso o movimento militar não fosse vitorioso em 63, porque de fato estariam subvertendo a ordem vigente ao tentar derrubar um Presidente legitimamente eleito pelo povo. Mas o movimento foi vitorioso, e, então, instalou-se uma nova ordem jurídica no País, criada pelas novas detentores do Poder.

Mas é hora, Sr. Presidente, da pacificação nacional sim, não a pacificação de jornais, não essa pacificação para que as bancadas da ARENA e do MDB na Bahia distribuam cargos para que o Governador Luiz Viana tenha maioria dentro da Assembleia Legislativa daquele Estado, e sim a pacificação que propiciará o direito sagrado de defesa aos injustiçados. Pois se o criminoso vulgar, o réu confesso, têm esse direito de defesa, por que não o teriam aqueles proscritos discricionariamente pelo processo revolucionário de 1964?

Sr. Presidente, é a hora, sim, de lutarmos pela pacificação nacional, para que não volte e seja mantido o odio neste País, para que o desejo de vinda não seja satisfeito, para que não haja a vontade de repudiar e usar as mesmas armas contra os detentores do Poder de hoje, que violências e mais violências cometeram. Essa pacificação eu quero: por essa pacificação eu luto, e não pela pacificação de manchetes de jornais, a qual não aceito em hipótese alguma.

Agradeço ao Sr. Deputado Silbert Sobrinho pela oportunidade que me deu de usar alguns minutos de seu tempo para deixar bem claro minha posição; embora tenha iniciado a discussão de um projeto termpet por comentar, inclusive, problemas da politica nacional, mas é que — conosco — de uma corrente — os pensamentos foram-se sucedendo até chegar ao que queria dizer: que as Assembleias Legislativas estão castradas, e que nós, Deputados, somos hoje apenas meros despachantes de papéis do Poder Executivo, motivo pelo qual é hora de nos levantarmos contra esse "status quo". E isto devem fazer todas as Assembleias Legislativas do País, bem como o Congresso Nacional, para que seja dado ao Poder Legislativo, eleito pelo povo, um direito que ninguém lhe pode tirar, porque representamos exatamente o povo e não fomos nomeados por A, B ou C. Nós, Deputados, temos a delegação do

povo, cada um no seu setor, para representá-lo; e, na realidade, representamos o sentimento do nosso eleitorado que, absolutamente, não deseja que continuemos neste atual estado de coisas.

E daí, então, ter eu descambado para a politica nacional e ter dado uma interpretação que estava para dar há muito tempo, nesta tribuna, porque alguns colegas que me conhecem não é de hoje, estavam fazendo comentários de que o Deputado Jamil Haddad, hoje, não é o mesmo Deputado combativo de ontem.

Sou o mesmo; estarei sempre pronto a lutar por qualquer medida no sentido da plena pacificação da família nacional, mas pacificação pelo bem-estar da população. Isto sim. Mas não essa pacificação de engodos e mistificação.

Era isto, Sr. Presidente, que queria deixar expresso nesta tribuna.

E, encerrando, congratulo-me com o meritíssimo Juiz Teófilo Miranda, da 1ª Auditoria da 1ª Região Militar, que mandou arquivar o IPM instaurado pelo Sr. Major Cleber Bonecker, incluindo o Professor Bayard Demaria Boiteux e mais 14 outros professores.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Mauro Werneck) — Com a palavra o Sr. Deputado Jamil Haddad, em tempo cedido pelo Sr. Deputado José Maria Duarte, S. Exa. depois de sete minutos.

O SR. JAMIL HADDAD (Em tempo cedido) — Sr. Presidente, inicialmente, quero dizer da satisfação em termos nesse plenário o Deputado Chopin Tavares de Lima, líder do Movimento Democrático Brasileiro na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Denúncia muito grave foi feita pelo Presidente da Câmara, Deputado José Bonifácio e pelo presidente do Senado, Senador Gilberto Marinho.

O Sr. Alberto Rajão — V. Exª pede um aparte? — (Assentimento do orador) — Sr. Deputado, desculpando-me com V. Exª por interrompê-lo no comentário que vai fazer da denúncia de S. Exª o presidente da Câmara, gostaria de me associar à satisfação de V. Exª por se encontrar nesse plenário — o Deputado Chopin Tavares Lima, líder do MDB na Assembleia Legislativa de São Paulo, acompanhado de seus assessores e do General Cato Livio de Freitas, da Comissão de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia. S. Exª o Sr. Deputado Chopin Tavares de Lima foi o primeiro parlamentar estadual a se pronunciar a respeito do problema da Amazônia, fazendo, na Assembleia Legislativa de São Paulo, uma denúncia fundamentada e séria sobre a desmacionalização daquela região, denúncia que conseguiu repercutir em todo o País, tendo sido secundada por nós nesta Assembleia.

É com a maior satisfação que temos esse jovem e brilhante deputado como integrante do MDB, um dos opositores autênticos da nossa organização partidária, que inclusive nos honra, visto que, sendo líder da Bancada do MDB de São Paulo, conduz a mesma não no sentido da acomodação e da conciliação, mas daquela forma que, embora minoritariamente na Guanabara, V. Exª, eu e tantos outros Deputados do Grupo Renovador temos procurado fazer.

Registre-se, portanto, a satisfação do Grupo Renovador e de todos nós, que neste momento temos o prazer de receber S. Exª aqui, com o maior carinho e com a maior admiração.

O Sr. Jamil Haddad — Nobre Deputado Alberto Rajão, V. Exª externou também o meu ponto de vista a respeito do nosso colega paulista Chopin Tavares. Foi S. Exª, na realidade, que alertou os parlamentares e a população brasileira, através de seus representantes em todas as Assembleias Legislativas, sobre o sério problema da Amazônia. E V. Exª, nobre Deputado Alberto Rajão, trouxe esta Casa, há cerca de um mês, com um pronunciamento em torno do assunto que impressionou vivamente os seus pares na Assembleia da Guanabara, assim como na União Parlamentar Interestadual, quando a tese defendida por V. Exª chegou ao conhecimento dos líderes e dos representantes das Assembleias Legislativas de todo o País.

Sr. Presidente, a denúncia feita pelo Presidente da Câmara Federal e pelo Presidente do Senado é de suma gravidade. O Presidente José Bonifácio e o Senador Gilberto Marinho vieram procurar o Presidente Costa e Silva para, com provas e documentos, mostrar o golpe que se articulava para o fechamento do Congresso, das Assembleias e, inclusive, a derrubada do Poder, manobra partilhada de certos setores militares.

É um assunto, Sr. Presidente, que agora começa a transparecer. Tínhamos essas denúncias, mas não queríamos, na realidade, levantar o problema antes de termos certeza de tais fatos. Hoje, quem faz tais denúncias não são os Deputados da Oposição e sim os Presidentes das

duas Casas do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara.

Sr. Presidente, o caso é muito sério; fala-se, inclusive, que dentro do plano haveria o propósito de eliminação do Sr. Carlos Lacerda, do Sr. Juscelino Kubitschek, do Sr. Jânio Quadros, bem como de vários políticos e líderes estudantis, o fechamento das Casas do Congresso e a instalação de uma ditadura no País. O Presidente da República deve, na realidade, receber os Presidentes do Senado e da Câmara Federal, ver as provas que os mesmos têm em mãos e fazer com que os seus ministros militares apurem, em toda a profundidade, a denúncia, que em verdade deixa o próprio Presidente da República numa situação de instabilidade.

Existem grupos radicais das Forças Armadas preparados para um golpe, para depor o Presidente da República e instalar uma ditadura fechada neste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje este assunto espocou em toda a imprensa nacional. É já do conhecimento de toda a população brasileira e o Senhor Presidente da República deve procurar inteirar-se a fundo sobre o assunto e verificar quais os elementos dentro das Forças Armadas que querem o caos da ditadura para este País.

Sr. Presidente, o Brigadeiro Eduardo Gomes foi sabedor, há pouco tempo, de tais planos e procurou o Ministro da Aeronáutica denunciando-os e, segundo informações que viemos a ter, confirmadas hoje pelos jornais, o Governador Abreu Sodré, quando daquele seu pronunciamento de há cerca de 15 dias, o fez baseado justamente nessas informações que ora são levadas pelo Presidente da Câmara e pelo Presidente do Senado a S. Exa. o Sr. Presidente da República.

Diz um tópico do «Diário de Notícias» que:

(Lendo)
Segundo alguns informantes, o plano visava, além da eliminação do ex-Governador Carlos Lacerda e dos ex-Presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros e de vários líderes estudantis e políticos, também, numa segunda etapa, o fechamento do Congresso, apontado como causa do surgimento de radicais esquerdistas, quer políticos, como estudantis, que estariam prejudicando a marcha do movimento revolucionário de 1964.

O documento básico em poder dos políticos seria a cópia da carta que o Brigadeiro Cantalice teria enviado ao Ministro da Aeronáutica, há cerca de 30 dias, denunciando as articulações do grupo extremista, envolvendo o PARASAR. Além deste, mencionava-se também o que em linguagem militar se chama «parte». Dois documentos desses teriam sido firmados pelo Brigadeiro Itamar, contendo a mesma denúncia.

(Interrompo a leitura)

Sr. Presidente, V. Exa. me adverte que o tempo está esgotado, mas este efelato que faço é breve. A acusação é grave e há necessidade de ser apurada em todos os seus itens, porque nós queremos a democracia e existe um grupo radical das Forças Armadas que pretende a ditadura instalada a ferro e fogo neste País. Esta denúncia hoje não parte de deputados de oposição, mas, como há tempos ocorrem, do Governador Abreu Sodré e agora do Presidente do Senado e do Presidente da Câmara, respectivamente Senador Gilberto Marinho e Deputado José Bonifácio, tio de V. Exa. Voltarei no assunto, Sr. Presidente. Sei que ele ficará nas manchetes dos jornais e oportunamente farei uma análise

lise mais aprofundada a esse respeito. (Sem revisão do orador).

S

S

2 - NOTÍCIAS DA IMPRENSA

2.1 - O Seminário	-	8 Nov 62
2.2 - Correio da Manhã	-	25 Set 64
2.3 - Correio da Manhã	-	1º Nov 64
2.4 - Correio da Manhã	-	8 Ago 65
2.5 - Última Hora	-	21 Set 66
2.6 - Tribuna da Imprensa	-	26 Jul 67
2.7 - Tribuna da Imprensa	-	11 Mar 68
2.8 - Tribuna da Imprensa	-	2 Abr 68
2.9 - Tribuna da Imprensa	-	4 Mai 68
2.10 - Correio da Manhã	-	4 Mai 68
2.11 - Tribuna da Imprensa	-	27 Jun 68
2.12 - Correio da Manhã	-	27 Jun 68
2.13 - Diário de Notícias	-	6 Ago 68
2.14 - Última Hora	-	12 Ago 68

"O SEMANÁRIO"

8 NOV 1962

Encontro nacional de solidariedade à Cuba

A F. N. A. C. reitera a sua posição de integral apoio e solidariedade ao grande Encontro Nacional de Defesa dos Postulados de Autodeterminação Política, Económica e Militar de todos os povos e con-clama o povo brasileiro para uma ampla união na luta pelos princípios de não intervenção, sob quaisquer pretextos, na pequenina e heróica ilha do Caribe → CUBA — hoje centro de resistência contra a prepotência e a dominação do imperialismo colonialista.

A F. N. A. C., que mesmo em sua fase de organização já está recebendo irrestrito apoio dos mais variados e importantes setores da vida pública brasileira, lutará, também, pela paz mundial e pela manutenção da atual política externa do Brasil, cujo acerto muito contribuiu para o êxito dos primeiros entendimentos para a solução da grave crise cubana.

Sede: Rua Senador Dantas n. 117 — Grupo: 1904/5 — Estado da Guanabara.

A Comissão Organizadora:

- ✓ Sérgio Magalhães — Deputado Federal
- ✓ Breno Silveira — Deputado Federal
- ✓ Roland Corbisier — Deputado Estadual
- ✓ Max da Costa Santos — Deputado Federal
- ✓ Oscar Gonçalves Castos — Cel. da Reserva do Exército
- ✓ Hélio Marques da Silva — Pres. do Sindicato dos Professores
- ✓ Mourão Filho — Líder Popular da Guanabara
- ✓ Jamil Haddad — Deputado Estadual
- ✓ Izaltino Pereira — Líder Metalúrgico
- ✓ Bayard Demaria Boiteux — Executiva do Partido Socialista Brasileiro
- ✓ Giovanni Romita — Pres. do Sindicato dos Gráficos

CS 17 / ANEXO N.º 2.2

"CORREIO DA MANHÃ"
25 SET. 1964

FÓRÇAS ARMADAS

O deputado Jamil Haddad classificou, ontem, de "ilegais as inúmeras demissões que vêm ocorrendo nas Forças Armadas, originárias de decretos do presidente Castelo Branco. São ilegais — disse — porque nem a Constituição Federal, tampouco o Ato Institucional, prevêem tal tipo de sanção. O artigo 182 da Carta Magna garante a carta-patente aos oficiais das Forças Armadas e a demissão de oficiais é ato que só se configura, na hipótese de ser requerida pelo interessado. Os oficiais demitidos — concluiu — já tiveram seus direitos políticos cassados e, ainda com base na Constituição Federal, evidencia-se o princípio jurídico de que a mesma pessoa não pode ser condenada duas vezes pelo mesmo fato".

CS V ANEXO N.º 23

"CORREIO DA MANHÃ"

1 NOV 1964

Famílias de atingidos têm assistência

Médicos, advogados e dentistas estão à disposição das famílias dos atingidos pelo Ato Institucional na Avenida Rio Branco, 173, 2.º grupo 203, sede do PSB. Todos os serviços são prestados gratuitamente, com a colaboração dos profissionais à Comissão de Auxílio a essas famílias necessitadas, e a campanha não tem caráter político.

Para atendimento e informações os interessados devem procurar o endereço acima, de segunda a sexta-feira, entre 9/12h e 18/19h, para a organização de fichas e outros esclarecimentos. A comissão, sob a direção dos srs. Bayard Boiteux, Emil Haddad, Edméa Cunha, Dirce Santana e José Carlos de Albuquerque, está pedindo a colaboração das pessoas generosas para que a iniciativa tenha o melhor sucesso.

CORREIO DA MANHÃ, Domingo, 8 de Agosto de 1965

JAMIL RECLAMA A VOLTA DO PAIS PARA A DEMOCRACIA

"O governo da União terá de reconhecer, efetivamente, aos olhos do mundo, dos povos civilizados, das nações democráticas, que está presidindo a uma farsa, a uma indicação, a uma nomeação. Os partidos de oposição, que respeitaram sempre a lei, as instituições, o regime democrático, que sempre lutaram por ele, não podem permitir a subversão de princípios. Queremos viver numa democracia." Estas palavras constam do discurso que o deputado Ja-

mil Haddad (PSB-GB) pronunciou, ontem, na solenidade de homologação da candidatura Lott ao governo do Estado.

AUTENTICIDADE

"Todo o país, neste momento, prosseguiu o deputado, está com os olhos voltados para a Guanabara e por via de consequência para a presente Convenção, que homologa, memoravelmente, as candidaturas do marechal Henrique Teixeira Lott e do deputado Rubens Berardo. O Partido Socialista Brasileiro, seção da Guanabara, se congratula, por isso mesmo, com o Partido Trabalhista Brasileiro, seu maior aliado. Congratula-se, também, com os convencionais petebistas, com as bases do PTB, por essas notáveis escolhas, num pleito livre, democrático, honesto e popular, onde o povo foi o grande vitorioso. A decisão tomada pelo PTB foi seguida imediatamente pelo Partido Socialista Brasileiro, cumprindo a sua palavra, a sua tradição, o seu programa político. A escolha democrática do marechal Lott representa, nesta hora, uma definição, uma tomada de posição ao lado do povo, das suas reivindicações, das suas aspirações democráticas. A indicação do marechal Lott e do deputado Rubens Berardo pelo PTB e PSB, demonstra que os dois partidos possuem as suas raízes no povo, nas classes trabalhadoras."

DEMOCRACIA

"O Brasil quer eleições — disse o sr. Jamil Haddad —, quer eleger seus dirigentes políticos, livremente, decentemente, democraticamente, sem vetos, sem pressões, sem tutelas. O povo não precisa de tutelas.

A Nação quer dirigentes políticos escolhidos em pleitos livres, fiéis ao sistema democrático, pelo seu passado e pelo seu presente. O povo quer viver livre, como livre deve ser um povo civilizado. O País está farto de perseguições, de terror policial, de terror cultural. Só governos totalitários perseguem os estudantes, os professores e entravam o desenvolvimento da cultura e das idéias. O chefe do Governo disse, ontem, que "não há outra alternativa se não o voto para o aperfeiçoamento democrático". Mais adiante a mesma voz proclamou "não existir outra alternativa para o País se não a da existência de um governo leal e da Revolução". A primeira afirmação é absolutamente certa e incontes-

tável, a qual anula a segunda, por absurda e contraditória. De fato não há outra alternativa se não o voto para o aperfeiçoamento democrático.

"A democracia — afirma o parlamentar — pressupõe o diálogo. Esse diálogo tem por base a voz da oposição, dos seus líderes, dos seus partidos. Para que eleições? As eleições são realizadas para que o povo possa escolher, optar e comparar. Se a oposição não pode, livremente, escolher os seus representantes para concorrer às eleições, desnecessário será realizá-las, porque, desse modo, estaríamos participando de uma comédia, pois estaríamos votando em candidatos inautênticos, indicados por forças estranhas aos seus interesses."

EMANCIPAÇÃO

"Uma nação com povo silenciado — disse o senhor Jamil Haddad — prisioneiro de uma minoria, não tem condições de garantir a segurança física do seu território, não tem condições de garantir sua segurança nacional. Não terá condições de aprimorar o seu desenvolvimento e preparar o caminho da emancipação social, econômica e política. Uma ponderável parcela do povo brasileiro está com os lábios selados, sem voz, impedida de atuar construtivamente pelo aprimoramento das instituições, do regime democrático. Os efeitos políticos do Ato Institucional precisam terminar, com a fixação da anistia geral para todos. Só a anistia poderá trazer a tranquilidade e a paz aos brasileiros."

"A indicação do marechal Lott — concluiu o deputado Jamil Haddad — por ele mesmo, é uma pá de cal nos caluniadores. O marechal é inatacável, é incorruptível. Recordamos aos alienados, aos que sofrem de amnésia política, que o marechal, quando ministro da Guerra, podendo em 1955 exorbitar das suas funções, não se aproveitou do cargo que ocupava. Cumpriu seu dever para glória do Brasil e do seu povo. Garantiu, e preservou o sistema democrático. Deixou aquelas altas funções, gozando o mais alto conceito entre os seus camaradas de farda. Não fechou jornais, nem permitiu a censura. Recorreu aos tribunais, como qualquer cidadão, contra os seus detratores e caluniadores. Foi um grande chefe militar, cumpridor dos seus deveres para com a pátria. Por isso mesmo, nesta hora de incertezas, as oposições resolveram, com sabedoria recorrer a ele para elegê-lo, como seu candidato, ao governo da Guanabara."

CSV/ ANEXO N.º 2-5

"ULTIMA HORA"
21 SET. 1966

Jamil Critica Política Econômica

O Deputado Jamil Haddad fez, ontem, severas críticas à política econômico-financeira do Governo e lembrou sua atuação na Assembléia Legislativa da Guanabara, onde pretende continuar seu trabalho em favor dos cariocas. Reiterou ainda o apoio integral à candidatura Danton Jobim para o Senado Federal.

O Deputado Jamil Haddad explicou que o programa financeiro do Governo Federal reduziu os trabalhadores a uma situação de extrema penúria e que essa obra nefasta foi iniciada com a desnacionalização das empresas:

— O desemprego ameaça o operariado, enquanto as grandes empresas nacionais abrem falências ou impetram concordatas. E tudo isso acontece quando as liberdades públicas são ameaçadas diariamente, e o direito de crítica sufocado pela polícia, que busca conter o protesto dos jovens pelo uso de cassetete ou com bombas de efeito moral.

Mudança

Para o Deputado Jamil Haddad — um dos líderes da campanha em favor do jornalista Danton Jobim —, está surgindo um momento decisivo para a Nação.

— A hora não é de desespero, mas não podemos deixar de lutar para obter uma vitória esmagadora no dia 15 de novembro. Contra a violência, reagiremos com os votos nas urnas em favor dos candidatos populares, tendo à frente Danton Jobim, que desde a primeira hora se colocou contra os desmandos do Movimento de 1.º de Abril.

O médico Jamil Haddad, que sempre batalhou pelas liberdades públicas, explicou também ser essa a razão principal que o levou a apoiar a candidatura do presidente da ABI ao Senado Federal.

"TRIBUNA DA IMPRENSA"
26 JUL 1967

OS 4/ ANEXO N.º 26

Jamil quer união de todos contra arbitrariedades

No entender do deputado estadual Jamil Haddad, do MDB, o ato do ministro da Justiça mandando confinar em Fernando de Noronha o jornalista Hélio Fernandes exige que todos os homens públicos do País, amantes da liberdade, se unam e impeçam uma ditadura total.

Salienciando a condição de adversário político do diretor da TRIBUNA, e o fato de fazer várias restrições pessoais à sua maneira de agir, o sr. Jamil Haddad acentuou que não pode deixar de protestar contra o confinamento em Fernando de Noronha.

Depois de ressaltar que a vigência dos Atos Institucionais terminou com a nova Constituição do Brasil, o deputado Jamil Haddad declarou que o ato de confinamento de Hélio Fernandes abre um precedente sem limites, podendo até mesmo, causar a derrubada do Governo Costa e Silva e a implantação de uma ditadura das mais violentas. Disse e ainda:

"Não podemos nos omitir diante de um fato desta natureza e a hora é de união geral, não só entre os deputados que compõem a Assembléia Legislativa da Guanabara, mas, também, entre os membros do Congresso Nacional, que têm de se levantar para impedir que suas portas sejam cerradas de vez. É hora do Poder Civil se afirmar, reagir e fazer com que o presidente da República volte atrás na decisão que tomou, através do ministro da Justiça, confinando um jornalista em um local distante e impedindo que exerça a profissão, sua única fonte de renda".

O sr. Jamil Haddad reafirmou que já sofreu muitas críticas por parte de Hélio Fernandes, e que mesmo sendo adversário político do ex-

presidente Castelo Branco não teria a coragem de escrever o artigo publicado na TRIBUNA, "mas — acrescentou — não podemos admitir que o princípio de liberdade neste País seja ameaçado pelos caprichos de uma minoria, que induziu o Governo a tomar a medida que confinou o diretor da TRIBUNA DA IMPRENSA. Já coloquei minha assinatura no requerimento de convocação extraordinária da ALEG para que seja apreciado o ato governamental

1 MAR 1968

ANEXO N.º 7-
LARGADO EA 6 3 1968



JAMIL PEDE A COSTA QUE PROMOVA PACIFICAÇÃO MAS COM ANISTIA A TODOS

O deputado Jamil Haddad (MDB) fez um apêlo, ontem, ao ministro Costa e Silva para que proceda a uma pacificação não apenas de fachada, mas a uma pacificação de verdade, devolvendo os direitos de cidadania a todos os cassados.

Saltentou que não é admissível que alguém, com sua ideologia, o seu ponto de vista firmado a respeito dos problemas nacionais, apenas por isso perca mandatos e a condição de brasileiro.

DEFESA Lembrando que um criminoso vulgar, um réu con-

fesso, tem o direito de defesa e, às vezes, para ser preso, para ser condenado, leva dois, três e até mais anos, o sr. Jamil Haddad disse ainda que "é hora, desta pacificação nacional, não propagada neste momento, se concretizar, mas em bases não apenas de cúpula, de manchetes de jornais". E acrescentou:

"Que venha uma pacificação nacional total, com ampla e irrestrita anistia e que se devolva o direito de cada cidadão brasileiro poder se exprimir e declarar os seus pontos de vista contra as manobras de grupos

que desejam entregar o centro da decisão nacional ao exterior".

Declarou o parlamentar emedebista que há um sério que haja uma distribuição de cargos políticos entre as duas agremiações partidárias para a composição da maioria nas Casas Legislativas, e concluiu:

"É chegada a hora da pacificação nacional para aqueles que foram proscritos sem o direito de defesa, pelo processo revolucionário de 1964, e presidente Costa e Silva é a pessoa que no momento poderia tomar tal decisão".

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - 2ª SEÇÃO

ORGÃO: TRIBUNA DA IMPRENSA

ASSUNTO:

DATA: 2 de Abril de 1.968

Guanabara

RESUMO:

DEPUTADOS DÃO SUA VERSÃO SOBRE OS CONFLITOS: ALCÓOL INGERIDO

"O álcool ingerido demasiadamente pelos soldados da Polícia Militar durante todo o dia, foi a causa do motim realizado ontem ao entardecer, pelos subordinados do coronel Célio Carvalho da Costa". Este foi o diagnóstico dado pelos deputados Jamil Hadad, Paulo de Carvalho, Aloísio Caldas e outros, que presenciaram a rebelião e as atrocidades, cometidas, ontem, pelos policiais, que tomaram a cidade.

Fazendo uso de granadas e mosquetões, os praças da PM, tentaram invadir a Assembléia Legislativa, atiraram sobre populares, feriram jornalistas no cumprimento do dever, e não satisfeitos, agrediram senhoras e crianças que não tiveram meios de fugir à essa fúria assassina imposta em todo o centro da cidade.

FOTOGRAFEM

Carregando um soldado ferido à bala, que segundo populares só poderia ter partido da arma de um colega seu, mais de trinta praças solicitaram aos fotógrafos de maneiras agressivas, que estes fotografassem o seu companheiro como fizeram com o estudante Édson.

Repentinamente cassetetes levantaram-se e uivos foram ouvidos à um raio de trezentos metros; estava declarada a rebelião, dando início aos atos

mais nazistas ocorridos até hoje no País. O coronel Célio, perdeu totalmente o comando da grande tropa submissa d'ele, dando inúmeros gritos, não ouvidos pelos soldados, que logo mostraram suas armas até então camufladas sob as túnicas. De posse de uma granada, um PM, totalmente desalentado, tentou retirar o dispositivo da mesma para lançá-la à sacada da Assembléia, onde funcionários e deputados assistiam à indecorosa cena, só não conseguindo devido à pronta intervenção de um capitão, que percebeu a idéia do subordinado, agarrando-o e retirando o aparato de suas mãos.

Sucessivos tiros de mosquetões, foram despejados à esta altura, não mais sobre os manifestantes, e sim, sobre toda a população que abandonava seu trabalho, ganhando as ruas com destino às suas residências.

ASSEMBLEIA

Tentando escudar-se do gládio, promovido pela Polícia cega que já não tinha capacidade de discriminar as posições de quem tinha ou não tinha nada com a coisa, populares, jornalistas e até mesmo policiais a paisana desconhecidos, pelos demais correram para a assembléia.

No interior desta casa o pior viria a acontecer. O deputado Rossine Lopes da Fonte, no firme

propós
preside
agente
fora in
no rec
fora de
processo
Povo, s
"por q
meio d
peado
impuse
vidos
povo p
Vis
bleia
Mandim
citando
lament
O c
ganhões
govern
cias co
foi cerc
"Fala, f
Com
do sr. I

ALCOOL INGERIDO PELOS SOLDADOS FOI A CAUSA DO MASSACRE

propósito de demonstrar a sua autoridade, de vice-presidente do Legislativo carioca, ordenava aos agentes de segurança que pusessem todos para fora inclusive os funcionários, que permaneciam no recinto sem condições de colocar-se ao lado de fora da porta, onde uma imensa massa de policiais puros tentava arrambar os portões da Casa do Povo, sob os brados de "onde estão os deputados", "por que não fazem discursos agora", entre este meio de truculências, o vice-presidente, foi interpellado pelos deputados do Grupo Renovador, que impuseram a permanência de todos, sem dar ouvidos às ordens do incauto que queria jogar o peso para a morte que imperava nas ruas.

Visando a dar a devida segurança à Assembléia Legislativa, o general-deputado Salvador Mandim, entrou em contato com o I Exército, solicitando garantias, até mesmo de vida para os parlamentares e populares, frontalmente ameaçados.

O carro em que viajava o deputado Mauro Magalhães, depois de ter comparecido ao gabinete do governador Negrão de Lima para pedir providências contra as atividades policiais na Cinelândia, foi cercado por inúmeros soldados que disseram: "Fala, fala alguma coisa".

Com relação ao pedido do deputado a resposta do sr. Negrão, foi de que tomaria uma imediata

atitude, o que não aconteceu. A tropa amotinada continuou a cometer os seus desmandos, até que na cidade não transitasse mais nenhum popular.

O deputado Fabiano Villanova, fez pesadas críticas ao presidente da Assembléia, José Bonifácio, pelo fato de o mesmo ter abandonado a Casa, deixando os deputados sem meios de organizarem uma sessão em repúdio ao acontecido. Disse o parlamentar, que o mencionado fugira da responsabilidade de ter que representar contra o Governo, ao assistir as violências praticadas pela polícia frente a todos neste Estado.

ALCOOL

Quanto à embriaguez dos soldados da PM, os deputados, afirmaram ter assistido das janelas do Legislativo, a entrada de pequenas garrafas no isolamento onde os PMs se encontravam durante todo o dia, chegando até a existir alguns que já portavam as garrafas nos bolsos da farda, além daqueles que compareciam a todo instante nos bares que estavam abertos nas proximidades, para então, de maneira sorradeira, solicitar aos copeiros que lhe servissem um "trago". Se fossem submetidos a exames, poucos seriam os que não comprovassem o estado etílico", assim completaram os parlamentares.

- 4 MAIO 1968

CSV/ ANEXO N.º 29

ANEXO N.º 10

LEIÇASS IM 4/2/10

5756

4461



Haddad: Povo não confia mais no poder político

O deputado Jamil Haddad (MDB) disse na Assembleia Legislativa, ontem, que os últimos acontecimentos estudantis e os que se verificaram por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho, "dão a melancólica certeza de que tanto os estudantes, como os trabalhadores, não acreditam mais no poder político".

Sallentou ainda que tudo isso que vem ocorrendo é fruto das regras impostas pelo processo de 1.º de abril que, cassando líderes sindicais e políticos, atingindo a União Metropolitana de Estudantes, a União Nacional dos Estudantes e organismos dirigentes das classes trabalhadoras estudantis, como também da classe política, criou um hiato impossível de reparar, neste momento.

O sr. Jamil Haddad declarou ainda que tem feito uma análise da conjuntura política no presente momento e referiu-se às vontades recebidas pelos deputados por ocasião do enterro do estudante Elicson da Lima Souto, e às manifestações de desagrado, no Campo de São Cristóvão, no dia 1.º de maio, todas as vezes em que era anunciado o nome de um político, inclusive o do senador Mário Martins.

Entretanto como válida, em parte a revolta da classe estudantil e da classe dos tra-

balhadores que não encontram mais profundidade. Quando se fala em diálogo, não se sabe quem vai dialogar com quem.

Depois de acentuar que a falta de liderança está provocando um problema sério, não só para os políticos, mas para toda a Nação, o parlamentar emdebista afirmou que o Governo Federal precisa do diálogo se quiser sair para o regime democrático, mas que para isso é preciso saber com quem vai dialogar.

"Neste momento, a Igreja tem um papel preponderante na vida nacional. Alguns dizem que ela está seguindo uma linha, afirmativa com a qual não concordo, pois entendo claramente o papel da Igreja. Entendo como válida e sempre admiti como certa a posição de D. Helder Câmara, que desde João XXIII sentiu em profundidade o problema da miséria que campeava neste País. Se houver, neste momento, um movimento unificando no sentido do bem-estar da grande massa sofrida deste País, as consequências serão imprevisíveis. A Igreja sentiu esse problema, como bem o demonstraram os Papas João XXIII e o atual, Paulo VI. Está procurando, na realidade, conscientizar as massas e os dirigentes dos diversos países do mundo, no sentido de que entendam o problema, para evitar as soluções de força".

CORRINTO DA MANHÃ

CS / ANEXO N.º 2.10

- 4 MAIO 1968



Para Jamil a revolução baniu líderes

O deputado Jamil Haddad afirmou, ontem, na Assembleia da Guanabara, que a descrença que senhores operários e estudantes têm no poder político é uma consequência indireta do movimento revolucionário de 1964, que preservou da vida pública autênticos líderes, causando um vácuo de liderança no País, não só dentro da área político-partidária, mas em outros setores de atividade, inclusive militar.

O povo, disse o parlamentar do MDB, continua suportando as incompreensões, os salários baixos e a fobia oficial pela participação popular no processo político que caracteriza as decisões do Governo federal. Após condenar a evasão de técnicos do País, o sr. Jamil Haddad retomou o tema político para dizer que existe no País partidos consentidos, não encorajando tampouco o surgimento de novas lideranças e a renovação indispensável dos quadros partidários. "O regime em vigor no País — disse — não é democrático e não é exatamente ditatorial, mas obriga suas Forças Armadas, por vezes, a desempenhar papel de polícia, prendendo e torturando intelectuais e estudantes."

RECONQUISTA

Se não ocorrer a concessão de ânistia aos atingidos pelo governo revolucionário — reiterou o sr. Jamil Haddad — os políticos que realmente desejarem fazer alguma coisa pelo País terão que marchar imediatamente para reconquistar a confiança do povo, trilhando os caminhos que são revelados pela lucidez da Igreja Católica, que tomou posição contra a sufocação das liberdades e contra as injustiças sociais.

"TRIBUNA DA IMPRENSA"
27 JUN 1968

CS / ANEXO N.º 9.11

RIO DE JANEIRO, 27 DE JUNHO DE 1968

DEPUTADOS IMPRESSIONADOS COM PODER DE LIDERANÇA DOS ESTUDANTES

Impressionados com o poder de liderança e de organização dos estudantes, durante a concentração e passeata pelas ruas centrais da cidade, ontem, vários políticos presentes à manifestação, entre os quais senadores, deputados federais e estaduais, afirmavam aos jornalistas presentes que "está mais do que provado que os jovens de hoje não mais acreditam no poder político atual".

O deputado Jamil Haddad (MDB) afirmou na Assembleia Legislativa, aos jornalistas ali credenciados, que "os estudantes sabem que o que resta de poder político nacional não vale maiores atenções, como de resto não acreditam nas velhas estruturas em que se apóia a maioria dos governantes do mundo".

ISOLANDO
Depois de acentuar que ficou impressionado com o completo isolacionismo a que muitos políticos foram submetidos pelos líderes estudantis, durante a concentração inicial na Cinelândia, quando nenhum deles conseguiu usar da palavra, o sr. Jamil Haddad salientou que "os jovens, em especial os estudantes, competiram-se de que a minoria autêntica, que comunga com os seus anseios de mudança, de renovação de costumes e filosofia política progressista, não dispõe de condições para capitalizar e materializar as reformas estruturais necessárias ao desenvolvimento do país, à

emancipação econômico social".

"Essa minoria autêntica de homens públicos, prosseguiu, vive à sombra deletéria da representação consentida, que constitui a maioria e o próprio estelo de regime poluído, corrupto, subserviente e subornáveis às vantagens e ao comodismo, que falam mais alto dentro de cada um, como se somente os seus interesses importassem".

O deputado emedebista, impressionado, ainda, chegando mesmo a se emocionar, "com a capacidade de comando e o poder de coesão demonstrados pelos estudantes cariocas, que dentro da mais perfeita ordem, desprezando tôdas as ameaças e vicissitudes, atraíram para a sua causa as simpatias da opinião pública".

"A juventude tem razão em começar a agir para efetivar as mudanças, uma vez que competirá aos jovens conduzir os destinos do Brasil de amanhã, queriram ou não os defensores do "status quo", que mesmo tendo usurpado o poder civil, com respaldo de poder militar, não tem, nitidamente, capacidade para gerir, com vistas ao futuro, os destinos da nossa pátria".

CÓRES
Por sua vez, o deputado Alberto Rajão (Grupo Renovador do MDB) afirmou que viu na concentração e passeata "tôdas as côres do ecumênismo pregado por João XXIII e sustentado pelo Papa Paulo VI, pois os estu-

dantes conseguiram reunir na Cinelândia, para ouvir-lhes a palavra de ordem, nada menos do que cientistas, sacerdotes, freiras, parlamentares, jornalistas, protestantes, operários, escritores, professores, mães, pais, e até congregações religiosas, sem faltar em elementos cassados — civis e militares — que acorreram para ouvir a pregação ordeira dos líderes estudantis".

O sr. Alberto Rajão acrescentou que os líderes estudantis, como Elinor Brito e Wladimir Palmeira, franquearam a palavra aos representantes dos operários, dos jornalistas, dos intelectuais, do clero, do povo em geral, das mães de família, não dando vez no entanto, que qualquer político pudesse expressar-se. Salientou que êsses políticos, presentes às manifestações e solidários com a causa estudantil, foram completamente isolados, o que demonstra que os jovens não acreditam mais no poder político atual, preferindo ter suas lideranças próprias e reivindicarem através delas, as suas pretensões.

LADO
O deputado Aloísio Caldas (Grupo Renovador do MDB), no entanto, fez uma análise da manifestação estudantil, dizendo que viu a mesma pelo outro lado, ou seja, "que ficou sobejamente demonstrado que os universitários e secundaristas não são agentes da baderna ou da subversão, como as autoridades queriam fazer acreditar".

"Os jovens conseguiram

reunir mais de cem mil pessoas numa concentração que foi a maior que já se verificou, desde 1964, e não houve a menor desordem nas ruas da Guanabara. O povo saiu à rua para apoiar e aplaudir os líderes estudantis e, por isso, merece ser aplaudido. Os estudantes provaram, e o fizeram com perfeita nitidez, que à classe universitária, aos secundaristas, não interessa a agitação, mas sim as reformas que reconhecem aos ouvidos das autoridades e dos políticos superados, sobretudo o ministro Tarso Dutra, que não existe, porque não é sensível ao diálogo, nem às reformas".

O sr. Aloísio Caldas disse ainda que os estudantes provaram, "com os esbirros da polícia, presos em seus quartéis, que sabem defender as suas reivindicações, com ordem e respeito, liderados por jovens da melhor formação, como Dirceu Régis, Wladimir Palmeira, Elinor Brito e muitos outros".

Entre os políticos presentes à concentração estudantil, quando da realização do discurso, em frente à Assembleia Legislativa, estavam os senadores Mário Martins, Marcelo de Alencar, e os deputados federais Renato Archer, Márcio Moreira Alves, Hermano Alves, e os estaduais Ciro Kurtz, Fabiano Vilanova Machado, Salvador Mandim, Mauro Werner, Alberto Rajão, Jamil Haddad, Aloísio Caldas, Mauro Magalhães, Sebastião Contrucci, Frederico Trota, e muitos outros.

SÔBRE PASSEATA

Os parlamentares que participaram da concentração estudantil de ontem manifestaram a opinião de que "a juventude brasileira, não apenas a composta de universitários e secundaristas, não acredita mais no poder político atual brasileiro, quicá do resto do mundo".

"Dir-se-ia que com a presença dos principais líderes políticos, decretada pelo movimento armado de abril de 1964, verificou-se a desfiguração e o abastardamento do poder político nacional" — segundo o ponto de vista manifestado pelo deputado Jamil Haddad (MDB), que se emocionou com "a capacidade de coesão demonstrados ontem pelos estudantes cariocas, que dentro da mais perfeita ordem, desprezando todas as ameaças e vicissitudes, atraíram para a sua causa as simpatias da opinião pública".

PODER

"Os estudantes — disse o deputado — sabem que o que resta do poder político nacional, não vale maiores atenções, como de resto não acreditam nas velhas estruturas em que se apóia a maioria dos governantes do mundo. Comprometeram-se de que a minoria autêntica, que comunga com os seus anseios de mudança, de renovação de costumes e filosofia política progressista, não dispõe de condições para capitalizar e materializar as reformas estruturais necessárias ao desenvolvimento do País, à sua emancipação econômico-social, pois vive à sombra deletéria da representação consentida, que constitui a maioria e o próprio esteio do regime poluído, corrupto, subserviente e subornável às vantagens e ao comodismo, que falam mais alto dentro de cada um, como se somente os seus interesses importassem. Como a o resto do País, como se o povo em geral não importasse, nem tivesse direitos, mas apenas deveres, e deveres subalternos, humilhantes, de autênticos escravos dos velhos senhores que se apoderaram do poder de mando. Conscientes dessa verdade irretorquível — frisou o sr. Jamil Haddad — a juventude de Brasil e do mundo decidiu o que lhe pareceu mais certo: tomar o poder da decisão que, mais cedo ou mais tarde, resultará no arquivamento das estruturas arcaicas e sepultamento do poder consentido e, finalmente, na materialização das reformas estruturais que hão de proporcionar o desenvolvimento global da Nação, restituindo

os direitos e garantias individuais e o bem-estar do povo e as liberdades também proscurtas, no caso brasileiro, de pensar, de criar e manifestar-se ideologicamente. Tem razão a juventude de começar a agir para efetivar as mudanças, pois competirá a eles conduzir os destinos do Brasil de amanhã, queriram ou não os defensores do statu quo, que embora tenham usurpado o poder civil, com respaldo do poder militar, não possui, nitidamente, capacidade para gerir, com vistas ao futuro, os destinos do Brasil."

ECUMENISMO

O sr. Alberto Rajão (MDB) viu na manifestação — concentração e passeata — "todas as cores do ecumenismo pregado por João XXIII e sustentado pelo Papa Paulo VI, pois os estudantes conseguiram reunir na Candelária para ouvir-lhes a palavra de ordem: cientistas, sacerdotes, jornalistas, parlamentares, freiras, protestantes, operários, escritores, professores, mães, pais, e até congregações religiosas, sem falar dos cassados — civis e militares — que acorrem a ouvir a pregação ordeira dos líderes". O parlamentar declarou-se impressionado com o fato de os estudantes franquearem a palavra a quantos a solicitaram, com exceção apenas dos parlamentares (senadores, deputados federais e estaduais, que, embora presentes e solidários em suas teses, foram por eles impedidos de falar, numa evidente demonstração de que há carência de líderes autênticos no atual poder político. E eles não acreditam na força da minoria parlamentar que acode aos seus chamados, preferindo, por isso assumir sozinho os ásperos encargos e perigos de impor as mudanças fundamentais, que consideram imperiosas para a salvação do Brasil, substanciadas em primeiro plano, pela renovação de valores políticos, sem o que o País continuará emperrado e terminará sucumbindo como um fossil que perde as forças depois de ter perdido a dignidade.

FIJANÇA

Analisando as manifestações de ontem, o deputado Aloísio Cidras (MDB), disse que "foi sobejamente demonstrado que os universitários e secundaristas não são agentes adarneros e subversivos, como queriam fazer crer as autoridades. Basta observar que eles conseguiram reunir mais de cem mil pessoas numa con-

centração que foi a maior que se verificou desde abril de 1964, e não se verificou um senão, uma quebra de dignidade nem nenhuma desordem. O povo veio à rua para ovacionar os líderes estudantis e eles merecem os aplausos, pois foi dentro de um clima de absoluta ordem e respeito que dominaram os acontecimentos suscitados pela convocação feita de véspera. Provaram, e o fizeram com um máximo de nitidez, que a classe universitária, aos secundaristas não interessa a agitação, mas as reformas que preconizam aos ouvidos surdos das autoridades e dos políticos superados, sobretudo do ministro Tarso Dutra, que não existe, porque não é sensível ao diálogo, porque não é sensível às reformas, sendo-o apenas ao Governo, que também não as quer, porque prefere um Brasil atrasado, analfabeto e enfermo, enquanto o resto do mundo se empenha na conquista de novas etapas nos campos da ciência e da tecnologia. Provaram — disse, concluindo — que com os esburos da Polícia Militar e civil, encurralados nos seus quartéis, tudo na Guanabara pode, ser feito com ordem e respeito, principalmente quando se trata de concentração popular, como a de ontem, orientada por líderes estudantis da melhor formação, como Wladimir Palmeira, Elmor Brito e Dirceu Régis."

POSITIVO

O deputado Sebastião Contrucci (Grupo REFORMA do MDB), afirmou, logo após o término da passeata, que "o movimento foi altamente positivo e único realmente sério que se fez no Brasil, após a revolução de 1964".

Salientou que a manifestação pacífica de mais de cem mil pessoas mostrou ao Governo que este deve tomar imediata consciência dos problemas fundamentais do País, levando em consideração, principalmente, as reivindicações da juventude brasileira. "antes que seja tarde demais e um conflito maior entre autoridades e povo não possa ser evitado".

Finalizou o deputado Contrucci acentuando que os estudantes brasileiros estão, no momento, completamente decepcionados com o poder político, com toda a razão, pois "é hora dos nossos dirigentes, dos políticos de um modo geral, tomarem consciência da situação, procurando uma saída imediata para os problemas de nossa pátria, em especial aqueles relacionados com a educação".

9220

N8. Pro. ess. 147.2, R 115

CSV ANEXO N.º 2.13

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

ANEXO Nº 11

6 AGO 1968

4461



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PRISÃO DE VLADIMIR É
LIGADA AO CASO JÂNIO

O Sr. Jamil Haddad (MDB) protestou, ontem, contra a prisão de Vladimir Palmeira, na madrugada de sábado, em Copacabana, afirmando haver, "por trás dessa medida, alguma coisa não revelada," suspeitando tratar-se de "manobra política que visa a pressionar o Governo Federal para modificar o panorama vigente".

Por sua vez, o Sr. Mauro Werneck achou "muito estranha a oportunidade da prisão", ligando o caso do líder estudantil ao confinamento do Sr. Jânio Quadros, "compendo ambas uma conjuntura de pretextos fidejuciosos para se provocar a reação do Governo".

"ULTIMA HORA"

12 AGO 1968

Deputados dão apoio a Dom Castro Pinto

Os deputados Jamil Haddad, Aloisio Cãldas e Alberto Rajão ocuparão hoje a tribuna da Assembléia Legislativa para solidarizar-se com o Bispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom José de Castro Pinto, em seu pronunciamento de apoio às medidas preconizadas pelos chefes militares, na última reunião do Conselho de Segurança Nacional, no sentido de que "o Governo saia do imobilismo e retome o desenvolvimento, através do caminho das reformas, restaurando a pacificação do País".

Em entrevista concedida a um matutino carioca, Dom José de Castro Pinto perguntou o que esperam os militares para agir diante do imobilismo governamental, uma vez que "a Nação permanece perplexa, sem entender o que impede o Governo de tomar providências sugeridas em caráter de urgência e ditadas pelos superiores interesses nacionais".

Os parlamentares cariocas endossarão todos os

pontos do pronunciamento do Bispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, que declarou ser "o imobilismo tão estéril quanto a desordem", mas darão ênfase maior à tese defendida pelo prelado, de que "é necessário substituir a repressão violenta pelo diálogo com a mocidade", pois "são brasileiros esses soldados e estudantes que se enfrentam, periodicamente, nas ruas do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e outros Estados do Brasil, arriscando a própria vida". Outro ponto a ser acentuado pelos deputados será o da descompressão salarial, "que está esmagando e amargurando o trabalhador", de vez que, segundo o Deputado Alberto Rajão, "todos os assalariados são inimigos potenciais do regime, em decorrência do sacrifício que só a eles se impõe, sob a alegação de que seu sofrimento é necessário à economia do País".

3 - INFORMES E INFORMAÇÕES

- 3.1 - Ficha Pessoal
- 3.2 - Ficha Conceito do SNI
- 3.3 - Informe nº 508-D2/DF, de 7 Dez 64
- 3.4 - Informe nº 3396/ARJ/SNI, de 9 Nov 64
- 3.5 - Informe nº 145/67 - 2ª Sec/II Ex, de 23 Fev 67
- 3.6 - Informe nº 55/EMAER, de 16 Fev 68
- 3.7 - Extrato de Prontuário DOPS/GB
- 3.8 - Extrato de Prontuário DESP/GB
- 3.9 - Informação nº 233/CENIMAR, de 6 Mar 69

IPM/UNE-UBES

Número 1562

Estado GB

FICHA PESSOAL



Nome JAMIL HADEAD

Função Dep. estadual - GB

Entidade

Identificação

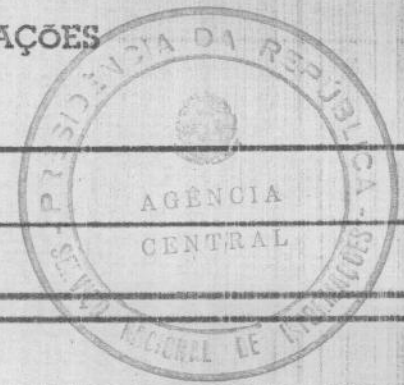
Antecedentes REFERIDO NO IPM/UNE - UBES de 1965

Número de Ordem	Número da Pasta	Número do Documento	Autenticidade	RESUMO DA AÇÃO (inclusive local e data)
1	5.4.1	18 e 19	A	21/6/63 - Assina com outros deputados manifesto de apoio à UNE pela organização do SENES.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA-CONCEITO



I) N.º	II) Data:	III) Ref:
IV) Procedência:	V) Finalidade:	
01) NOME: JAMIL HADEAD 1957.56		
02) Filiação:		
03) Cór:	04) Idade:	05) Sexo: Masculino
06) Naturalidade:	07) Nacionalidade: Brasileira	
08) Estado Civil:	09) Cidadania:	
10) Profissão: Médico	11) Instrução: Superior	
12) Finanças: Baixo nível - quites com o IR	13) Religião:	
14) Residência: Av Maracanã nº 1241 - Maracanã - Tel 38-5359 - Zona Urbana RJ/GB		
15) Locais de Trabalho: AL/GB		
16) Ocupações Atuais: Dep Est - MDB/GB - Médico do INPS		
17) Ocupações Anteriores:		
18) Atividades Criminais	19) Atividades Políticas	20) Outros Dados
18) - Referido no IPM UNE/UBES, em 1965, - Indiciado no IPM que apurou atividades subversivas na Rádio Mairink Veiga, após a Revolução.		
19) - A - Assinou manifesto de solidariedade à CUBA, em 1960. - Membro da "Sociedade dos Amigos do Povo da VENEZUELA" - Participou da "Noite dos Gorilas", patrocinada pela UNE, em 20 Fev 64. Manteve contatos com JG e BRIZOLA, em MONTEVIDEO, para debater assuntos concernentes à sucessão governamental da GB, em 1965. - Incitou aos ex-pracinhas a pegarem em armas contra os "Gorilas", em defesa de JORO GOULART e BRIZOLA, através da Rádio Nacional e da Rádio Mairink Veiga, por ocasião da Revolução.		
B - Pertence ao MDB/GB.		
E - Pertenceu ao ex-PSE.		

O usuário é responsável pelo sigilo deste documento (Dec. n. 60.417/67). Este documento deverá ser restituído ao SNI.

CONFIDENCIAL

18) Atividades Criminais	19) Atividades Políticas	20) Outros Dados
--------------------------	--------------------------	------------------

AGENC (continuação)



- F - Ligado às esquerdas.
- K - Esquerdista.
- L - Ligado a JG e BRIZOLA.
- AC - Contra-revolucionário.

CS / ANEXO N.º 3-3

Em 7 DEZ 1964

MINISTÉRIO DA GUERRA
GABINETE DO MINISTRO
2.ª DIVISÃO — S S I
D2/DF

INFORME N.º 508

- 1. ASSUNTO: Atividades de Deputados e Jornalistas
- 2. ORIGEM: Depoimento de ex-Ten Cel KARDEC LEITE
- 3. CLASSIFICAÇÃO: A/L
- 4. DIFUSÃO: D/1-DF

Deputados e Jornalistas ligados à rede subversiva da G B.

- Deputado PAULO RIBEIRO - Ofereceu a sala 507, da rua dos Harcezes, 40 (Rio)
- Deputado HEIMÓGENES PRINCÍPE
- Deputado JAMIL HADAD
- Deputado GAMA FILHO
- Jornalista HERMÃO ALVES
- Jornalista TEREZA CEBÁRIO ALVES
- Jornalista BERILO DANTAS
- Jornalista PLÍNIO DE ABREU RAMOS
- Jornalista JOEL DA SILVEIRA
- Jornalista ENIO DA SILVEIRA
- Jornalista NELSON WEINECK SOBRÉ (ex-Cel Ex)
- Deputado PAULO RIBEIRO
- Deputado CID CARVALHO
- Deputado DOUCEL DE ANDRADE
- Deputado IVETE VARGAS
- Deputado ZAIRE NUNES

S / INEXO N.º 3.4

INFORME 3396/ABJ/SWI

(Br. 10.1/371/9 Nov 64)

Esta agência recebeu de fonte idêntica o seguinte informe, possivelmente verdadeiro:

- Movimentação e Contatos de Ten Cel KARDEK LEMM

- KARDEK LEMM recebeu oferta de suprimentos para alimentos atingidos pelo Ato numa Empresa Gráfica na Rua Visconde de Maranguape 15 - Tel 22-2672, (GEM-NASA ou AMERICASA), através de HUGO AMORIM DE LIMA e PAULO BIRKING, que ali ocupam funções de chefia.
- EDILA LEMM, esposa de KARDEK LEMM, está arreolada no IPM da Caixa Econômica, pois ocletores de HENRI LOTZ está implicados. Alagou sentou-se ao lado de um dos homens de ELUI NUTRA, envolvido em favorecimento de empréstimos.
- No dia 22 Out esteve na casa de KARDEK LEMM, à Rua Leopoldo Nogueira, 99/1002 e Dr WASHINGTON LINS E SILVA. Este também tem contatos com um Cel UNIRATAN. *Mirand*
- KARDEK LEMM e seu grupo, juntamente com o jornalista NILO DE OLIVEIRA, chefe de reportagem de "O Cruzeiro", estão programando uma reportagem nesta revista com as Srms das militares atingidas pelo Ato, explorando a situação nos moldes já apresentados pelo MOVIMENTO EM DEFESA DE NOSSA CARTA PATRIOTE em outras áreas.
- KARDEK LEMM e seu grupo consideraram o discurso de Dep GAMA FILHO como "um bom princípio", salientando a presença da Comissão de mulheres. Já estão em entendimentos com o Dep LAIRR NUNES que se propõe a estabelecer um contato no Rio com a Dep IVETE VARGAS para este fazer um pronunciamento idêntico em Brasília.
- Entre as Srms que compareceram à Assembleia Legislativa da GR, por ocasião do discurso de Dep GAMA FILHO (elaborado com dados fornecidos por KARDEK LEMM), estavam as esposas dos Ex-Aluats SILVIO MOREI e WASHINGTON VERRÃO

BRASIA, (Movimento DEUSSA DE NOSSA CARTA PATRISTA).

- O Dep GONZAGA DA GAMA FILHO pronunciou violento discurso na Assembleia Estadual da UE, dia 20 Out, atacando o AI em defesa dos civis e especialmente militares atingidos. Explorou a ausência de irrite de defesa. Tal discurso foi baseado em dados fornecidos por KARDEY LINKE e seu grupo. Em certa parte falou "das vezes das ruas que se elevarão", e, "tais oficiais e sargentos não cometeram outro crime que o de cumprir ordens de seus superiores hierárquicos", salientando mais adiante, "no, no futuro os militares não saberão se cumprem as ordens dos seus superiores" sabendo que acima deles estará o cutelo dos vencedores dos movimentos militares". Em aparte do Dep do PTB não identificado até o momento, declarou isto que se encontravam nas galerias ao Sra dos oficiais demitidos e agts expulsos, que representam também a mulher brasileira". Esclareceu por aparte, também, os Deputados JANIL MARDAD e ALFREDO FRANJAN, além de outros do PTB. Foi, finalmente, explorada a situação financeira terrível dos militares atingidos, "que estão sofrendo o amargor das injustiças dos empregados que sobre eles exercem pressões sub-reptícias, não obtendo empregos". Este discurso, estava sendo irradiado pela Rádio Requete Finto, cuja transmissão foi interrompida por motivos ignorados.

DISTRIBUIÇÃO:

- Gab MG 1
- Gab MG-Estat..... 1
- 2a Sec/EXE 1
- DOPS/UB 1
- ABJ 1

CS / ANEXO N.º 3.5

MINISTERIO DA GUERRA
II EXERCITO
QUARTEL GENERAL
EMG - 2ª SECCAO

Em 23 FEV 67

O original: desde 1004

Assunto: **Atividades da UBE (UNIAO BRASILEIRA DE ESCRITORES)**
 Documento de origem: **Informe nº 135/02/67, 13 Fev 67 - DESP/SP-P.760.67**
 Classificação: **A 2 (na origem)**
 Datas: **G M G - E M E**
 Referência: **INFORM E N.º 145/67**

x 10/03/67

- A UNIAO BRASILEIRA DE ESCRITORES proclamou no dia 11 Fev 67 CAIO PRADO JUNIOR, o "Escritor do Ano".
- Este ato traduziu o final de uma luta que de há muito se trava-va naquela Sociedade entre grupos democratas e comunistas.
- Segundo fomos informados, na última reunião ali efetuada, o gru-po comunista compareceu em massa e conseguiu anular por votação as medidas saneadoras adotadas pelo atual Presidente, Sr PAULO ZING que expira seu mandato no dia 14 de março próximo.
- Sabe-se que haviam sido afastados em face de linha doutrinária-de esquerda, cerca de 1.000 associados, como HELINA SILVA, MARIO DONATO, SAMIL MANOUR ADAD, IPIAPABA MARTINS, PAULO DANTAS, etc, e atualmente apenas 345 sócios mantinham-se na sociedade.
- O recurso utilizado para tal afastamento fora o do dispositivo/estatutário que permite o desligamento por falta de pagamento.
- Assim mesmo, membros como MARIO SCHMBERG, ENIO SANDOVAL, ARTI-GAS, BARSA, ALDO LINS R SILVA, etc., embora fora do país ou refu-giados sempre contaram com algum preposto que regularmente manti-veram suas mensalidades em dia.
- Preve-se que em face a tais acontecimentos as próximas eleições a serem realizadas no dia 14 de março implique na retomada da di-reção pelos comunistas.
- O atual Presid nte PAULO ZING e outros já se omitiram de parti-cipar na futura diretoria.
- Por outro lado pretendem usar de um recurso que a ria o fecha-mento da sed da Entidade para evitar o mal maior.
- A UBE está atualmente instalada à Rua 24 de Maio nº 250 - 13ª /andar em próprio nacional alugado pelo IAPETC.
- Contra ela, estão mov.das 3 (três) ações de despejo sendo que dessas, 2 (duas) já foram objeto de depósito em juízo.

Continuação de Inform^o N

- A atual diretoria pretende levar o IAPETC a execução da ação de d spejo e com is o talves até mesmo a extinção da Sociedade.

- Entre os elementos mais ativos nas coordenações de es-
querda é apontado o Sr CAIO PORFÍRIO CUE ocupa o cargo de
Secretário Administrativo da U B E.

0 0 0 c/c 0 0 0

NB. PRO. CCS. 147.2, P. 027

JAMIL HADDAD

- Prêso pelo DOPS/GB, por ocasião da promulgação do AI/5.

ORIGINAL NO DOSSIE: 23.233/3

1. ASSUNTO: SUBVERSÃO - 1º Maio 68
2. ORIGEM: DOPS/BR (INFE Nº 01/GM2/BR, de 07/04/68)
3. CLASSIF: - - -
4. DIFUSÃO: ZONAS AÉREAS
5. CLASSIF INT: - - -
6. DIFUSÃO ANE: SNI/ARJ - CIE/DF - 7º DN - GM-2/BR - GM-2/RJ

INFORME Nº 055 / EYMER

(16 Fev 68

Este Serviço tomou conhecimento do seguinte Informe:

" 1º) - Os círculos: sindicais, estudantis, camponeses e Parlamentares da oposição, ligados às orientações ideológicas do extinto PCB, estão preparando um esquema subterrâneo de agitações sociais em todos os Estados da Federação, cujo início será a partir de Janeiro do próximo ano.

O plano de agitação constará de comícios, atos públicos, assembléias sindicais e outros movimentos de protesto contra o atual governo.

A finalidade precípua de tais agitações, é preparar o espírito da massa popular para o desencadeamento de um forte movimento no transcurso do dia 1º de maio de 1968, data esta onde serão realizadas passeatas-"monstro" e concentrações nas grandes capitais e Municípios, organizadas por operários, camponeses e estudantes.

Como principais centros de agitações que estão sendo cogitadas, temos: São Paulo, Rio Grande do Sul, Guanabara, Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Maranhão, Amazonas e outros.

Todos os movimentos de protestos planejados, terão como base as seguintes reivindicações:

- a) - Liberdades Sindicais, Criação de uma central única, nos moldes da central única dos trabalhadores do Chile, que é controlada pelos comunistas.
- b) - Anistia ampla para todos aqueles que foram atingidos pela Revolução de 31 de Março. Eleição direta para Presidente, Governadores etc.
- c) - Revogação da Lei de Segurança Nacional, de Imprensa e bem como: Suplicy e Acôrdo Mec-ISAID.
- d) - Revogação das leis do arrôcho salarial e das fusões dos antigos institutos de Previdências Sociais.
- e) - Entrega do poder ou do Governo ao poder civil e criação de mais dois Partidos políticos.
- f) - Protestos contra o FMI e do domínio dos imperialistas americanos.
- g) - Apôio intransigente ao último manifesto dos Bispos e às encíclicas Papais.

CONT...

Temil Haddad

- n) - Protesto, contra a internacionalização da Amazônia e compra de material de guerra para as Forças Armadas, bem como, o do título do poder militar no governo do país.
- 1) - Formação de alianças operárias, estudantis, camponesas de unidades em todas as frentes de atividades, convocando o povo de todas as classes sociais, para a formação de uma frente única de liberação nacional, dentro do esboçado pela TRI continental de HAVANA e OSIA.

Todas as planificações especificadas, obedecem orientações esquematizadas dos comunistas ainda ligados aos círculos sindicais, estudantis, camponeses, parlamentares, clericais, rurais, intelectuais etc, pretendendo levar avante uma campanha de subversão social contra o atual governo da República e as nossas instituições. Outrossim, o PCB já está articulando os seus dirigentes e militantes a endossarem todos os movimentos de protestos que se organizarem e forem às praças públicas, sejam MDE, FRENTE AMPLA, BISPOS e etc.

Acontecimentos no dia 1º de Maio, considerado "DIA D":

- 1 - Concentrações, comícios e passeatas monstro, em São Paulo, Porto Alegre, ABC, Guanabara, Niteroi, Recife, Curitiba, Belém do Pará, São Luiz, Campina Grande, João Pessoa, Natal e outras grandes cidades.
- 2 - Levarão Faixas, cartazes e até retratos dos que chamam vítimas da ditadura militar.
- 3 - Será lançado um manifesto do PCB, no dia 1º de Maio, também as confederações e federações sindicais, organismos estudantis e clericais.

As entidades que já se encontram articuladas nos meios sindicais, são:

CONTAG - CONTEG - CNTTT - CNTMCOF - Federações e Sindicatos filiados às Confederações acima citadas e ainda dos Metalúrgicos, têxteis, gráficos e dezenas de outras entidades do âmbito sindical nacional.

A Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos, tendo como Presidente LAERCIO FIGUEIREDO PEREIRA, também terá participação ativa no decorrer dos acontecimentos de 1º de Maio.

Os principais representantes de entidades de classes que tomarão parte nas manifestações de 1º de Maio, são:

Raimundo Marinho - Mario de Oliveira - José Rotta - Agostinho José Netto - Minio de Moraes - Alceu Portocarrero - Demístocles Batista - Rui Brito de Oliveira Pedrosa e dezenas de outros.

A parte de arregimentação em relação aos estudantes, estão sendo feitas através da UNE - UBES - UME - FULC - CACO e outros.

Quanto aos Deputados que participarão do movimento, cito os seguintes:

JAMIL ALMANSUR HADDAD, sem qualificação, poeta, jornalista, escritor intelectual comunista com atuação em São Paulo, em 1949, foi um dos signatários do manifesto pela Paz em S. Paulo, publicado por iniciativa do Congresso Paulista da Paz. Segundo artigo publicado em "Fundamentos" e transcrito de "Para-Tedes" de autoria de marginado, sob título "Notas ao Congresso da Bahia", o autor faz declarada propaganda citada ao Congresso, procurando criar entre os escritores daquele Estado um estado de animo propício à seus ideais políticos-partidários. Em 1954, aderiu ao I Congresso Nacional dos Intelectuais. Foi signatário em 1957, da convocação ao povo paulista, para o comício contra a sessão de Fernando de Noronha aos EE.UU. O marginado, deixou de ser mero simpatizante para adotar de pleno a posição ideológica do P.C.B. Faz intensa pregação das excelências do regime soviético e a apresentar Fidel Castro como o mais importante líder das Américas.

↑ Este é tio do Deputado



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

= 25 =

JAMIL HADDAD, sem qualificação, em 1956 foi signatário de um manifesto conclamando os médicos cariocas às fileiras da Campanha pela Autonomia do D. Federal. O marginado, em 1961, fez parte do diretório do Partido Socialista Brasileiro (Seção do Estado da Guanabara), para o ano de 1961/62. Em 20.5.1963, fez parte da mesa da selenidade patrocinada pela U.N.E. (encerramento) "Noite de Gorilas".

CONFIDENCIAL

CS / INEXON.º 3.9
MIM-01

GRAU DE SIGILO

Fernando Pessoa
MINISTÉRIO DA MARINHA
PESSOA DA ROCHA PARANHOS
CF. P. 100
FERNANDO PESSOA DA ROCHA PARANHOS
ÓRGÃO SUPERIOR
GENIMAR
ÓRGÃO

DATA 6 / 3 / 1969

Nº 2233

ORIGEM ~~XXX~~

REFERENCIA ~~XXX~~

DISSEMINAÇÃO GMM - CEMA - CSN - GENIMAR.

~~XXXXXXXX~~ INFORMAÇÃO ~~XXXXXXXX~~

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	X
VERACIDADE	X

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR ~~XXX~~

PARA ADIDOS — País de origem País/área a que se refere

JAMIL HADDAD - Deputado Estadual (MDB/GB).

- Médico. Pertenceu ao ex-PSB.
- Endereço: Av. Maracanã, 1241 - Telefone: 38-5359.
- Sobrinho de JAMIL ALMANSUR HADDAD, poeta e escritor subversivo.
- 1962 - Membro da Comissão Organizadora da FRENTE NACIONAL DE APOIO A CUBA. (Vêr anexo).
- 6/1963 - Consta como envolvido com contraventores que exploram "jôgo de bicho".
- 14/7/1963 - Signatário de moção de solidariedade ao "SEMINÁRIO DE ESTUDANTES DO MUNDO SUBDESENVOLVIDO", organizado pela UNE, em Salvador/Ba.
- 25/9/1964 - Protestou contra as demissões ocorridas nas Fôrças Armadas, originárias de decreto do presidente CASTELO - BRANCO. (Vêr anexo).
- 1/11/1964 - Membro da Comissão de Auxílio as Famílias de Atingidos por ATO INSTITUCIONAL (Vêr anexo).
- 8/8/1965 - Em anexo, pronunciamento do marginado, publicado na imprensa.
- 21/9/1966 - Em anexo, declarações do marginado, publicadas na imprensa.
- 18/11/1966 - Eleito deputado estadual a ALEG com o apôio do PCB.
- 26/7/1967 - Protestou contra o confinamento do jornalista HÉLIO - FERNANDES. (Vêr anexo).
- 24/8/1967 - Um dos beneficiados com viagens turísticas patrocinadas pela Mesa da ALEG.
- 1967 - Integrante do GRUPO RENOVADOR, na ALEG.
- 4/5/1968 - Em anexo, declarações do marginado, criticando a Revolução.

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

CONFIDENCIAL

MIM - 01

GRAU DE SIGILO

Fernando Pessôa da Rocha Paranhos
FERNANDO PESSÔA DA ROCHA PARANHOS
SE - DIRETOR

MINISTERIO DA MARINHA

DATA 6 / 3 / 19 69

Nº 2233

XXX
ORGAO SUPERIOR

ORIGEM XXX

CENIMAR
ORGAO

REFERENCIA XXX

~~XXXXXXXX~~ INFORMAÇÃO ~~XXXXXXXX~~

DISSEMINAÇÃO (Continuação...)

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	X
VERACIDADE	X

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX

PARA ADIDOS — País de origem _____ País/área a que se refere _____

- 27/6/1968 - Em discurso, na ALEG, de apôio ao movimento estudantil - subversivo (Vêr anexo).
- 12/8/1968 - Em matéria publicada na imprensa, manifestou solidarieda de as atitudes esquerdistas de Dom JOSÉ DE CASTRO PINTO.

--ooOoo--

- 2 -

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO
(Art. 62 - Doc. n.º 60:417/67 - Regulamento
para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos):

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

RESERVADO-BR.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

AVISO GM/DF/Nº 20

Em 22 de maio de 1969

Senhor Secretário-Geral

Em atenção aos Avisos 084/69 e 093/69, de 13 do corrente mês, comunico a V. Exª que encaminhei, nesta data, a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, através da Exposição de Motivos GM/DF/Nº 541, projeto de decreto que aposenta com vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço os funcionários do Instituto Nacional de Previdência Social, JAMIL HADDAD, GERALDO PINHO ALVES e FLAVIO ANTONIO LOPES RAMOS.

Com relação ao servidor BIANOR RIBEIRO, dêste Ministério, esclareço que já foi solicitada a sua aposentadoria, pela Exposição de Motivos GM/GB/Nº 12, de 8 de abril último.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os protestos da minha elevada estima e consideração.

Garbas G. Passarinho
Garbas G. Passarinho

Exmo. Sr.
Gal. de Bda. JAYME PORTELLA DE MELLO
DD. Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional
N e s t a

CONSELHO SEGURANÇA NACIONAL
SIGILOSO
Nº. _____
Em 23 / 5 / 19 69
Secretaria-Geral

E.M. GM/DF/Nº-541

Em 21 de maio de 1969

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência projeto de decreto que aposenta com vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço os funcionários do Instituto Nacional de Previdência Social, JAMIL HADDAD, GERALDO PINHO ALVES e FLAVIO ANTONIO LOPES RAMOS, que tiveram os seus direitos políticos cassados em 29 de abril próximo passado, por ato de Vossa Excelência, em virtude de indicação do Conselho de Segurança Nacional.

Pelo Ato Complementar nº 39, de 29 de dezembro de 1968, compete ao Ministro de Estado solicitar a Vossa Excelência a medida administrativa a ser aplicada em consequência daquela sanção. Essa medida, ora proposta, além de anteriormente prevista no § 1º do art. 6º de Ato Institucional nº 5, de 13 de maio de 1968, foi recentemente reafirmada pelo Ato Institucional nº 10, de 16 de maio corrente, em seu art. 1º, letra b.

Assim, sendo de inteira conveniência a apresentação daqueles servidores, submeto à consideração de Vossa Excelência o projeto de decreto em anexo.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de mais profundo respeito.

Jarbas G. Passarinho

, no
uso da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 6º do
Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, re-
solve

APOSENTAR

Com vencimentos e vantagens proporcionais
ao tempo de serviço, os servidores do Instituto Na-
cional de Previdência Social, JAMIL HADDAD, nº
600.257, Médico, nível 22, GERALDO PINHO ALVES,
nº 702.205, Médico, nível 22 e FLAVIO ANTONIO LO-
PES RAMOS, Tesoureiro-Auxiliar de primeira catego-
ria.

Brasília, de de 1969; 147º
da Independência e 80º da República.